

Entenda por que gasolina, diesel e gás de cozinha têm reajustes diferentes

Pressionada pela escalada das cotações internacionais do petróleo, a Petrobras anunciou nesta quinta-feira (10) reajustes nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Os aumentos, porém, foram bem diferentes: 18,8%, 24,9% e 16,1% respectivamente.

Diretor de Refino da Petrobras durante a gestão que implantou a política de paridade internacional dos preços, Jorge Celestino explica que, além do custo de produção, os preços dos combustíveis refletem condições de mercado de cada produto, que variam durante o ano.

A política de preços da Petrobras segue as cotações de cada derivado de petróleo na região considerada a me-

lhor alternativa de suprimento para o mercado brasileiro, geralmente o Golfo do México, que concentra grande parte da capacidade de refino dos Estados Unidos.

Assim, a avaliação do preço da gasolina, por exemplo, considera a cotação da gasolina no Golfo do México, a taxa de câmbio e custos de importação do produto, gerando um parâmetro chamado de paridade de importação.

Embora essas cotações acompanhem os preços internacionais do petróleo, há outros fatores influenciando o seu valor de venda ao longo do ano, como o cenário global de oferta e demanda e questões sazonais.

No inverno do Hemis-

fério Norte, por exemplo, o diesel e o gás de cozinha tendem a ficar mais caros pela elevada demanda para calefação. Já no verão, o preço da gasolina é pressionado pela alta procura na temporada de viagens de carro nos Estados Unidos, maior consumidor mundial.

O último reajuste da Petrobras antes do anúncio desta quinta havia sido feito no dia 12 de janeiro, num momento em que os preços do diesel ainda sofriam pressão da elevada demanda do inverno no Hemisfério Norte.

No período sem reajustes, os preços continuaram pressionados no exterior, sem que a Petrobras acompanhasse a tendência.

Nicola Pamplona/Folhapress



Economia



Inflação é a maior para fevereiro desde 2015 e vai a 10,54% em 12 meses

Página - 03

Secretários de Fazenda fazem reunião de emergência para avaliar PLP dos combustíveis

Página - 03



Aquisições

Grupo Primo compra fintech Grão e vira plataforma transacional

Página - 05

Dona do Mercado Bitcoin compra a Wuzu, uma exchange as a service

Página - 05

Política

Justiça federal dá 3 dias para governo se manifestar sobre mega-aumento dos combustíveis

Página - 04

Lula lidera com 43%; Bolsonaro tem 28%; Ciro e Moro aparecem com 8%, diz Ipespe

Página - 04



No Mundo

Rússia e EUA trocam acusações sobre armas biológicas na Ucrânia em sessão da ONU



As constantes acusações do governo de Vladimir Putin de que os EUA estariam usando a Ucrânia como território para testes de armas químicas - algo descrito por Washington como absurdo - chegou ao Conselho de Segurança da ONU, que, a pedido de Moscou, debateu o assunto em sessão nesta sexta-feira (11).

O governo de Joe Biden nega reiteradamente que esteja operando laboratórios de armas biológicas no país e argumenta que o presidente russo usa a denúncia como uma “bandeira falsa”, estratégia na qual o acusador atribuiu ao acusado a responsabilidade de um ataque que

ele mesmo cometeu. O ato seguinte é usar essa justificativa para agir com a mesma moeda, numa ação com dispositivos do tipo.

Durante a sessão, a diplomacia russa afirmou possuir documentos que comprovariam a existência de 30 laboratórios nos quais armas biológicas seriam desenvolvidas no território ucraniano, em cidades como a capital Kiev e Odessa, importante área portuária. Neles, estariam sendo armazenados e desenvolvidos patógenos causadores de doenças como cólera e tularêmia.

Os espaços também fariam parte de um programa militar introduzido por Kiev

com apoio do governo americano, e a ideia seria disseminar os patógenos por meio de hospedeiros como morcegos e aves migratórias, alegou o representante russo na ONU, Vasili Nebenzia.

O diplomata disse que centenas de contêineres do programa de armas químicas foram localizados por agentes russos, muitos perto da fronteira entre os dois países. Ele ainda instou a União Europeia (UE), bloco que a Ucrânia almeja integrar, a agir: “Ao lado de vocês estão laboratórios de teste com armas biológicas que poderiam culminar em uma disseminação descontrolada, como foi com o coronavírus.” Folhapress

Sudão do Sul: mais de 70% da população deve enfrentar fome extrema

Mais de 70% da população do Sudão do Sul deve enfrentar este ano fome extrema devido aos conflitos, calamidades climáticas e inflação, que provocaram a pior crise alimentar da história, advertiu sexta (11) o Programa Alimentar Mundial (PAM). “Embora a atenção global continue centrada na Ucrânia, uma emergência alimentar oculta envolve o Sudão do Sul, com cerca de 8,3 milhões de pessoas - incluindo refugiados - a enfrentar fome extrema nos próximos meses”, disse o PAM em comunicado.

Desde a sua independência do Sudão em 2011, o país mais jovem do mundo vive crise econômica e política crônica e tem lutado para se recuperar da guerra civil, que

deixou quase 400 mil mortos e 4 milhões de deslocados entre 2013 e 2018.

As calamidades climáticas (seca, inundações) e a persistente violência política e étnica forçaram o êxodo de dezenas de milhares de sudaneses do Sul que “poderiam morrer de fome sem ajuda alimentar”, afirmou a agência da ONU.

“A escala e a gravidade dessa crise é perturbadora. Vemos que as pessoas esgotaram todas suas opções para fazer face às despesas e agora não têm nada”, disse Adeyinka Badejo, diretora adjunta do PAM para o país.

O alerta humanitário chega semanas depois de as Nações Unidas terem advertido para risco real de volta ao conflito no país. RTP/ABR



União Europeia diz que precisa ‘se libertar’ da dependência do gás russo



O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, disse sexta, em coletiva de imprensa em Versalhes, na França, que a Europa precisa se libertar da dependência do petróleo e gás da Rússia. Países europeus já suspenderam a importação como sanção a Vladimir Putin pela invasão à Ucrânia.

“A questão da dependência é muito grande, temos uma dependência muito grande da Rússia e queremos nos libertar. Então vamos trabalhar na linha com nossos objetivos, interesses. Para o

próximo inverno já precisamos ter um plano.”

Michel concedeu entrevista ao lado da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e do presidente da França, Emmanuel Macron. Após dois dias de cúpula, eles informaram que ainda na sexta seriam anunciadas novas sanções à Rússia.

“Esperamos que as sanções interrompam o ataque russo nas próximas semanas e meses. Queremos um cessar-fogo e retirada das tropas russas. Trabalharemos para reconstruir o que a Rússia destruiu”, disse Macron.

Ursula explicou que a

ideia da União é investir em energias renováveis para, aos poucos, se distanciar do petróleo e gás russo. “É um investimento estratégico em nossa segurança e independência. Trata-se de um plano para diversificar suprimentos e buscar fontes renováveis. Iremos propor diminuir nossa dependência do gás e petróleo russos até 2027, usando recursos disponíveis na Europa.”

Entrada da Ucrânia na União Europeia

Durante a cúpula, as lideranças também discutiram o pedido da Ucrânia para ingressar na União Europeia. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Inflação é a maior para fevereiro desde 2015 e vai a 10,54% em 12 meses



A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), teve alta de 1,01% em fevereiro.

É a maior variação para o mês desde 2015, informou nesta sexta-feira (11) o IBGE.

O resultado veio acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de 0,95%.

O avanço em fevereiro significa uma aceleração frente a janeiro. No primeiro mês deste ano, a alta havia sido de 0,54%.

Até fevereiro, o IPCA chegou a 10,54% no acumulado de 12 meses. Na divulgação anterior, até janeiro, o avanço era de 10,38%

nessa base de comparação.

O indicador, em dois dígitos, está distante da meta de inflação perseguida pelo BC. O centro da medida de referência neste ano é de 3,50%. O teto é de 5%.

De acordo com analistas, o IPCA deve voltar a estourar a meta em 2022. Se a estimativa for confirmada, será o segundo ano consecutivo de descumprimento. Em 2021, o avanço do índice foi de 10,06%.

Educação e alimentação puxam alta mensal. Em fevereiro, todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta de preços. No mês, o maior impacto (0,31 ponto percentual) e a maior variação (5,61%) vieram de educação.

Dentro desse segmento, o maior impacto foi dos cursos regulares (6,67%), com destaque para ensino fundamental (8,06%), pré-escola (7,67%) e ensino médio (7,53%).

Depois de educação, aparece o grupo de alimentação e bebidas. A alta foi de 1,28%, com contribuição de 0,27 ponto percentual.

“O grupo de alimentação sofreu impactos dos excessos de chuvas e também de estiagens que prejudicaram a produção em diversas regiões de cultivo no Brasil. Destacam-se, em particular, os aumentos nos preços da batata-inglesa (23,49%) e da cenoura (55,41%)”, disse Pedro Kislavov, gerente da pesquisa do IPCA.

Leonardo Viceli/Folhapress

Secretários de Fazenda fazem reunião de emergência para avaliar PLP dos combustíveis



O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) convocou uma reunião de emergência para 17h desta sexta-feira (11) para analisar os impactos do projeto de lei que altera a forma de cálculo do ICMS do diesel.

De acordo com o presidente do comitê, Décio Padilha, a análise será do ponto de vista jurídico e financeiro.

Eles querem avaliar se há vício de origem no PLP 11, ou seja, verificar se o Congresso Nacional poderia ter a iniciativa em um assunto que mexe com a arrecadação dos estados. Caso haja, a estratégia adotada será acionar a Justiça para derrubar a lei.

Do ponto de vista finan-

Confiança de pequenas empresas fica estável em fevereiro

Beneficiada pela melhoria no comércio, a confiança dos donos de micro e pequenas empresas ficou estável em fevereiro. No mês passado, o Índice de Confiança de Micro e Pequenas Empresas (IC-MPE) aumentou 0,4 ponto em relação a janeiro, mantendo-se em torno de 90 pontos, após ter caído 5,1 pontos.

Na subdivisão por setores, a confiança do comércio aumentou 3,9 pontos, caiu 1,4 ponto no de serviços e caiu 2,6 pontos no de indústria de transformação. O IC-MPE é elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O índice de confiança mede a avaliação atual em relação à economia. O Índice de Expectativa das Micro e Pe-

quenas Empresas (IE-MPE) subiu 1,8 ponto, para 93,3 pontos. Em janeiro, o indicador tinha perdido 6 pontos.

O principal fator para o avanço do indicador de expectativa foi a melhora das perspectivas sobre a demanda para os próximos três meses, que subiu 1,2 ponto em fevereiro, após ter caído 9 pontos em janeiro. Para os próximos seis meses, a perspectiva de crescimento da demanda ficou estável, subindo 0,4 ponto.

Segundo o Sebrae, os dados indicam ligeira melhora nas expectativas do comércio no curtíssimo prazo. Para os próximos meses, os micro e pequenos empresários continuam com incertezas, provocadas pela crise internacional, pela evolução da pandemia de covid-19, pelas pressões de custos e pelo calendário eleitoral.

Wellton Máximo/ABR



ceiro, querem mensurar qual será o real impacto da implementação da nova regra. Em um primeiro momento, o que se espera é uma redução de mais de 30% na arrecadação do ICMS do diesel.

Há ainda o propósito de reforçar a comunicação de que a solução adotada pode não resolver o problema. Os estados estão com o imposto congelado há cinco meses e, ainda assim, os preços continuam aumentando. De acordo com Padilha, nesse período, o combustível subiu 33%.

“É um quadro muito delicado. Se tiver ilegalidades vamos adotar medidas legais cabíveis. Se não tiver, vamos buscar as estratégias administrativas”, disse,

Pelo texto do PLP 11, os

estados deverão regulamentar a criação de uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis no âmbito do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Além disso, o texto prevê a mudança no modelo da alíquota, de um percentual sobre o valor (ad valorem) para um valor fixo sobre o litro (ad rem).

A alíquota única deverá ser aplicada sobre gasolina, diesel, etanol e gás de cozinha. Inicialmente, também valeria para querosene para aviação, mas os deputados excluíram a possibilidade. Embora unificadas entre os estados, as cobranças poderão ser diferenciadas por tipo de combustível, de acordo com o texto.

Fábio Zanini/Folhapress

Política

Justiça federal dá 3 dias para governo se manifestar sobre mega-aumento dos combustíveis



Em despacho na sexta-feira (11), a juíza Flávia de Macêdo Nolasco, da 9a. Vara Federal do Distrito Federal, abriu prazo de 72 horas para que a AGU (e a Petrobras se manifestem a respeito do pedido de liminar que solicita a suspensão do mega-aumento no preço dos combustíveis anunciado pela Petrobras na quinta.

O pedido de suspensão em caráter liminar foi encaminhado na quinta (10) pela Frente Parlamentar Mista do Caminhoneiro Autônomo e Celetista, que reúne 235 deputados e 22 senadores. Eles requerem a suspensão imediata do reajuste anunciado: alta de 18,8% na gasolina, de 24,9% no diesel e de 16,1% no gás de cozinha vendidos às distribuidoras.

Também são autores do pedido de suspensão liminar o CNTC (Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas), o Sinditac (Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas) de Guarulhos (SP) e o Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Jundiaí (SP).

Como polo passivo do pedido, são mencionados no processo o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a AGU e o general Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras.

Presidente da frente parlamentar mista, o deputado federal Nereu Crispim (PSL-RS) cita como principal argumento do pedido de liminar o desrespeito à legislação que protege os consumidores, como exposto no pedido de

liminar. “Bolsonaro traiu os caminhoneiros. Precisamos de políticas sustentáveis”, afirma o parlamentar. “Temos que suspender esse aumento com base na máxima do direito do consumidor, segundo a qual é proibido usar índices internacionais para reajustar preços de serviços e produtos internamente no Brasil”, afirma o deputado.

Em outubro de 2021, Crispim apresentou a Arthur Lira, uma indicação que deveria ser levada ao presidente Bolsonaro, solicitando uma mudança na política de preços da Petrobras, que transfere os aumentos do barril do petróleo no mercado internacional para as bombas de combustível. Mas o pedido não andou, diz o deputado.

Luiz Antonio Silva/Folhapress

Deputadas lamentam relator homem em caso Arthur do Val

As deputadas que integram a Comissão de Ética da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) lamentam a escolha de um colega homem para relatar o processo de punição de Arthur do Val (sem partido).

“Acho uma pena, sendo que o conselho tem mulheres que poderiam fazer isso com representatividade”, afirma a deputada Marina Helou (Rede), uma das três integrantes do gênero feminino no grupo.

As outras duas são as deputadas Erica Malunguinho (PSOL) e Maria Lúcia Amary (PSDB), presidente do colegiado. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Alesp é composto de nove membros.

“Existe esse argumento de que se fosse uma mulher, o relatório não seria idôneo. O que é um completo absurdo”, segue Helou.

Amary disse já ter convidado o deputado Delegado Olim (PP) para a relatoria do

caso. Mas a nomeação oficial do relator só ocorre mais adiante no processo, depois que Arthur do Val apresentar a sua defesa.

O deputado, também conhecido como Mamãe Falei, é alvo de 21 representações que pedem a cassação do mandato por quebra de decoro. Os pedidos se baseiam nos áudios sexistas em que ele diz, entre outras coisas, que as mulheres ucranianas são “fáceis” porque são pobres.

“Quem assumir essa relatoria deveria ter o mínimo de respaldo no tema, que é violência e questões das mulheres”, defende Malunguinho.

“Colocar uma pessoa de fora desse campo de pensamento, de atuação política, compromete [o trabalho], porque o processo demanda um conhecimento específico. Seria importante que fosse uma mulher. Mas se não fosse, tão importante quanto é que tenha uma apropriação do tema [discutido].”

Bruno Soraggi/Folhapress



Lula lidera com 43%; Bolsonaro tem 28%; Moro e Doria aparecem com 8%, diz Ipespe



Pesquisa Ipespe, contratada pela XP Investimentos e divulgada na sexta-feira (11), aponta que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se mantém na liderança da corrida presidencial, com 43% das intenções de voto. O presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição, aparece em segundo lugar, com 28%.

Na sequência, vêm os ex-ministros Moro (PDT) e Sergio Moro (Podemos), com 8% cada, portanto, numericamente empatados; e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), com 3%. Considerando a margem de erro, que é de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos, Moro, Doria e Bolsonaro estão tecnicamente empatados.

Em comparação com o levantamento anterior, divulgado em 25 de fevereiro, Lula manteve os 43% da pesquisa de intenção de voto estimulada, quando o nome dos candidatos é apresentado ao entrevistado. Bolsonaro oscilou dois pontos para cima (portanto, dentro da margem de erro) - na ocasião, ele aparecia com 26%.

Moro e Doria mantiveram o percentual da pesquisa anterior (8% e 3%, respectivamente) e Moro oscilou um ponto para cima (tinha 7%). O governador paulista empatado, dentro da margem de erro, com a senadora Simone Tebet (MDB), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e o deputado federal André Janones (Avante), que têm 1% cada.

Derrotado por Doria nas prévias do PSDB, Leite mantém conversas com o PSD para disputar a Presidência pela legenda. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), desistiu da corrida presidencial e já não aparecia no levantamento divulgado pelo instituto há 15 dias.

Conforme o Ipespe, Felipe D’Avila (Novo) foi citado, mas não chegou a 1%. Já o senador Alessandro Vieira (Cidadania) foi testado, mas não foi citado por nenhum entrevistado. Brancos e nulos somam 7%, e não sabem, 2%.

A pesquisa foi realizada no período de 7 a 9 de março e entrevistou mil pessoas de 16 anos e mais de todas as regiões do país, por telefone. O intervalo de confiança é de 95,5%.

Folhapress

Fusões & Aquisições

Dona do Mercado Bitcoin compra a Wuzu, uma exchange as a service



A 2TM — a holding que controla a bolsa de criptoativos Mercado Bitcoin — comprou a fintech Wuzu, uma “exchange as a service” para ativos digitais como tokens e criptomoedas. O valor da aquisição não foi divulgado.

Roberto Dagnoni, o CEO da 2TM, disse ao Brazil Journal que o principal motivador da aquisição é o fato da Wuzu focar no B2B, o que permitirá à 2TM aumentar sua oferta de serviços a esse tipo de cliente no Brasil e no exterior.

A Wuzu foi criada em 2017 por três sócios, Anderson Nery, Bruno Bertoldi e Guilherme Zonato, que antes de abrir a empresa já se interessavam por bitcoins e perceberam o potencial de

crescimento desses ativos, que iriam demandar uma infraestrutura própria.

“A Wuzu nasceu para criar a mesma infraestrutura que a B3 oferece ao mercado tradicional para o mercado de ativos digitais, já com uma plataforma 100% baseada na nuvem e utilizando blockchain para a liquidação e o registro das ofertas”, disse Anderson, o CEO da Wuzu.

A plataforma oferece os serviços de administração do backoffice dos clientes, tokenização e emissão dos ativos e também a estrutura para negociação no mercado secundário. Segundo Anderson, o sistema da Wuzu é extremamente escalável. “Conseguimos montar uma operação desde a oferta inicial dos ativos, sejam eles quais forem,

até a negociação em 24 horas em qualquer país”.

A plataforma da Wuzu dá aos clientes todo o ferramental para que eles entrem no mercado de ativos digitais nos formatos white label ou de API. Por conta da regulação atual, cada cliente precisa ter a sua “exchange” para os ativos digitais — se dois clientes do mercado estiverem conectados no mesmo sistema, ficaria criado um balcão eletrônico organizado e só a B3 tem hoje a licença para fazer isso.

Para Anderson, a associação com a 2TM vai permitir que a empresa tenha uma criação mais robusta de produtos para esse ecossistema e consiga colocá-los no mercado mais rapidamente.

Brazil Journal

Compass tem comprador para 7 distribuidoras; negocia outras cinco

A Compass Gás e Energia encontrou um comprador para as participações minoritárias que detem em 7 das 18 distribuidoras estaduais de gás que adquiriu com a compra da Gaspetro da Petróbras.

A empresa — controlada pela Cosan — disse agora há pouco que assinou uma promessa de compra e venda envolvendo um pacote de distribuidoras, mas não informou o valor negociado nem o nome do comprador.

A promessa de compra e venda se tornará um contrato efetivo quando o Tribunal do CADE aprovar a compra da Gaspetro, o que deve ocorrer nos próximos 90 dias.

A partir dali, os sócios da Compass nas distribuidoras terão 30 dias para exercer seu direito de preferência — ou permitir que as participações sejam repassadas ao comprador.

Na maioria dos casos, as distribuidoras são controladas pelos Estados, e têm como sócios minoritários empresas como a trading japonesa Mitsui, a própria Compass, e a Termogás, a holding de participações do empresário Carlos Suarez.

Além das sete distribuidoras, a Compass está em conversas avançadas para se desfazer de outras cinco distribuidoras da Gaspetro, pessoas a par do assunto disseram ao Brazil Journal, ainda que não tenha sido possível estabelecer se a negociação é com o mesmo comprador dos ativos anunciados hoje.

A transação de hoje é o primeiro movimento do CEO Nelson Gomes para enxugar o portfólio da Compass, permitindo que a empresa foque nos seis mercados estaduais que julga mais promissores — além da Comgás, a jóia da coroa.

Brazil Journal



Grupo Primo compra fintech Grão e vira plataforma transacional



Parece coisa pequena, mas o potencial é transformacional.

O Grupo Primo, fundado por Thiago Nigro, acaba de fechar a aquisição da fintech Grão. A conta digital remunerada pelo CDI, fundada há três anos, tem apenas 50 mil clientes, um número modesto para os ritmos de captação de fintechs no país. A maior parte da clientela é principiante no universo financeiro e ainda sem patrimônio. Mas a Grão tem tecnologia, gestão de risco e a licença para abertura de uma asset — onde os “primos” poderão embarcar em produtos financeiros próprios os seus mais de 200 mil clientes em educação e potencialmente a audiência de 40 milhões

de pessoas nas redes sociais.

“A Grão terá uma função na reformulação da nossa plataforma como um todo, mas pouco do que existe na fintech hoje vai continuar como core. Vamos criar produtos de investimentos, deixando o banking como secundário”, disse Nigro ao Pipeline. “Não olhamos para a Grão com tese de fintech que vai ter cashburn para adquirir contas digitais e eventualmente investimento, mas efetivamente como uma solução para investidores”, reforça.

A conta digital passa a ser um serviço adicional para melhorar o engajamento do cliente que investe — no perfil da audiência do grupo, um público que já tem algum patri-

mônio acumulado em aplicações, na faixa de 25 a 44 anos.

A Grão adiciona também uma sócia que entende do riscado. A fundadora da fintech, Monica Saccarelli, foi uma das fundadoras da corretora Rico, depois vendida à XP, e passa a integrar o Grupo Primo. Foi na Rico que Nigro ganhou notoriedade como influencer financeiro (ali nasceu o apelido Primo Rico, numa referência mais ao patrimônio pessoal do que à corretora). Mas o histórico é mera coincidência, pois os dois não foram contemporâneos na casa e se conheceram pessoalmente só no ano passado, já engajando o M&A.

Pipeline Valor

AGV Logística S.A.

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Balanço patrimonial - Ativo		Balanço patrimonial - Passivo e PL	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	197.258	126.412	60.442
Caixa e equivalentes de caixa	30.129	13.245	22.850
Contas a receber de clientes	112.941	94.595	33.322
Tributos a recuperar	33.175	1.762	21.969
Despesas pagas antecipadamente	272	403	7.363
Partes relacionadas	16.302	13.690	16.334
Outros ativos	4.439	2.696	510
	197.258	126.391	110.779
Ativos não circulantes das operações descontinuadas	-	21	-
Não circulante	390.576	392.203	209.485
Realizável a longo prazo	-	-	-
Tributos a recuperar	5.544	971	183.814
Depósitos judiciais	91	1.240	2.020
Imposto de renda e CSLL diferidos	18.071	25.812	23.651
	23.706	28.023	320.264
Investimento em coligada	-	-	267.570
Imobilizado	49.229	43.078	240.874
Direito de uso de ativos	183.272	184.463	209.563
Intangível	134.369	136.739	332
	366.870	364.280	6.389
	587.834	518.715	51.286
			587.834
			518.715

1. Informações gerais: A AGV Logística S.A. localizada em Vinhedo-SP, é uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, inclusive medicamentos de uso veterinário e humano por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de produtos farmacêuticos de uso veterinário e humano, inclusive produtos biológicos; (f) a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista; (g) a prestação de serviços relativos a embalagens promocionais; (h) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (i) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (j) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros.

2. Principais notas explicativas: **2.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

	2021	2020
Recursos em banco e em caixa	512	709
Aplicações financeiras de curto prazo	29.617	12.536
	30.129	13.245

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações Compromissadas e CDBs de liquidez diária.

2.2 Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias dadas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos

	Relações Contratuais		Acordo de Não Competitividade	Carteira de Clientes			Outros	Total
	Ágio	Marca		Software	Clientes	Outros		
Em 31 de dezembro de 2019								
Saldo inicial	123.831	-	-	2.735	-	5.259	131.825	
Aquisições (iii)	-	-	-	1.168	6.580	3.081	10.829	
Amortização	-	-	-	(997)	(1.284)	(3.634)	(5.915)	
Em 31 de dezembro de 2020	123.831	-	-	2.906	5.296	4.706	136.739	
Custo	126.451	12.635	25.018	13.895	6.580	23.974	232.918	
Amortização acumulada	(2.620)	(12.635)	(25.018)	(10.989)	(1.284)	(19.268)	(87.179)	
Saldo contábil líquido	123.831	-	-	2.906	5.296	4.706	136.739	
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	123.831	-	-	2.906	5.296	4.706	136.739	
Aquisições (iii)	-	-	-	1.591	-	2.462	4.053	
Amortização	-	-	-	(997)	(1.926)	(3.500)	(6.423)	
Em 31 de dezembro de 2021	123.831	-	-	3.500	3.370	3.668	134.369	
Custo	126.451	12.635	25.018	15.365	15.486	6.580	26.436	
Amortização acumulada	(2.620)	(12.635)	(25.018)	(11.986)	(3.210)	(22.768)	(93.602)	
Saldo contábil líquido	123.831	-	-	3.500	3.370	3.668	134.369	

	Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios	Equipamentos de informática e de telecomunicação		Benefícios em propriedade de terceiros	Outros	Total
	Veículos	de armazenagem						
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	-	20.726	1.693	6.238	12.220	34	40.911	
Aquisições	-	6.160	445	4.143	3.603	-	14.351	
Transferência	-	(896)	(55)	(162)	1.113	-	-	
Depreciação	-	(3.091)	(306)	(2.010)	(6.777)	-	(12.184)	
Em 31/12/2020	-	22.899	1.777	8.209	10.159	34	43.078	
Em 31/12/2020								
Custo	94	45.112	5.678	25.643	36.711	34	113.272	
Depreciação acumulada	(94)	(22.213)	(3.901)	(17.434)	(26.552)	-	(70.194)	
Saldo contábil, líquido	-	22.899	1.777	8.209	10.159	34	43.078	
Em 31/12/2020								
Saldo inicial	-	22.899	1.777	8.209	10.159	34	43.078	
Aquisições	-	9.748	648	5.148	3.728	-	19.272	
Transferência	-	(1.127)	(7)	(395)	1.529	-	-	
Baixas líquidas	-	(15)	(11)	-	-	-	(26)	
Depreciação	-	(3.711)	(333)	(2.614)	(6.437)	-	(13.095)	
Em 31/12/2021	-	27.794	2.074	10.348	8.979	34	49.229	
Em 31/12/2021								
Custo	94	53.715	6.306	30.396	41.968	34	132.513	
Depreciação acumulada	(94)	(25.921)	(4.232)	(20.048)	(32.989)	-	(83.284)	
Saldo contábil, líquido	-	27.794	2.074	10.348	8.979	34	49.229	

2.6 Direito de Uso e Passivo de Arrendamento: Em 1º de janeiro de 2019 a companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16, no qual reclassificou os arrendamentos operacionais de imóveis, equipamentos e veículos para passivos de arrendamentos, conforme quadro abaixo:

Diretoria	
Rogério Ferreira Andrade - Maurício Pires Motta - Valmir Souza de Almeida - Flávia Antonia Ruzza Ferraz de Campos - Carlos Rodriguez Salinas	Rodrigo Moralez - CRC nº 1SP/244417/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da AGV Logística S.A. Vinhedo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AGV Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o

exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. >>>Continua...

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Demonstração do resultado		Demonstração do resultado abrangente	
Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020	152.983	332	-	(34.179)	119.136
Integralização de capital	56.580	-	-	-	56.580
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.158	65.158
Destinação dos lucros	-	-	1.549	(1.549)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	(29.430)	-
Lucros retidos	-	-	-	29.430	29.430
Em 31 de dezembro de 2020	209.563	332	1.549	29.430	240.874
Em 1º de janeiro de 2021	209.563	332	1.549	29.430	240.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	96.798	96.798
Destinação do lucro	-	-	4.840	(4.840)	-
Constituição de reserva legal (5%)	-	-	-	(22.989)	(22.989)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	-	-	(47.113)	(47.113)
Dividendos adicionais estatutários	-	-	-	(21.856)	(21.856)
Lucros retidos	-	-	-	96.798	96.798
Em 31 de dezembro de 2021	209.563	332	6.389	51.286	267.570

Demonstração do resultado		Demonstração do resultado abrangente	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações continuadas	140.692	92.007	96.798
Receita líquida dos serviços prestados	484.209	395.896	96.798
Custo dos serviços prestados	(321.558)	(271.694)	-
Lucro bruto	162.651	124.202	96.798
Despesas gerais e administrativas	(41.869)	(31.500)	-
Despesas comerciais	(1.347)	(1.247)	-
Outras receitas(despesas) operacionais	21.257	552	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	140.692	92.007	96.798
Receitas financeiras	15.237	845	-
Despesas financeiras	(16.246)	(25.948)	-
Resultado financeiro, líquido	1(0.009)	(25.103)	96.798
Lucro (prej.) antes do IRPJ e da CSLL	139.683	66.904	96.798
IRPJ e CSLL correntes	(35.145)	(17.606)	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	(7.740)	16.584	-
Lucro (prejuízo) do período das operações continuadas	96.798	65.882	96.798
Operações descontinuadas	96.798	65.882	96.798
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-	(724)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	96.798	65.158	96.798
Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia (em reais)	0,21	0,14	0,21

Passivo de arrendamento		Equipamentos		Veículos		Total	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em 31/12/2019	186.988	2.640	448	190.076	186.988	2.640	190.076
Saldo inicial	186.988	2.640	448	190.076	186.988	2.640	190.076
Remensuração	24.012	844	16	24.872	24.012	844	24.872
(-) Pagamento de principal	(14.112)	(3.165)	(441)	(17.718)	(14.112)	(3.165)	(17.718)
(-) Pagamento de juros	(15.787)	(353)	(21)	(16.161)	(15.787)	(353)	(16.161)
(-) Baixa arrendamento	-	53	(18)	35	-	53	35
(+) Provisão de juros	16.949	513	16	17.478	16.949	513	17.478
Em 31/12/2020	198.050	532	-	198.582	198.050	532	198.582
Saldo inicial	198.050	532	-	198.582	198.050	532	198.582
Remensuração	19.551	-	-	19.551	19.551	-	19.551
(-) Pagamento de principal	(17.453)	(532)	-	(17.985)	(17.453)	(532)	(17.985)
(-) Pagamento de juros	(15.091)	-	-	(15.091)	(15.091)	-	(15.091)
(+) Provisão de juros	15.091	-	-	15.091	15.091	-	15.091
Em 31/12/2021	200.148	-	-	200.148	200.148	-	200.148
Circulante	16.334	-	-	16.334	16.334	-	16.334
Não circulante	183.814	-	-	183.814	183.814	-	183.814

2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2021	2020
Ativo de IRPJ e CSLL diferidos	2021	2020
Provisões para perdas, contingências e diversas	18.071	18.664
Prejuízo fiscal	-	7.148
Passivo de IRPJ e CSLL diferidos	18.071	25.812
IRPJ e CSLL diferidos, líquidos	18.071	25.812
A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos na Controladora é a seguinte:		
Em 1º de janeiro de 2020	9.306	9.306
Realização de provisões para contingências e diversas	1.796	1.796
Baixa amortização de ágio para fins fiscais de empresas incorporadas (a)	22.351	22.351
Prejuízo fiscal utilizado	(7.641)	(7.641)
Em 31 de dezembro de 2020	25.812	25.812
Realização de provisões para contingências e diversas	593	593

>>>Continuação...

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
 Campinas, 31 de janeiro de 2022.

EY ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP034519/O-6

Cristiane Cléria S. Hilario
 Sócia - Contadora - CRC-1SP243766/O-8

TB Loguer S/A					
CNPJ 41.519.491/0001-69					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.					
São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2021. <i>A Diretoria</i>					
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais			Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais		
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Ativo Circulante	8.608.282	-	Passivo Circulante	1.340.360	-
Disponível	10.862	-	Fornecedores	8.000	-
Caixa e Bancos	10.862	-	Impostos a Recolher	101.148	-
Créditos	8.597.420	-	Imposto de Renda	241.143	-
Clientes	2.898.875	-	Contribuição Social	88.972	-
Outros Créditos	5.698.545	-	Empréstimos e Financiamentos	901.097	-
Ativo Não Circulante	65.340.657	-	Passivo Não Circulante	70.908.241	-
Ativo Imobilizado	64.340.657	-	Empréstimos e Financiamentos	34.861.582	-
Imobilizado Líquido	64.340.657	-	Coligadas e Controladas	2.333.487	-
Ativo Intangível	1.000.000	-	Contas a Pagar	33.713.171	-
Intangível	1.000.000	-	Patrimônio Líquido	1.700.339	-
Total do Ativo	73.948.939	-	Capital Social	1.010.000	-
			Reservas	690.339	-
			Total do Passivo	73.948.939	-
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	1.010.000	-	-	-	1.010.000
Resultado do Exercício	-	-	-	690.339	690.339
Constituição de Reserva	-	655.822	34.517	(690.339)	-
Saldo em 31/12/2021	1.010.000	655.822	34.517	-	1.700.339
Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais					
1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.		
2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações			3. O Capital Social é de R\$ 1.010.000,00 representadas por 1.010.000 ações totalmente integralizadas.		
Lidia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33			Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP120.908/O-1		
Parecer dos Auditores Independentes					
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Loguer S/A.			práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.		
1) Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das			3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Loguer S/A em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		
São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2021			Paulo Pereira de Sousa Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645 AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Resultado do Exercício 690.339			Aquisição do Ativo Imobilizado (64.340.657)		
Clientes (2.898.875)			Aquisição do Intangível (1.000.000)		
Outros Créditos (5.698.545)			(-) Caixa Líquido de Investimento (65.340.657)		
Fornecedores 8.000			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Impostos a Recolher 101.148			Empréstimos e Financiamentos 34.861.582		
Imposto de Renda 241.143			Coligadas e Controladas 2.333.487		
Contribuição Social 88.972			Contas a Pagar 33.713.171		
Empréstimos e Financiamentos 901.097			Integralização do Capital Social 1.010.000		
(-) Caixa Líquido Operacional (6.566.721)			(-) Caixa Líquido de Financiamento 71.918.241		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			Aumento Líquido de Caixa 10.862		
Aquisição do Ativo Imobilizado (64.340.657)			Caixa Equivalentes ao Início do Período Disponibilidades -		
Aquisição do Intangível (1.000.000)			Caixa Equivalentes ao Final do Período Disponibilidades 10.862		
(-) Caixa Líquido de Investimento (65.340.657)			Disponibilidades		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			Disponibilidades		
Empréstimos e Financiamentos 34.861.582			Disponibilidades		
Coligadas e Controladas 2.333.487			Disponibilidades		
Contas a Pagar 33.713.171			Disponibilidades		
Integralização do Capital Social 1.010.000			Disponibilidades		
(-) Caixa Líquido de Financiamento 71.918.241			Disponibilidades		
Aumento Líquido de Caixa 10.862			Disponibilidades		
Caixa Equivalentes ao Início do Período Disponibilidades -			Disponibilidades		
Caixa Equivalentes ao Final do Período Disponibilidades 10.862			Disponibilidades		

Ibovespa acentua queda no fim com inflação doméstica e guerra

O principal índice da bolsa paulista teve queda firme nesta sexta-feira, após alta acima da esperada da inflação no Brasil. As perdas cresceram no fim da tarde, acompanhando a piora em Wall Street, com incertezas ligadas à guerra na Ucrânia. Petrobras, Vale e bancos estiveram entre as que mais pressionaram o índice. Em percentual, a MRV despençou com perspectiva mais incerta para o setor imobiliário. Empresas do setor de telefonia e algumas exportadoras de commodities ficaram na ponta contrária.

De acordo com dados preliminares, o Ibovespa caiu 1,79%, a 111.628,79 pontos, com queda de 2,5% na semana. O volume financeiro da sessão foi de 26,2 bilhões de reais.

IstoÉDinheiro



Moedas: dólar sobe ante rivais, de olho em comentários oficiais sobre guerra



O dólar operava em alta no fim da tarde desta sexta-feira, 11, e o índice DXY, que mede a variação da divisa ante seis rivais, fechou com ganhos. O movimento se deu à medida que autoridades da Ucrânia e EUA sinalizaram para escalada da guerra e alertaram sobre a falta de avanços nas conversas com russo por uma solução diplomática para o conflito no Leste Europeu, contrariando comentário feito mais cedo pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin.

O DXY encerrou o dia em alta de 0,63%, aos 99,124 pontos, subindo 0,48% na semana. No fim da tarde em Nova York, o euro recuava a US\$ 1,0910, a libra cedia a US\$ 1,3032 e o dólar

se fortalecia a 117,32 ienes. Durante a manhã, Putin disse em reunião com o presidente de Belarus, Alexander Lukashenko, que houve “desdobramentos positivos” nas negociações entre autoridades russas e ucranianas que negociam um cessar fogo. O comentário aumentou o apetite por risco e tirou força do dólar no mercado cambial.

Este movimento, porém, foi revertido durante a tarde após o ministro de Relações Exteriores, Dmitry Kuleba, relatar que não houve progresso nas conversas, em entrevista à Bloomberg TV. Também no radar, a representante dos EUA na ONU, Linda Thomas-Greenfield, alertou sobre a possibilidade da Rússia utilizar armas químicas e biológicas.

IstoÉDinheiro

3PL Brasil Logística S.A.

CNPJ/MF nº 23.429.671/0001-78

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial - Ativo	31/12/2021		31/12/2020		Demonstração de resultado		Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Circulante	73.317	57.260										
Caixa e equivalentes de caixa	21.074	10.125										
Contas a receber de clientes	46.594	45.231										
Tributos a recuperar	2.362	17										
Outros ativos	3.887	1.887										
Não circulante	142.940	137.191										
Realizável a longo prazo												
Depósitos judiciais	32	33										
Imposto de renda e CSLL diferidos	5.886	6.254										
	5.918	6.287										
Imobilizado	21.014	23.005										
Direito de uso de ativos	92.326	83.901										
Intangível	23.682	23.998										
	137.022	130.904										
Total do ativo	216.257	194.451										
Balanço patrimonial - Passivo e PL	31/12/2021	31/12/2020										
Circulante	65.662	56.219										
Fornecedores	9.174	8.146										
Dividendos a pagar	778	-										
Arrendamentos a pagar	23.792	21.616										
Salários e encargos sociais	9.749	10.121										
Partes relacionadas	16.302	13.711										
Tributos a pagar	2.801	2.333										
Outros passivos	3066	292										
Não circulante	76.832	73.115										
Arrendamentos a pagar	75.795	70.854										
Tributos a Pagar	527	758										
Provisão para Contingências	510	1.503										
	142.494	129.334										
Patrimônio Líquido	73.763	65.117										
Capital social	71.138	71.138										
Reserva de capital	468	468										
Reserva legal	471	-										
Reserva de lucros	1.686	-										
Prejuízos acumulados	-	(6.489)										
Total do passivo e patrimônio líquido	216.257	194.451										

Notas Explicativas

1. Informações gerais: A 3PL Logística S.A constituída em 7 de outubro de 2015, (individualmente denominada a "Companhia" ou "3PL"), localizada em Cajamar-SP, é uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de bens de consumo; (f) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (g) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (h) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (i) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. **2. Principais notas explicativas:** **2.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

	2021	2020
Recursos em banco e em caixa	412	1.471
Aplicações financeiras de curto prazo	20.662	8.654
	21.074	10.125

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações Compromissadas e CDBs de liquidez diária. **2.2 Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o am-

biente econômico. A Companhia possui política de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme detalhado na nota 8. A estimativa do contas a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato.

	2021	2020
Contas a receber de clientes	46.917	45.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(323)	(148)
Ativo circulante	46.594	45.231
2.3 Tributos a recuperar	2021	2020
ICMS a recuperar (1)	778	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	734	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	530	-
Programa de integração social - PIS	178	-
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	131	6
INSS a recuperar	9	9
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2	2
	2.362	17

(1) Crédito exclusão ICMS sobre bases de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia informa que em 15 de março de 2017, distribuiu Ação Ordinária objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia obteve o trânsito em julgado, diante disso, fez o levantamento de valores pagos indevidamente no período de 2012 a 2019 para pleitear seu respectivo ressarcimento. Com o apoio e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.5 Imobilizado

	Veículos	Máquinas e equipamentos de armazenagem	Móveis e Utensílios	Equipamento de informática e de telecomunicação	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	190	35.062	3.675	12.335	21.072	72.334
Depreciação acumulada	(86)	(20.263)	(2.534)	(10.082)	(18.224)	(51.189)
Saldo contábil, líquido	104	14.799	1.141	2.253	2.848	21.145
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	104	14.799	1.141	2.253	2.848	21.145
Aquisições	-	3.763	252	1.855	2.566	8.436
Transferência	-	(76)	(22)	119	(21)	-
Depreciação	(38)	(2.968)	(232)	(865)	(2.473)	(6.576)
Saldo contábil, líquido	66	15.518	1.139	3.362	2.920	23.005
Em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	66	15.518	1.139	3.362	2.920	23.005
Aquisições	-	1.527	127	1.268	1.306	4.228
Transferência	-	(174)	(3)	(39)	216	-
Alienação do custo	-	(248)	-	-	-	(248)
Alienação da depreciação	-	248	-	-	-	248
Depreciação	(38)	(3.127)	(227)	(1.053)	(1.774)	(6.219)
Saldo contábil, líquido	28	13.744	1.036	3.538	2.668	21.014
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	190	39.854	4.029	15.538	25.139	84.750
Depreciação acumulada	(162)	(26.110)	(2.993)	(12.000)	(22.471)	(63.736)
Saldo contábil, líquido	28	13.744	1.036	3.538	2.668	21.014

2.6 Direito de Uso e Passivo de Arrendamento: Em 1º de janeiro de 2019 a companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16, no qual reclassificou os arrendamentos operacionais de imóveis, equipamentos e veículos para passivos de arrendamentos, conforme quadro abaixo:

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Em 31/12/2019	48.996	1.762	189	50.947
(+) Remensuração	57.432	1.627	-	59.059
(-) Baixa	-	-	(14)	(14)
(-) Amortização	(22.527)	(3.389)	(175)	(26.091)
Em 31/12/2020	83.901	-	-	83.901
(+) Remensuração	31.221	-	-	31.221
(-) Amortização	(22.796)	-	-	(22.796)
Em 31/12/2021	92.326	-	-	92.326
Passivo de arrendamento				
Em 31/12/2019				
Saldo inicial	49.761	2.122	235	52.118
(+) Remensuração	57.432	1.627	-	59.059
(-) Baixa	-	-	(26)	(26)
(-) Pagamento de principal	(16.529)	(3.081)	(207)	(19.817)
(-) Pagamento de juros	(7.046)	(612)	(12)	(7.670)
(+) Provisão de juros	8.147	647	10	8.804
Em 31/12/2020	91.766	704	-	92.470
(+) Remensuração	31.221	-	-	31.221
(-) Pagamento de principal	(23.400)	(704)	-	(24.104)
(-) Pagamento de juros	(7.103)	-	-	(7.103)
(+) Provisão de juros	7.103	-	-	7.103
Em 31/12/2021	99.587	-	-	99.587
Circulante	23.792	-	-	23.792
Não circulante	75.795	-	-	75.795

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da 3PL Logística S.A. Cajamar - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da 3PL Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

778 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos de R\$ 668 foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária de R\$ 110 foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício. A homologação e habilitação relativo ao crédito foi homologado pela Receita Federal do Brasil em junho de 2021 pelo valor total atualizado de R\$ 778 e as projeções da Administração indicam que o valor total será recuperado dentro de 2 anos.

	2021	2020
Em 31 de dezembro de 2019	23.105	892
Custo	23.105	1.318
Amortização acumulada	-	(426)
Saldo contábil líquido	23.105	892
Em 31 de dezembro de 2020	23.105	893
Custo	23.105	1.608
Amortização acumulada	-	(715)
Saldo contábil líquido	23.105	893
Em 31 de dezembro de 2021	23.105	893
Saldo inicial	-	(316)
Amortização	23.105	577
Em 31 de dezembro de 2021	23.105	1.608
Custo	23.105	1.608
Amortização acumulada	-	(1.031)
Saldo contábil líquido	23.105	577

	Ágio	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2019	23.105	892	23.997
Custo	23.105	1.318	24.423
Amortização acumulada	-	(426)	(426)
Saldo contábil líquido	23.105	892	23.997
Em 31 de dezembro de 2020	23.105	893	23.998
Custo	23.105	1.608	24.713
Amortização acumulada	-	(715)	(715)
Saldo contábil líquido	23.105	893	23.998
Em 31 de dezembro de 2021	23.105	893	23.998
Saldo inicial	-	(316)	(316)
Amortização	23.105	577	23.682
Em 31 de dezembro de 2021	23.105	1.608	24.713
Custo	23.105	1.608	24.713
Amortização acumulada	-	(1.031)	(1.031)
Saldo contábil líquido	23.105	577	23.682

2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Provisões de fretes	866	877
Provisões de bônus e metas	931	1.193
Arrendamentos	3.635	3.437
Outras provisões	454	747
	5.886	6.254
Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	5.886	6.254

2.8 Patrimônio Líquido: a) <

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

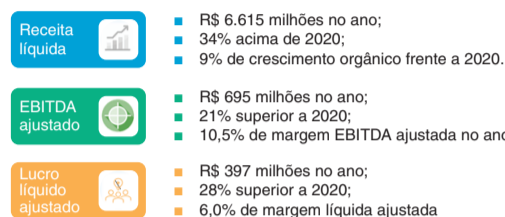
Relatório da Administração

São Paulo, 08 de março de 2022.

A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") em conjunto com suas controladas ("Grupo GPS") anunciam seus resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Sobre o Grupo GPS**

O Grupo GPS é líder no setor de serviços terceirizados – *facilities*, segurança, logística *indoor*, engenharia de utilidades, serviços industriais, alimentação e serviços de infraestrutura. Atuamos em todo o Brasil com um abrangente portfólio de soluções, servindo a 3.182* Clientes e contando com mais de 119,6* mil colaboradores diretos. Com cerca de 60 anos de atuação, seguimos um processo constante e robusto de crescimento, sustentado por um modelo de negócio ágil e sólidos princípios de gestão empresarial. Nossa estratégia de crescimento combina a vertical orgânica, focada no desenvolvimento de novos Clientes e na ampliação dos serviços e soluções junto à base atual de Clientes, com a vertical inorgânica, através da aquisição e integração de empresas que favoreçam o ganho de escala e a maior penetração em regiões ou serviços convergentes com o nosso modelo de gestão empresarial. Em abril de 2021, a Companhia se tornou a primeira do seu setor a fazer sua listagem na B3, a bolsa de valores do Brasil, no segmento do Novo Mercado.

1. Destaques de 2021



* Os números de colaboradores, Clientes e gerentes de contrato não consideram as empresas Allis, Única, Rudder, Comau, Force e Ormec.

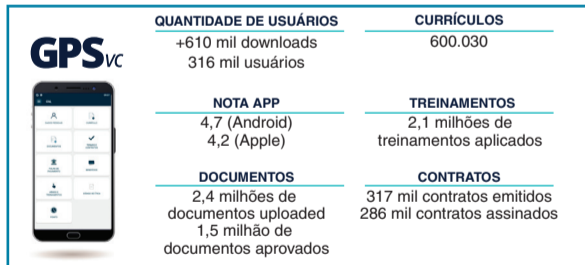
O ano de 2021 foi marcado pelos desafios decorrentes da pandemia do COVID-19, em especial no 1T21. A partir de meados do 2T21, as operações apresentaram retomada e evoluíram de maneira positiva durante os trimestres seguintes. Seguimos com um ritmo crescente de conquistas de novos contratos e foco no estreitamento do relacionamento comercial com nossos Clientes, buscando continuamente a geração de novas oportunidades de crescimento orgânico. As atividades de M&A se mantiveram aquecidas, o que resultou na aquisição de seis companhias durante o ano de 2021 que, de forma consolidada, realizaram R\$1,4 bilhão de receita bruta nos 12 meses anteriores a assinatura dos contratos de compra e venda. Já concluímos a integração de sistemas destas seis empresas – Loghis, Global, e Vivante, Allis, Única e Rudder. Quanto ao programa de M&A de 2022, concluímos o processo de aquisição da Comau em 15 de dezembro, que, conforme termo de fechamento, o controle pelo Grupo GPS ocorreu a partir de 01 de janeiro de 2022. Também anunciamos a conclusão da aquisição da Force, em 24 de fevereiro de 2022, e a aquisição da Ormec, em 18 de fevereiro de 2022, esta última, ainda condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo sua submissão à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

2. Capacidade operacional, portfólio de serviços e Clientes: Somos 119,6 mil* colaboradores diretos, servindo a 3.182* Clientes em todo o território nacional. Nossos 360* gerentes de contrato estão concentrados na entrega dos serviços e no aprimoramento do relacionamento com os nossos Clientes, para assegurar um elevado nível de satisfação, refletido em nosso índice de 74% de NPS, apurado até 31 de dezembro de 2021.



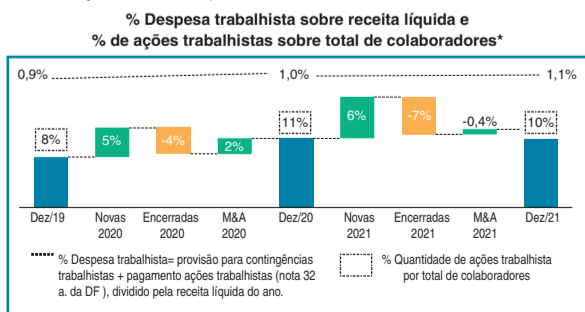
* Os números de colaboradores, Clientes e gerentes de contrato não consideram as empresas Allis, Única, Rudder, Comau, Force e Ormec.

Na gestão dos nossos colaboradores, priorizamos a capacitação das nossas equipes e a contratação e retenção de pessoas comprometidas com o "espírito de servir" aos nossos Clientes. Uma ferramenta essencial para atingir este objetivo é o nosso aplicativo de gestão de pessoas – GPSvc*. Através dele mantemos o treinamento das equipes atualizado e frequente, somos capazes de atrair e recrutar profissionais para suportar a expansão dos contratos e oferecemos a cada colaborador a gestão do seu dia a dia na "palma da mão".



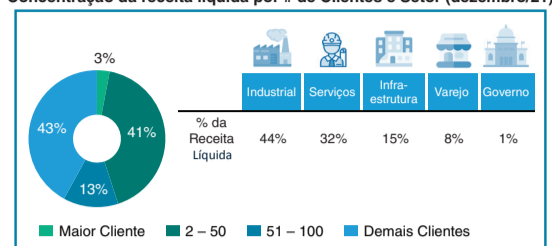
* Base dezembro/21

O impacto ambiental do uso desta tecnologia já pode ser verificado através da economia de papel decorrente da assinatura digital de documentos e contratos. Resultados gerados: • 1.147 árvores poupadas*; • 82 mil quilos de CO2 evitados*; • 5,9 milhões de litros de economia de água*. * Cada 10 mil folhas A4 = 1 árvore; 1 folha A4 = emissão de cerca de 0,007KG de CO2 e consumo de cerca de 0,5 litros de água. Prezamos também por monitorar o risco trabalhista, que é essencial tanto para nossos negócios como para nossos Clientes. Garantir boas práticas de gestão nos permite manter nossa despesa trabalhista sob controle, em torno de 1% da receita líquida, e estabilidade do número de ações trabalhistas por colaborador.



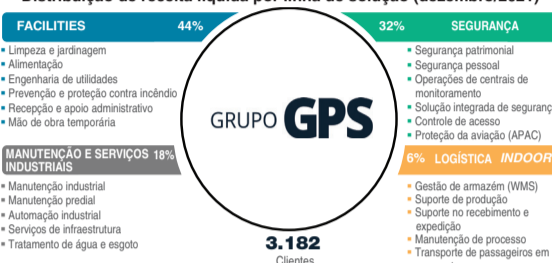
* Os números de ações trabalhistas e colaboradores não consideram as empresas Allis, Única, Rudder, Comau, Force e Ormec. Nossa base de Clientes se mantém bastante diversificada e com baixo nível de concentração de receita.

Concentração da receita líquida por # de Clientes e Setor (dezembro/21)

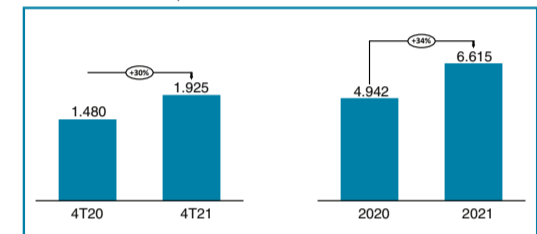


Temos evoluído cada vez mais para um conceito "one stop shop" em serviços, alinhado com a nossa estratégia de construir relações duradouras e consistentes com nossos Clientes. Ao oferecer ao Cliente várias soluções, aprofundamos nossa relação comercial e operacional e criamos oportunidades variadas de crescimento dentro da nossa própria carteira de Clientes.

Distribuição de receita líquida por linha de solução (dezembro/2021)



3. Receita líquida: ■ Receita líquida no 4T21 de R\$ 1.925 milhões, 30% superior a receita do 4T20; ■ Receita líquida do ano de 2021 de R\$ 6.615 milhões, 34% superior a receita de 2020; Os gráficos abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



No 4T21, aceleramos o ritmo de implantação de novos contratos, o que resultou em um crescimento de 15% de receita líquida orgânica, frente ao 4T20, e de 9%, quando comparamos o período de 2021 com 2020. As tabelas abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual, com abertura por receita orgânica e inorgânica. Os valores estão representados em milhões de reais.

Receita líquida R\$ mi	Empresas	4T21 (a)	4T20 (b)	r (a)/(b)
Orgânica*	Grupo GPS	1.249	1.083	15%
Inorgânica (2020)	BC2/Conbras/ISS/Luandre/Sunset	366	397	-8%
Inorgânica (2021)	Loghis/Global/Vivante/Allis/Única/Rudder	310	-	-
Receita líquida total		1.925	1.480	30%
Receita líquida R\$ mi	Empresas	2021 (a)	2020 (b)	r (a)/(b)
Orgânica*	Grupo GPS	4.753	4.377	9%
Inorgânica (2020)	BC2/Conbras/ISS/Luandre/Sunset	1.451	564	157%
Inorgânica (2021)	Loghis/Global/Vivante/Allis/Única/Rudder	411	-	-
Receita líquida total		6.615	4.942	34%

* A receita líquida orgânica inclui as safras até 2019 (inclusive), conforme detalhado na N.E. 31 (c).

4. Programa de Aquisições

Concluímos seis aquisições no ano de 2021 e os resultados do 4T21 incluem a performance integral da Loghis, Global, Vivante e Allis, e, parcialmente, da Única e Rudder. Também concluímos, em 15 de dezembro, a aquisição da Comau, que deverá ter seus resultados refletidos a partir do 1T22, e da Force, em 24 de fevereiro de 2022. Anunciamos, em 17 de fevereiro, a aquisição da Ormec, que está condicionada ao cumprimento de condições precedentes, conforme destacado no item 1. Relacionamos abaixo o total de aquisições, que somam R\$ 2,092 bilhão de receita bruta, apurada nos 12 meses anteriores a assinatura dos contratos de compra e venda, sendo R\$ 1,4 bilhão considerada receita que integra o programa de M&A de 2021 e R\$ 691 milhões considerada como receita integrante do programa de M&A de 2022.

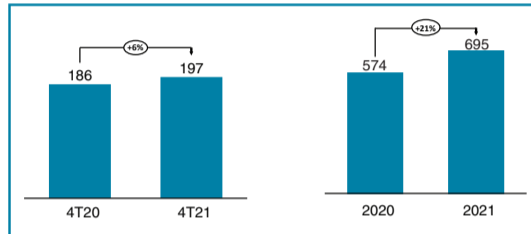
Empresa	Data	Receita 12 meses (R\$ mi)	Situação	Detalhes	Programa M&A
LOGHIS	Assinatura 13/05/21 Fechamento 08/07/21 Go live 01/11/21	108	Integrada	Logística Indoor	2021
GLOBAL	Assinatura 20/05/21 Fechamento 06/08/21 Go live 01/10/21	281	Integrada	Segurança e Facilities	2021
VIVANTE	Assinatura 12/07/21 Fechamento 31/08/21 Go live 01/11/21	337	Integrada	Manutenção de utilities	2021
ALLIS	Assinatura 23/07/21 Fechamento 28/09/21 Go live 01/03/22	240	Integrada	Field marketing	2021
ÚNICA	Assinatura 11/08/21 Fechamento 18/10/21 Go live 01/03/22	180	Integrada	Facilities, Segurança e Alimentação	2021
RUDDER	Assinatura 21/09/21 Fechamento 23/11/21 Go live 01/03/22	255	Integrada	Segurança e Facilities	2021
COMAU	Assinatura 23/07/21 Fechamento 15/12/21 Go live 01/04/22	339	Em integração de sistemas	Manutenção industrial	2022
FORCE	Assinatura 12/01/22 Fechamento 24/02/22	142	Em integração de sistemas	Segurança e Facilities	2022
ORMEC	Assinatura 17/02/22	210	Em fechamento	Logística, Manutenção e Limpeza Industrial	2022

5. EBITDA e EBITDA ajustado: A tabela abaixo apresenta a composição do cálculo do EBITDA, conforme Instrução CVM 527/2012 e o EBITDA ajustado.

EBITDA R\$ mi	4T21 (a)	4T20 (b)	Δ (a)/(b)	2021 (c)	2020 (d)	Δ (c)/(d)
Lucro líquido	143	106	35%	400	283	41%
IR/CSLL	72	46	57%	170	134	27%
Resultado Financeiro	(10)	6	-262%	40	49	-18%
Depreciação de ativos	17	15	11%	59	46	28%
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo	20	16	29%	67	55	22%
EBITDA (cf. ICVM 527)	242	189	28%	736	566	30%
Resultado com alienação de investimento	-	-	-	(1)	-	-
Provisão riscos fiscais	-	-	-	9	-	-

EBITDA R\$ mi	4T21 (a)	4T20 (b)	Δ (a)/(b)	2021 (c)	2020 (d)	Δ (c)/(d)
Provisão para contingências não trabalhista	4	6	-34%	1	9	-86%
Despesas com aquisição de controladas	8	(2)	-649%	30	15	222%
Atualização wde ativos indenizatórios e passivos contingentes	-	-	-	(4)	-	-
Conta gráfica de dívida de aquisição	-	-	-	(4)	-	-
Atualização earn out	1	-	-	(13)	(3)	-
Reversão de tributos sub júdice	(41)	(12)	242%	(41)	(12)	243%
Compra vantajosa	-	(1)	-100%	-	(1)	-
Outras receitas e despesas	-	6	-100%	-	-	-
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	(17)	-	-	(17)	-	-
EBITDA ajustado	197	186	6%	695	574	21%
EBITDA ajustado/receita líquida	10,3%	12,5%	-2,2pp	10,5%	11,6%	-1,1pp

■ EBITDA ajustado de R\$197 milhões no 4T21, 6% superior ao resultado do 4T20; ■ EBITDA ajustado de R\$ 695 milhões no ano de 2021, 21% superior ao resultado de 2020; ■ Margem EBITDA ajustada no 4T21 de 10,3% com decréscimo de 2,2 p.p comparativamente ao 4T20; ■ Margem EBITDA ajustada de 10,5% em 2021, com decréscimo de 1,1 p.p comparativamente a 2020; ■ Cabe destacar que no ano de 2020, em função das medidas governamentais e de ajustes internos decorrentes da primeira onda da pandemia do COVID-19, apuramos reduções momentâneas de custos e despesas (salários, despesas operacionais e custo com fornecedores), que impactaram positivamente a rentabilidade do período. Os gráficos abaixo apresentam a evolução do EBITDA ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



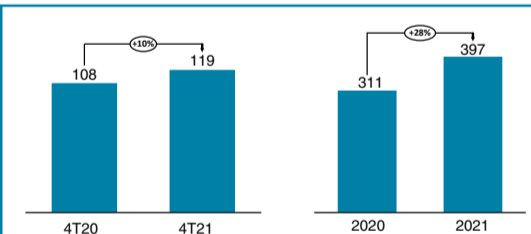
O EBITDA ajustado considera apenas três tipos de eventos: ■ Eventos com características não operacionais, a exemplo de reversão de contingências civis e tributárias de períodos anteriores e provisões para riscos fiscais; ■ Eventos relacionados a aquisição de controladas, incluindo os valores gastos com diligências legais e financeiras e com perdas incorridas que são objeto de indenização pelos vendedores das empresas adquiridas; ■ Outras receitas ou despesas não relacionadas com a operação.

6. Lucro líquido e Lucro líquido ajustado*

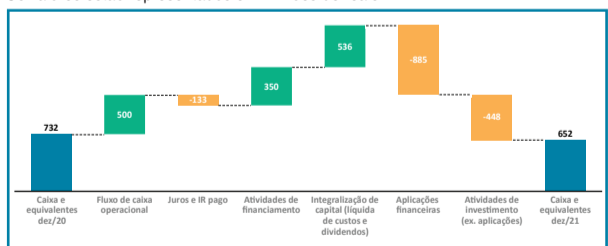
Lucro líquido ajustado* R\$ mi	4T21 (a)	4T20 (b)	Δ (a)/(b)	2021 (c)	2020 (d)	Δ (c)/(d)
Lucro líquido	143	106	35%	400	283	41%
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo (líquido)**	13	10	29%	45	36	22%
Atualização earn out (líquido)**	1	-	-	(9)	-	-
Reversão de tributos sub júdice**	(27)	(8)	242%	(27)	(8)	243%
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL**	(11)	-	-	(11)	-	-
Lucro líquido ajustado	119	108	10%	397	311	28%
LL (ajustado)/receita líquida	6,2%	7,3%	-1,1pp	6,0%	6,3%	-0,3pp

* Lucro líquido ajustado não é base para distribuição de dividendos

** Valor líquido do IR (34%) ■ Lucro líquido ajustado no 4T21 de R\$ 119 milhões, 10% superior ao lucro líquido ajustado do 4T20; ■ Margem líquida ajustada do 4T21 de 6,2%, 1,1 p.p. inferior à margem do 4T20; ■ Lucro líquido ajustado em 2021 de R\$397 milhões, 28% superior ao lucro líquido ajustado de 2020; ■ Margem líquida ajustada em 2021 de 6,0%, 0,3 p.p. inferior à margem líquida ajustada de 2020. Os gráficos abaixo apresentam a evolução do lucro líquido ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



7. Fluxo de caixa: O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo de fluxo de caixa contábil. Os valores estão representados em milhões de reais.



■ Geração de caixa das atividades operacionais em 2021 no valor de R\$ 500 milhões, representando 72% do EBITDA ajustado, 12 p.p. acima quando comparado ao ano anterior. Vale ressaltar que tivemos um incremento do prazo médio de recebimento da Companhia, em função da incorporação dos saldos de contas a receber das adquiridas; ■ Caixa líquida das atividades de financiamento de R\$ 350 milhões entre amortizações e emissões de dívida, com destaque para a emissão das debêntures não conversíveis, no valor de R\$ 750 milhões, com prazo de 7 anos e 54 meses de *duration*. Cabe destacar, que o exercício das opções de compra das parcelas remanescentes no valor de R\$ 137 milhões de oito empresas controladas passou a compor o fluxo de financiamento, anteriormente alocado no fluxo de investimento da Companhia; ■ Fluxo das atividades de investimento em R\$ 448 milhões, fruto da aquisição de sete novas empresas no valor de R\$ 385 milhões e de aquisição de ativos imobilizados operacionais no valor de R\$ 71 milhões.

8. Alavancagem

Endividamento R\$ mi	4T21 (a)	3T21 (b)	2T21 (c)	1T21 (d)	4T20 (e)	Δ (a)/(e)
Caixa	1.669	1.385	1.422	816	878	90%
Caixa e equivalente de caixa	652	580	548	720	732	-11%
Aplicações e derivativos	1.017	805	874	96	146	597%
Dívida Bruta	2.304	1.570	1.659	1.846	1.937	19%
Empréstimos	813	846	827	965	944	-14%
Debêntures	1.252	506	505	503	503	149%

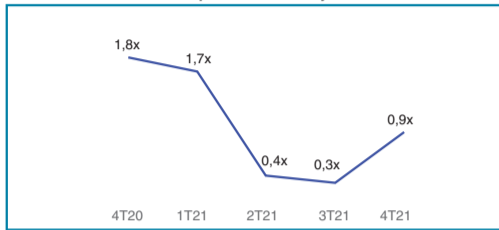
continua ...

... continuação

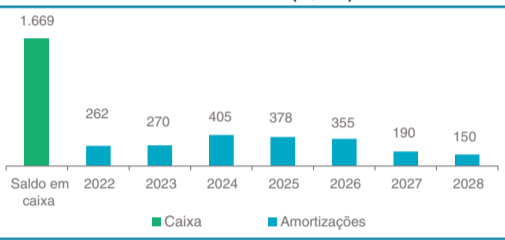
Endividamento R\$ mi	4T21 (a)	3T21 (b)	2T21 (c)	1T21 (d)	4T20 (e)	Δ (a)/(e)
Aquisição de controladas	177	180	294	357	467	-62%
Parcelamento de tributos	63	39	34	21	22	180%
Dívida líquida	(635)	(185)	(237)	(1.030)	(1.059)	-40%
EBITDA ajustado (últimos 12 meses)	695	681	649	618	573	21%
Dívida líquida/ EBITDA ajustado (últimos 12 meses)	0,9	0,3	0,4	1,7	1,8	-51%

O índice de alavancagem do Grupo GPS encerrou o 4T21 em 0,9x EBITDA ajustado, apresentando redução de 51% frente ao índice apurado no 4T20, fruto da forte geração operacional de caixa no período e também da integralização da emissão primária no processo de IPO em R\$ 536 milhões, líquida de dividendos e dos custos de transação. Cabe ressaltar que o endividamento do grupo foi afetado pelo desembolso de R\$ 593 milhões, para aquisição de empresas, exercícios das opções de compra e investimentos em ativos fixos operacionais, e ainda manteve redução frente ao 4T20; Abaixo demonstramos a evolução do índice de alavancagem e do perfil da dívida do Grupo GPS, resultante tanto da emissão das debêntures de longo prazo quanto do alongamento dos contratos *bullet*s de 12 meses emitidos em 2020, contribuindo para que a *duration* total da carteira alcançasse 48 meses no 4T21.

Dívida líquida / EBITDA ajustado



PERFIL DE ENDIVIDAMENTO (R\$ MM) - DEZ/2021



9. Retorno sobre capital

O Retorno sobre Capital Investido (ROIC), atingiu 20,2% em 2021, com redução de 0,3 p.p. em relação ao ano de 2020. Obtivemos um crescimento de 20% do lucro operacional (NOPAT), e 22% do Capital investido, em função da integralização da oferta primária do IPO e aquisições do período. A manutenção dos patamares de rentabilidade demonstra a nossa capacidade de crescimento orgânico sustentável e rápida captura de valor das companhias adquiridas.

R\$ mi	2021 (a)	2020 (b)	Δ (a)/(b)
EBITDA ajustado	695	574	21%
Depreciação	-59	-46	28%
EBITA ajustado	636	528	20%
Alíquota IR/CS	34%	34%	-
NOPAT	420	348	20%
Dívida líquida (média ponderada)*	677	767	-12%
Patrimônio líquido (médio ponderado)**	1.396	931	50%
Capital investido (dívida líquida + patrimônio líquido)	2.073	1.698	22%
ROIC (NOPAT/Capital investido)	20,2%	20,5%	-0,3pp

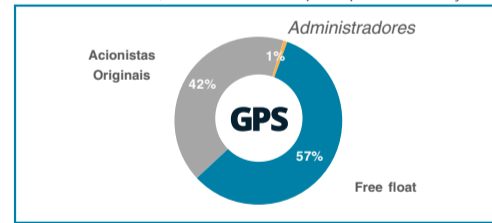
* Média simples da dívida líquida na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social; ** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social. O Retorno sobre Patrimônio (ROE) atingiu 28,4%, 5,0 p.p. inferior ao resultado de 2020, reflexo do aumento do patrimônio líquido ponderado em função do efeito da integralização da oferta primária do IPO.

R\$ mi	2021 (a)	2020 (b)	Δ (a)/(b)
Lucro líquido ajustado	397	311	28%
Patrimônio líquido (médio ponderado)**	1.396	931	50%
ROE	28,4%	33,4%	-5,0pp

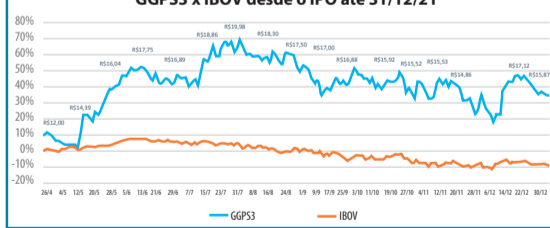
** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.

10. Desempenho GGPS3

A ação da Companhia (GGPS3) encerrou dezembro de 2021 cotada a R\$15,87, registrando uma valorização de 32% desde o IPO (26/04/2021), em comparação com a desvalorização de 14% do índice IBOV no mesmo período. O volume médio diário negociado nesse período foi de R\$ 24,2 milhões e a média de 1.829 negócios por dia. Em 31 de dezembro de 2021, o *free-float* era composto por 57% das ações.



GGPS3 x IBOV desde o IPO até 31/12/21



	2021
Ações existentes – fim do período	667.490.790
Preço de fechamento (R\$) – fim do período	15,87
Preço médio (R\$)	16,21
Volume médio diário (R\$ milhões)	24,2
Média diária da # de negócios	1.829
Valor de Mercado (R\$ milhões) – fim do período	10.593

11. Considerações finais: Os resultados alcançados no ano de 2021 reforçam nossa convicção de que o modelo de gestão da Companhia, pautado pela descentralização, delegação planejada, foco na geração de resultados e o exercício da meritocracia, é o fator mais relevante para o sucesso da nossa estratégia de crescimento. É através da nossa competência em reter e engajar pessoas com espírito empreendedor que ampliaremos a nossa capacidade de construir relações de longo prazo com os Clientes e a sustentabilidade dos nossos resultados. Trabalhamos para aprimorar nossas ferramentas de motivação e retenção de curto, médio e longo prazos e propiciar para nossa equipe um ambiente empresarial cada vez mais eficiente e produtivo. Acreditamos que o ano de 2022 ainda será desafiador e, por isso, estamos preparados para seguir na direção do crescimento, combinando o esforço das equipes comerciais com novas oportunidades de aquisição de empresas, assegurando uma gestão equilibrada dos riscos que envolvem o nosso ambiente empresarial. Considerações legais: As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este relatório pode incluir declarações sobre eventos futuros que estão sujeitos a riscos e

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições da Administração do Grupo GPS tomadas dentro do melhor conhecimento e informações a que o Grupo GPS atualmente tem acesso. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Este relatório pode incluir métricas não contábeis, o que será indicado onde for pertinente. Tais métricas são inseridas por serem consideradas pela Administração como relevantes para o entendimento do negócio, mas não necessariamente passaram pelo mesmo critério de elaboração das informações contábeis intermediárias. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes do Grupo GPS. Auditoria independente: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a KPMG prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras com honorários de R\$ 3.203 mil, bem como, serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados em relação a oferta pública de ações da Companhia, com honorários de R\$ 1.711 mil que representaram 53% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes

12. Anexos

Demonstrações dos resultados – R\$ mi	Nota	Consolidado	
		De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	31	6.615	4.942
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	32	(5.500)	(4.001)
Lucro bruto		1.115	941
Despesas gerais e administrativas	32	(554)	(475)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	32	9	(2)
Outras receitas operacionais	32	98	16
Outras despesas operacionais	32	(58)	(15)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		609	465
Receitas financeiras	33	151	127
Despesas financeiras	33	(191)	(176)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(40)	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	17 (a)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		569	416
Imposto de renda e contribuição social correntes	25 (c)	(198)	(152)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (c)	28	18
Lucro líquido do período		400	283
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		400	283
Acionistas não controladores		-	-
Resultado básico e diluído por ação	34	0,62	0,49

Demonstrações dos resultados – R\$ mi	Nota	Consolidado	
		De 01/10/2021 a 31/12/2021	De 01/10/2020 a 31/12/2020
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	31	1.925	1.480
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	32	(1.603)	(1.134)
Lucro bruto		322	346
Despesas gerais e administrativas	32	(210)	(244)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	32	44	44
Outras receitas operacionais	32	94	12
Outras despesas operacionais	32	(45)	1
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		205	158
Receitas financeiras	33	11	14
Despesas financeiras	33	(0)	(20)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		10	(6)
Resultado de equivalência patrimonial	17 (a)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		216	152
Imposto de renda e contribuição social correntes	25 (c)	(59)	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (c)	(14)	(6)
Lucro líquido do período		143	106
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		143	106
Acionistas não controladores		-	-
Resultado básico e diluído por ação	34	0,22	0,18

Ativo – R\$ mi	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	652	732
Aplicações financeiras	11	988	102
Instrumentos financeiros derivativos	12	5	21
Contas a receber	13	1.381	976
Dividendos a receber	16,4	-	-
Empréstimos a receber	16,3	4	-
Estoques		7	7
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	125	120
Tributos a recuperar	15	236	152
Adiantamentos a fornecedores		13	10
Despesas antecipadas		19	21
Outras contas a receber		4	3
Total do ativo circulante		3.435	2.144
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	11	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	24	23
Contas a receber	13	58	65
Empréstimos a receber	16,3	22	14
Outras contas a receber	16,2	-	-
Depósitos judiciais	27 (c)	137	116
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15	17	-
Ativo indenizatório	27 (d)	127	104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	402	308
Total do realizável a longo prazo		787	629
Investimentos	17	106	-
Imobilizado	18	273	213
Direito de uso em arrendamentos	19	40	45
Intangível	20	1.964	1.451
Total do ativo não circulante		3.168	2.339
Total do ativo		6.603	4.482

Passivo – R\$ mi	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		101	78
Empréstimos	21	199	328
Debêntures	22	108	3
Arrendamentos a pagar	23	17	17
Salários e encargos sociais	24	802	598
Imposto de renda e contribuição social a recolher		43	21

Passivo – R\$ mi	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Obrigações tributárias		110	73
Parcelamento de tributos	26	15	5
Aquisição de controladas	28	85	206
Dividendos a pagar	16,5	-	400
Outras contas a pagar		-	27
Total do passivo circulante		1.516	1.755
Não circulante			
Empréstimos	21	613	617
Debêntures	22	1.144	500
Arrendamentos a pagar	23	25	30
Parcelamento de tributos	26	48	17
Aquisição de controladas	28	92	261
Provisão para contingências e tributos sub judice	27 (a)/(b)	960	558
Outras contas a pagar		8	5
Total do passivo não circulante		2.890	1.989
Patrimônio líquido			
Capital social	29 (a)	1.615	540
Reservas de lucros	29 (e)	538	270
Outros resultados abrangentes		8	-
Ajustes de avaliação patrimonial	29 (g)	34	(71)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		2.195	739
Participação dos não controladores		1	(0)
Total do patrimônio líquido		2.197	739
Total do passivo e patrimônio líquido		6.603	4.482

Fluxo de Caixa – R\$ mi	Nota	Consolidado	
		De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		400	283
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	15 (a)	-	-
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado		(13)	(1)
Constituição de (provisão) reversão para perda esperada dos serviços faturados	32	(12)	2
Constituição de reversão (provisão) para perda esperada dos serviços a faturar	32	4	(0)
Depreciação de imobilizado	18 (c)	40	27
Amortização de intangível	20 (c)	-	1
Amortização do ativo de direito de uso	19 (a)	19	17
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	20 (c)	61	50
Amortização de mais valia – ativos fixos	18 (c)	7	6
Complemento (reversão) de provisão para tributos sub judice	27 (b)	(59)	(3)
Ganho com compra vantajosa		-	(1)
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	14	(17)	-
Imposto de renda e contribuição social	25 (c)	170	134
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27 (a)	17	15
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	32	(4)	3
Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	28	(13)	-
Compensação de dívida de aquisição	28	(4)	-
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	33	(0)	(53)
Atualização monetária de ativos		(6)	(1)
Encargos financeiros		159	112
		746	588
Variações em:			
Estoques		(0)	(3)
Contas a receber		(234)	(31)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(86)	(85)
Tributos a recuperar		(76)	(36)
Depósitos judiciais		(9)	10
Ativo indenizatório		-	(15)
Outras contas a receber		10	-
Fornecedores		1	(30)
Salários e encargos sociais		144	(26)
Outras obrigações tributárias		15	(14)
Outras contas a pagar		(10)	(10)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		500	346
Juros pagos sobre empréstimos	21 (b)	(46)	(48)
Juros pagos sobre debêntures	22 (b)	(24)	(22)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(63)	(65)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		367	212
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(885)	(102)
Dividendos recebidos	16,4	-	-
Recebimento de empréstimos – (contratos de mútuo)	16,3	2	2
Concessão de empréstimos – (contratos de mútuo)	16,3	(12)	(4)
Recebimento pela venda de imobilizado		18	4
Aquisição de imobilizado	18 (b)	(71)	(57)
Aquisição de intangível	20 (b)	-	(2)
Aumento de capital em investida	17 (b)	-	-
Aquisição de controlada não consolidada	3	(106)	-
Aquisição das controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	28	(280)	(174)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(1.333)	(333)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital por emissão de ações	29 (b)	1.133	14
Recebimento de reserva de capital a integralizar	29 (b)	-	36
Gastos com emissões de ações	29 (b)	(58)	-
Pagamento de arrendamentos	23 (c)	(21)	(

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	30	42	652.434	731.669	Fornecedores		49	-	100.877	77.581
Aplicações financeiras	11	-	-	987.526	102.300	Empréstimos	21	-	-	199.405	327.552
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	5.178	20.571	Debêntures	22	-	-	107.734	3.246
Contas a receber	13	-	-	1.381.045	976.057	Arrendamentos a pagar	23	-	-	17.131	16.880
Dividendos a receber	16.4	-	340.000	-	-	Salários e encargos sociais	24	-	7	802.100	597.904
Empréstimos a receber	16.3	2.059	-	3.707	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	161	42.561	20.515
Estoques		-	-	6.920	6.784	Obrigações tributárias	20	9	110.322	72.865	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	-	-	124.950	119.765	Parcelamento de tributos	26	14	14	14.908	5.151
Tributos a recuperar	15	-	88	236.440	152.498	Aquisição de controladas	28	-	-	85.295	206.064
Adiantamentos a fornecedores	4	-	-	13.406	9.616	Empréstimos com partes relacionadas	16.2	20.669	-	-	-
Despesas antecipadas	95	3	3	18.723	21.463	Dividendos a pagar	16.5	-	400.000	-	400.000
Outras contas a receber	2	2	2	4.330	3.067	Outras contas a pagar	1	1	35.679	27.382	
Total do ativo circulante		2.190	340.135	3.434.659	2.143.790	Total do passivo circulante		20.753	400.192	1.516.012	1.755.140
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	11	-	-	252	249	Empréstimos	21	-	-	613.293	616.629
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	23.740	22.805	Debêntures	22	-	-	1.144.473	500.000
Contas a receber	13	-	-	57.642	64.512	Arrendamentos a pagar	23	-	-	24.814	30.262
Empréstimos a receber	16.3	10.206	13.569	21.741	13.569	Parcelamento de tributos	26	44	56	47.603	17.206
Outras contas a receber	16.2	-	61.057	-	-	Aquisição de controladas	28	-	-	91.606	261.027
Depósitos judiciais	27 (c)	-	-	136.702	116.216	Provisão para contingências e tributos sub judice	27 (a)/(b)	1.371	1.261	960.284	558.145
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	-	-	17.043	-	Outras contas a pagar		-	-	8.223	5.251
Tributos a recuperar	15	-	-	308	308	Total do passivo não circulante		1.415	1.317	2.890.296	1.988.520
Ativo indenizatório	27 (d)	-	-	126.966	103.508	Patrimônio líquido					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	72	35	402.165	308.171	Capital social	29 (a)	1.615.382	540.453	1.615.382	540.453
Total do realizável a longo prazo		10.278	74.661	786.559	629.338	Reservas de lucros	29 (e)	537.878	269.655	537.878	269.655
Investimentos	17	2.204.812	725.421	105.537	-	Outros resultados abrangentes		8.294	-	8.294	-
Imobilizado	18	-	-	272.633	213.388	Ajustes de avaliação patrimonial	29 (g)	33.558	(71.400)	33.558	(71.400)
Direito de uso em arrendamentos	19	-	-	39.866	45.321	Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		2.195.112	738.708	2.195.112	738.708
Intangível	20	-	-	1.963.659	1.450.530	Participação dos não controladores		-	-	1.493	(1)
Total do ativo não circulante		2.215.090	800.082	3.168.254	2.338.577	Total do patrimônio líquido		2.195.112	738.708	2.196.605	738.707
Total do ativo		2.217.280	1.140.217	6.602.913	4.482.367	Total do passivo e patrimônio líquido		2.217.280	1.140.217	6.602.913	4.482.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	31	-	-	6.615.255	4.942.186
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	32	-	-	(5.500.057)	(4.001.002)
Lucro bruto				1.115.198	941.184
Despesas gerais e administrativas	32	(286)	(163)	(553.914)	(475.118)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	32	-	-	8.705	(2.128)
Outras receitas operacionais	32	19	-	97.850	16.242
Outras despesas operacionais	32	(578)	(285)	(58.477)	(15.349)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		(845)	(448)	609.362	464.831
Receitas financeiras	33	1.204	851	151.209	127.060
Despesas financeiras	33	(59)	(31)	(191.103)	(175.680)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		399.764	282.349	569.468	416.211
Imposto de renda e contribuição social correntes	25 (c)	(126)	(88)	(197.994)	(151.992)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (c)	37	385	28.274	18.427
Resultado líquido do exercício		399.675	282.646	399.748	282.646
Lucro atribuído aos:					
Acionistas controladores		399.675	282.646	399.675	282.646
Acionistas não controladores		-	-	73	-
Resultado básico e diluído por ação	34			0,62	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		399.675	282.646	399.748	282.646
Resultado líquido sobre hedge		-	-	8.294	-
Resultado abrangente do exercício		399.675	282.646	408.042	282.646
Lucro atribuído aos:					
Acionistas controladores		399.675	282.646	407.969	282.646
Acionistas não controladores		-	-	73	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas (1)				7.310.945	5.401.425
Receita bruta de vendas e serviços	31	-	-	7.204.390	5.387.311
Outras receitas	32	-	-	97.850	16.242
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	32	-	-	8.705	(2.128)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(858)	(354)	(792.259)	(448.927)
Custos das mercadorias vendidas	32	-	-	(92.354)	(68.339)
Materiais, serviços de terceiros e outros	32	(858)	(354)	(699.905)	(380.588)
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)		(858)	(354)	6.518.686	4.952.498
Depreciação e amortização (4)	32	-	-	(126.407)	(99.575)
Valor adicionado líquido produzido (5) = (3) + (4)		(858)	(354)	6.392.279	4.852.923
Valor adicionado recebido em transferência (6)		400.668	282.828	151.209	127.060
Resultado de equivalência patrimonial	17 (a)	399.464	281.977	-	-
Receitas financeiras	33	1.204	851	151.209	127.060
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)		399.810	282.474	6.543.488	4.979.983
Distribuição do valor adicionado		(399.810)	(282.474)	(6.543.488)	(4.979.983)
Pessoal		(39)	(125)	(4.329.721)	(3.287.465)
Remuneração direta	(36)	(104)	(4.056.834)	(2.997.725)	(91.777)
Benefícios		-	-	(124.957)	(91.777)
Encargos sociais	(3)	(21)	(147.930)	(197.963)	(197.963)
Tributos e taxas		(96)	297	(1.475.515)	(1.106.259)
Federais	(96)	297	(1.196.128)	(897.810)	(897.810)
Estaduais		-	-	(10.635)	(5.836)
Municipais		-	-	(268.752)	(202.613)
Remuneração de capitais de terceiros		-	-	(338.504)	(303.613)
Juros		-	-	(173.776)	(164.702)
Aluguéis		-	-	(164.728)	(138.911)
Remuneração de capitais próprios		(399.675)	(282.646)	(399.748)	(282.646)
Dividendos a acionistas controladores	(125.000)	(67.128)	(125.000)	(67.128)	(67.128)
Dividendos pagos (vendedores de adquiridas)		(7.145)	-	(7.145)	(482)
Retenção de lucros		(267.530)	(215.518)	(267.603)	(215.036)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro, sob o código de negociação GGPS3, com sede na avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Controladora e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo tem como atividades preponderantes: (i) prestação de serviços de segurança patrimonial; (ii) prestação de serviços de higienização e de limpeza (facilities); (iii) prestação de serviços de logística indoor; (iv) prestação de serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v) prestação de serviços de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); (vi) prestação de serviços de cozinha e venda de refeições; (vii) prestação de serviços de manutenção de rodovias; (viii) participação em empresas por aquisição de ações ou quotas de capital; (ix) administração e gerenciamento de mão de obra temporária para terceiros, nos termos da Lei 6.019/74, conforme alterada pela Lei 13.429/17; (x) consultoria e assessoria empresarial financeira, na área de eventos promocionais, planejamento, organização e execução de feiras, congressos, eventos e campanhas de incentivo; (xi) promoção de vendas e distribuição de brindes promocionais. **1.1. Situação da COVID-19:** O monitoramento dos efeitos e desdobramentos da pandemia da COVID-19 está mantido, juntamente com o Comitê de Crise que trabalha com foco em minimizar os riscos para a comunidade, mantendo suas operações com o mínimo de impacto nos clientes e promovendo bem-estar dos colaboradores. Dentre o conjunto de ações adotadas, o Grupo segue com a prioridade do plano de preservação da saúde e ambiente de trabalho dos colaboradores, que incluem: (i) Home-office para colaboradores cujas atividades permitem trabalho remoto e para pessoas acima de 60 anos ou consideradas pertencentes aos grupos de risco; (ii) Flexibilização dos horários de entrada e saída nos escritórios das empresas do Grupo; (iii) Adaptação das instalações para facilitar a circulação e aumentar o distanciamento; e (iv) Introdução de rotinas de esterilização de mobiliários e instalações prediais. O Grupo continua mantendo em funcionamento as atividades julgadas essenciais à população pelos órgãos competentes em cada município em que atua. Durante o período mais intenso da pandemia, o caixa mantido pelo Grupo se provou suficiente para suportar as necessidades operacionais que se apresentaram, sendo possível assim garantir manutenção da capacidade financeira do Grupo para fazer frente às necessidades operacionais de caixa e ao investimento no crescimento inorgânico. A Administração também avaliou os impactos do COVID-19 em seus ativos e passivos, realizando análises conforme a seguir: (i) Acompanhamento dos seus ativos financeiros, incluindo contas a receber – As análises foram conduzidas considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Como resultado dessa análise, para o exercício de 2021, não foi identificada

continua ...

... continuação				GPS Participações e Empreendimentos S.A.			
necessidade de constituição de provisões adicionais; (ii) Análises de recuperação ("impairment") de ativos não financeiros – Assim como as análises para os ativos financeiros, o Grupo avalia a necessidade de constituição de provisão. Também não foi identificada necessidade de constituição de provisão para nenhum dos ativos; e (iii) Análise de recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos – Não foram observados indicativos de perdas de recuperabilidade dos impostos diferidos e por isso não foram estendidas as análises. O giro de contas a receber sobre a receita líquida dos últimos doze meses e os índices de liquidez ajudam a ratificar a percepção de baixo impacto da pandemia na performance do Grupo, sendo eles: • Giro de contas a receber: 71 dias em 2021 em comparação a 69 dias em 2020; • Liquidez geral: 1,0 em 2021 em comparação a 0,7 em 2020; e • Liquidez corrente: 2,3 em 2021 em comparação a 1,2 em 2020.				2. Relação de entidades controladas – As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Controladora e das empresas direta e indiretamente controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação integral das seguintes empresas, todas elas domiciliadas no Brasil:			
Controlada direta	Controladora direta	2021	2020	Ano	Empresa	Extinta em:	Incorporada por:
Top Service Serviços e Sistemas S.A. – (Top Service)	GPS Participações e Empreendimentos S.A.	100,00	100,00	2020	Sempre Serviços de Limpeza, Jardinagem e Comércio Ltda.	31 de dezembro de 2020	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
Controlada indireta				2020	Sempre Terceirização em Serviços Gerais Ltda.	31 de dezembro de 2020	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPS RJ)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2020	Sempre Sistemas de Segurança Ltda.	31 de dezembro de 2020	GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPS SP)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2020	ISS Sulamericana Brasil Ltda.	31 de dezembro de 2020	ISS Servisystem do Brasil Ltda.
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPS BA)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2020	ISS Biosystem Saneamento Ambiental Ltda.	31 de dezembro de 2020	ISS Servisystem do Brasil Ltda.
In-Haus Serviços de Logística Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2020	ISS Catering Sistemas de Alimentação Ltda.	31 de dezembro de 2020	ISS Servisystem do Brasil Ltda.
Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2020	Castelo de Luca Participações Ltda.	31 de julho de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2021	A&S Serviços Terceirizados Ltda.	31 de julho de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
SOM Operação e Manutenção Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2021	A&S Serviços Terceirizados Ltda.	31 de julho de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
Engeseg Empresa de Vigilância Computadorizada Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2021	Fortaleza Limpeza Conservação e Serviços Ltda.	01 de outubro de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda. (anteriormente denominada Servtec Instalações e Manutenção Ltda.)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2021	Poliservice – Sistemas de Higienização e Serviços S.A.	01 de outubro de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
Proguarda Vigilância e Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2021	Conservadora Amazonas Ltda.	01 de outubro de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
Proguarda Administração e Serviços Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00	2021	Polonorte Serviços Empresariais Ltda.	01 de outubro de 2021	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
Castelo de Luca Participações Ltda. (a) (i)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	60,00	2021	Sunplus Sistemas de Serviços Ltda.	01 de outubro de 2021	Sunset Serviços Patrimoniais Ltda.
RZF Projetos, Construções e Serviços Rodoviários Ltda. (f)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	60,00	2021	Servtec Operação e Manutenção Ltda. (*)	30 de dezembro de 2021	In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda.
Proteg Segurança Patrimonial Eireli (c)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	2021	Conbras Manutenção Ltda. (*)	30 de dezembro de 2021	In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda.
A&S Serviços Terceirizados Ltda. (c) (i)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	2021	In Haus Log Ltda. (*)	30 de dezembro de 2021	In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda.
A&S Serviços Terceirizados Ltda. (c) (f)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	(*) Os registros de incorporação e extinção foram efetivados no dia útil seguinte ao evento, ou seja, 2 de janeiro de 2022.			
Jam Soluções Prediais Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	60,00	60,00	3. Combinação de negócios – O Grupo tem como objetivo estratégico buscar a liderança nos setores de mercado em que atua, para isto possui um programa estruturado de crescimento inorgânico. Esse programa inclui aquisições de grupos de empresas ou empresas dos mesmos segmentos de negócios. Tais aquisições visam, principalmente, atingir: • o aumento da carteira de serviços ofertados, fortalecendo a posição "one stop shop"; • a ampliação da carteira de clientes; • a obtenção de sinergias operacionais e fiscais; • a consolidação da presença nas regiões em que atua; e • a ampliação da base territorial, através da entrada em novos mercados. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos e passivos significativos adquiridos são as seguintes:			
Quatro Serv Serviços Gerais Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	60,00	60,00	Ativos e passivos adquiridos			
Servis Segurança Ltda. (g)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	Técnica de avaliação			
SECOPI – Segurança Comercial do Piauí Ltda. (g)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	Abordagem da renda que considera os fluxos de caixa futuros atribuídos aos ativos intangíveis descontados a valor presente.			
Ultralimpo Empreendimentos e Serviços Ltda. (g)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	Marca e Carteira de clientes			
Conservadora Amazonas Ltda. (g) (i)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	80,00	Mais valia de ativos fixos			
Polonorte Segurança da Amazônia Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	70,00	Para determinação do valor em uso destes itens foi realizada avaliação dos ativos fixos existentes por meio da aplicação do método comparativo direto de dados de mercado.			
Polonorte Serviços Empresariais Ltda. (b) (i)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	70,00	Passivos contingentes			
Gol Segurança e Vigilância Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	80,00	80,00	O valor justo dos passivos contingentes foram determinados com base em relatórios de auditoria legal e <i>due diligence</i> emitidos por assessores legais e levou em consideração a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.			
BC2 Construtora S.A. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	75,00	75,00	Todas as aquisições parciais referem-se à aquisição de controle. Para as aquisições parciais das quotas de participação das empresas adquiridas até 31 de dezembro de 2021, o Grupo adotou a metodologia de aquisição antecipada em que na mesma data de aquisição, outorga-se mutuamente entre as partes um instrumento de opção de compra e venda das quotas residuais do capital das empresas adquiridas constituindo-se como unidades contábeis distintas. Uma vez que já ocorre a aquisição de controle nesta etapa, suas aquisições são registradas integralmente (em 100%, mesmo que a compra na data de aquisição seja parcial), independente da participação acionária realizada. Veja nota explicativa nº 17. Estão detalhadas a seguir as aquisições efetivadas pelo Grupo nos dois últimos exercícios, as quais foram efetuadas aquisições de quotas de participação, remanescendo quotas parciais somente para as aquisições ocorridas durante o exercício de 2020 e 2019:			
BC2 Infraestrutura S.A. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	75,00	75,00				
Luandre Serviços Temporários Ltda. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	80,00	80,00				
Luandre Temporários Ltda. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	80,00	80,00				
Luandre Ltda. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	80,00	80,00				
Conbras Serviços Técnicos de Suporte Ltda. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00				
Top Service Facilities Ltda. (anteriormente denominada ISS Servisystem do Brasil Ltda.) (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00				
Vivante S.A. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	–				
Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A. (h)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	–				
LC Administração de Restaurantes Ltda. (a)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	60,00				
GPS AIR – Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.	In-Haus Serviços de Logística Ltda.	100,00	100,00				
Loghis Logística e Serviços Ltda. (h)	In-Haus Serviços Industriais e Logística Ltda.	100,00	–				
Graber Sistemas de Segurança Ltda.	GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00				
Rudder Segurança Ltda. (h)	– (GPS SP)	100,00	100,00				
Visel Vigilância e Segurança Ltda.	GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	–				
Fortaleza Limpeza Conservação e Serviços Ltda. (d) (i)	– (GPS RJ)	100,00	–				
Fortaleza Serviços de Vigilância Ltda. (d)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00				
Fortaleza Sistemas de Segurança Eletrônica Ltda. (d)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	80,00				
Onserv Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	80,00				
Onserv Serviços Terceirizados Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00				
Presidente Altino Participações e Comercialização de Imóveis Próprios Ltda. (anteriormente denominada Onservice Gestão de Serviços Terceirizados Ltda.)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00				
Poliservice – Sistemas de Segurança S.A. (e)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	60,00				
Poliservice – Sistemas de Higienização e Serviços S.A. (e) (i)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	60,00				
Online – Monitoramento Eletrônico S.A. (e)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	60,00				
Sunset Serviços Patrimoniais Ltda. (h)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	55,00	55,00				
Sunset Vigilância e Segurança Ltda. (h)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	55,00	55,00				
Sunplus Sistemas de Serviços Ltda. (h) (i)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	–	55,00				
Global Segurança Ltda. (h)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	–				
Globalização Empresa de Serviços Gerais e Tecnologia Ltda. (h)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	–				
Ávila Participações Eireli (h)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	–				
Conbras Manutenção Ltda. (anteriormente denominada ISS Manutenção e Serviços Integrados Ltda.) (h)	Top Service Facilities Ltda.	100,00	100,00				
In Haus Log Ltda. (anteriormente denominada ISS Serviços de Logística Integrada Ltda.) (h)	Top Service Facilities Ltda.	100,00	100,00				
Vivante Norte S.A. (h)	Vivante S.A.	100,00	–				
Vivante Serviços de Facilities Ltda. (h)	Vivante S.A.	99,99	–				
Vivante Serviços de Instalação e Manutenção S.A. (h)	Vivante S.A.	99,99	–				
Serviços de Cogeração Carioca Ltda. (h)	Vivante S.A.	88,82	–				
Allis Agrícola Ltda. (h)	Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A.	100,00	–				
Alpen Consultoria, Recrutamento e Seleção de Executivos Ltda. (h)	Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A.	100,00	–				
Allis Comunicação em Trade Ltda. (h)	Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A.	100,00	–				
Allis Soluções Inteligentes S.A. (h)	Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A.	100,00	–				
Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda. (h)	Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A.	100,00	–				
Rudder Equipamentos e Sistemas de Segurança Ltda. (h)	Rudder Segurança Ltda.	100,00	–				
Rudder Serviços Gerais Ltda. (h)	Rudder Segurança Ltda.	100,00	–				
Unicacorp Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda. (h)	Ávila Participações Eireli	100,00	–				
Unicacorp Soluções em Segurança Eireli (h)	Ávila Participações Eireli	100,00	–				
Única Gourmet Fornecimento de Refeições Ltda. (h)	Ávila Participações Eireli	100,00	–				
(a) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 23 de março de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A., o pagamento de R\$ 46.181 aos proprietários dos 40% da Castelo de Luca Participações Ltda. (veja item (i) sobre a incorporação) e LC Administração de Restaurantes Ltda., como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessas empresas para 100%. (b) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 23 de março de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A., o pagamento de R\$ 5.017 aos proprietários dos 30% da Polonorte Segurança da Amazônia Ltda. e Polonorte Serviços Empresariais Ltda. (veja item (i) sobre a incorporação), como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessas empresas para 100%. (c) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 25 de março de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A., o pagamento de R\$ 2.216 aos proprietários dos 20% da Protec Segurança Patrimonial Eireli, A&S Serviços Terceirizados Ltda. (veja item (i) sobre a incorporação) e A&S Serviços Terceirizados Ltda. (veja item (i) sobre a incorporação), como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessas empresas para 100%. (d) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 25 de março de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Graber Sistemas de Segurança Ltda., o pagamento de R\$ 7.819 aos proprietários dos 20% da Fortaleza Limpeza Conservação e Serviços Ltda. (veja item (i) sobre a incorporação), Fortaleza Serviços de Vigilância Ltda. e Fortaleza Sistemas de Segurança Eletrônica Ltda. como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessas empresas para 100%. (e) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 23 de abril de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Graber Sistemas de Segurança Ltda., o pagamento de R\$ 12.928 aos proprietários dos 40% da Poliservice – Sistemas de Segurança S.A., Poliservice – Sistemas de Higienização e Serviços S.A. (veja item (i) sobre a incorporação) e Online – Monitoramento Eletrônico S.A., como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessas empresas para 100%. (f) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 09 de junho de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A., o pagamento de R\$ 33.050 aos proprietários dos 40% da RZF Projetos, Construções e Serviços Rodoviários Ltda., como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessa empresa para 100%. (g) Aumento de participação com exercício de opção de compra. Em 30 de julho de 2021, o Grupo efetuou, por meio da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A., o pagamento de R\$ 13.154 aos proprietários dos 20% da Servis Segurança Ltda., Conservadora Amazonas Ltda. (veja item (i) sobre a incorporação), SECOPI – Segurança Comercial do Piauí Ltda. e Ultralimpo Empreendimentos e Serviços Ltda., como contrapartida pelo exercício da opção de compra, aumentando sua participação nessas empresas para 100%. (h) Aquisição de controle por compra de quotas de capital. Sobre a combinação de negócios, veja detalhes na nota explicativa nº 3. (i) Visando adotar as melhores práticas de governança corporativa, aperfeiçoando a gestão das empresas pertencentes ao Grupo, e considerando que faz parte da estratégia empresarial do Grupo a redução de custos e a simplificação de sua estrutura societária, foram aprovadas as extincções de empresas conforme abaixo:							
Ano	Empresa	Extinta em:	Incorporada por:				
2020	Proguarda Sistemas Eletrônicos Ltda.	31 de outubro de 2020	GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.				
2020	Presidente Altino Participações e Comercialização de Imóveis Próprios Ltda.	31 de outubro de 2020	Onservice Gestão de Serviços Terceirizados Ltda.				
2020	Magnus Segurança Patrimonial Ltda.	31 de outubro de 2020	Graber Sistemas de Segurança Ltda.				
2020	Magnus Serviços Ltda.	31 de outubro de 2020	Top Service Serviços e Sistemas S.A.				
2020	Proevi Proteção Especial de Vigilância Ltda.	31 de outubro de 2020	Graber Sistemas de Segurança Ltda.				
2020	Top Service Sistemas Ltda.	30 de novembro de 2020	Top Service Serviços e Sistemas S.A.				
2020	Sempre Empresa de Segurança Ltda.	31 de dezembro de 2020	Graber Sistemas de Segurança Ltda.				

... continuação

em outubro de 2020; (iii) R\$ 18.803 como valor adicional a serem pagos de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes onde; R\$ 7.260 a título de parcela retida, será pago em 10 parcelas iguais semestrais e, R\$ 11.543 a título de valor adicional corresponde a uma parcela única, calculada em função do efetivo faturamento e recebimento das receitas a faturar das empresas listadas em contrato de compra e venda. Em março de 2021, o valor adicional pago em parcela única foi realizado no montante de R\$ 10.992 e, em abril e outubro de 2021, 2 de 10 parcelas da parcela retida foram efetivamente pagas no montante de R\$ 1.708; (iv) Call option no valor de R\$ 52.617, com base no Contrato de Compra e Venda de quotas firmado entre as partes que prevê opção de compra detida pela Top Service e opção de venda detida pelos titulares dos 20% restantes, de forma a finalizar a aquisição de 100% do Grupo Luandre, sendo que durante toda a vigência do contrato qualquer uma das partes pode antecipar o exercício da respectiva opção, que pode ser calculada considerando a utilização do método de aquisição antecipada ("Anticipated Acquisition Method"). As opções poderão ser exercidas pelos seus respectivos titulares, durante o prazo de 90 (noventa) dias, contados da entrega de cada balanço anual, tendo início a partir da entrega do balanço anual referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, até o término da vigência do contrato. Em virtude dessa cláusula, a Top Service registrou o equivalente ao valor presente do preço do exercício da opção de compra e venda ("Call") ou ("Put") na determinação da contraprestação paga. O montante total registrado na contraprestação em aberto refere-se à adoção do método de aquisição antecipada ("Anticipated Acquisition Method") para os 20% remanescentes do Grupo Luandre. Veja nota explicativa nº 28; e (v) As opções de compra e venda são válidas ao longo de 10 anos a partir de 1 de outubro de 2020.

Table with 2 columns: Description and Valor justo. Includes sub-sections like 'b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:', 'c. Custos de aquisição:', 'd. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:', 'e. Custos de aquisição:', and 'f. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:'. Contains financial data for various items like Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, etc.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Table with 3 columns: Description, Valor justo, and Grupo ISS. Includes sub-sections like 'b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:', 'c. Custos de aquisição:', 'd. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:', and 'e. Custos de aquisição:'. Contains financial data for various items like Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, etc.

Ltda. e. **Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue: Contraprestação transferida (A) - Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B) (i) (7.490) Total do ágio (A - B) (7.490) (i) Referente aos ativos identificáveis da ISS Servisystem do Brasil Ltda. O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 7.490, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo ISS e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. f. **Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 1.035 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os honorários advocatícios e custos de due diligence foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. 3.5. **Sunset Serviços Patrimoniais Ltda., Sunset Vigilância e Segurança Ltda., Sunplus Sistemas de Serviços Ltda. (denominadas "Grupo Sunset"):** Em 12 de novembro de 2020, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 55% do capital social, que também compreende 55% do capital votante das empresas do Grupo Sunset, obtendo assim seu controle, sendo a Sunset Serviços Patrimoniais Ltda., Sunset Vigilância e Segurança Ltda. e Sunplus Sistemas de Serviços Ltda., com sede na cidade de Rio de Janeiro, estado de Rio de Janeiro. As empresas atuam no segmento de: serviço de manobra, parqueamento de veículos, guarda de veículos, apoio de fêreço, serviços de exposições de feiras e amostras de congressos, escolta armada, segurança pessoal privada, vigilância e segurança patrimonial, conservação e limpeza de imóveis, serviços gerais, serviços de jardinagem, agentes de portaria, fiscal de salão, parqueamentos e recepção, controlador de acesso, bombeiro civil, fiscal de prevenção de perdas, manobristas, entre outros correlatos. a. **Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 75.207, sendo: (i) R\$ 1.000 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; (ii) Parcela fixa de R\$ 11.918, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em novembro de 2020; (iii) R\$ 18.388 como valor adicional (Earn-out) a ser pago de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA), que é calculado com base no EBITDA apurado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo; (iv) *Call option* no valor de R\$ 43.901, com base no Contrato de Compra e Venda de quotas firmado entre as partes que prevê opção de compra detida pela Graber e opção de venda detida pelos titulares dos 45% restantes, de forma a finalizar a aquisição de 100% do Grupo Sunset, sendo que durante toda a vigência do contrato qualquer uma das partes pode antecipar o exercício da respectiva opção, que pode ser calculada considerando a utilização do método de aquisição antecipada ("Anticipated Acquisition Method"). As opções poderão ser exercidas pelos seus respectivos titulares, durante o prazo de 90 (noventa) dias, contados da entrega de cada balanço anual, tendo início a partir da entrega do balanço anual referente ao exercício social que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2022, até o término da vigência do contrato. Em virtude dessa cláusula, a Graber registrou o equivalente ao valor presente do preço do exercício da opção de compra e venda ("CALL") ou ("PUT") na determinação da contraprestação paga. O montante total registrado na contraprestação em aberto refere-se à adoção do método de aquisição antecipada ("Anticipated Acquisition Method") para os 45% remanescentes do Grupo Sunset. Veja nota explicativa nº 28; e (v) As opções de compra e venda são válidas ao longo de 20 anos a partir de 12 de novembro de 2020. b. **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** Caixa e equivalentes de caixa 3.458 Contas a receber e outros créditos 12.063 Tributos a recuperar 4.444 Imposto de renda e contribuição social diferidos (d) 20.106 Imobilizado 3.841 Direito de uso 430 Intangível (b) 26.251 Demais ativos (c) 3.033 Empréstimos (1.512) Arrendamentos a pagar (430) Fornecedores e outras contas a pagar (306) Passivo trabalhista (18.365) Passivo fiscal (2.344) Provisão para contingências (a) (6.724) Tributos sub judice (48.524) Total líquido dos passivos assumidos (4.579) (a) R\$ 357 refere-se à alocação de ativos indenizatórios e passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da companhia adquirida) e R\$ 6.367 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. (b) Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). (c) Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e depósitos judiciais. (d) Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. *Receíveis adquiridos:* O "Contas a receber de clientes" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 15.670, dos quais R\$ 3.607 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 12.063 o valor líquido recebível. *Provisão para contingências e tributos sub judice:* O Grupo Sunset está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 6.367 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Sunset também possui riscos tributários identificados passíveis de atuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 64.594 (veja nota explicativa nº 27 (b)). c. **Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2020 decorrentes da aquisição de R\$ 172.961 e R\$ 18.689, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 502.825 e R\$ 36.411, respectivamente). d. **Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue: Contraprestação transferida (A) 170.818 Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B) 74.714 Total do ágio (A - B) 96.104 O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 96.104, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Luandre e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. e. **Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 126.263 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os honorários advocatícios e custos de due diligence foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. 3.3. **Conbras Serviços Técnicos de Suporte Ltda. (denominada "Conbras")** Em 7 de outubro de 2020, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Conbras. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a Conbras presta os seguintes serviços: administração de edifícios e serviços gerais relacionados; assistência técnica e projetos relacionados aos serviços de administração de edifícios; serviços elétricos e eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, de operação e manutenção de instalações e equipamentos; serviços de manutenção e reparo de equipamentos de ar condicionado, sistemas e instalações; e serviços de operação e manutenção de equipamentos e instalações contra incêndio e pânico. a. **Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 70.367, sendo: (i) Parcela fixa de R\$ 70.367 pago na data da assinatura do contrato de compra e venda. b. **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** Caixa e equivalentes de caixa 22.335 Contas a receber e outros créditos 55.529 Tributos a recuperar 8.587 Imposto de renda e contribuição social diferidos (c) 11.415 Depósitos judiciais 989 Imobilizado 5.188 Direito de uso 2.897 Intangível (b) 23.818 Demais ativos 1.264 Arrendamentos a pagar (2.897) Fornecedores e outras contas a pagar (6.927)

momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. e. **Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 126 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os honorários advocatícios e custos de due diligence foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. 3.6. **Loghis Logística e Serviços Ltda. (denominada "Loghis"):** Em 8 de julho de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta In-Haus Serviços Industriais e Logística Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da empresa Loghis, obtendo assim seu controle, sendo a Loghis Logística e Serviços Ltda. com sede na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. A empresa atua no segmento de: consultoria e assessoria em administração de armazéns e logística industrial integrada em geral; de consultoria em desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados de operação de logística em geral; de operação logística e de armazéns e almoxarifados de terceiros em geral, notadamente no recebimento, inspeção, movimentação interna e externa, separação, etiquetagem e expedição de materiais, carga e descarga de caminhões; de acondicionamento, envasamento, engraxamento de peças e produtos manufaturados em geral; locação de máquinas e equipamentos industriais em geral; transporte rodoviário de cargas interestadual, intermunicipal e internacional; de armazenagem e depósitos de bens, por conta de terceiros. a. **Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 30.262, sendo: (i) R\$ 1.043 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; (ii) Parcela fixa de R\$ 22.005, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em julho de 2021; (iii) R\$ 7.214 como valor adicional (Earn-out) a ser pago de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA). Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo. b. **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** Caixa e equivalentes de caixa 1.477 Contas a receber 18.618 Tributos a recuperar 8.199 Imposto de renda e contribuição social diferidos (d) 2.618 Imobilizado 8.186 Direito de uso 4.121 Intangível (b) 14.972 Demais ativos (c) 2.442 Empréstimos (17.890) Arrendamentos a pagar (4.121) Fornecedores e outras contas a pagar (3.538) Passivo trabalhista (6.909) Passivo fiscal (6.142) Provisão para contingências (a) (619) Tributos sub judice (5.729) Total líquido dos ativos identificáveis 15.695 (a) R\$ 277 refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da empresa adquirida) e R\$ 342 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. (b) Alocação determinada à carteira de clientes e marcas. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). (c) Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e depósitos judiciais. (d) Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. *Receíveis adquiridos:* O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 20.203, dos quais R\$ 1.585 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 18.618 o valor líquido recebível. *Provisão para contingências e tributos sub judice:* A Loghis está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 342 (veja nota explicativa nº 27 (a)). A Loghis também possui riscos tributários identificados passíveis de atuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 5.729 (veja nota explicativa nº 27 (b)). c. **Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 53.933 e R\$ 2.300, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 108.905 e R\$ 3.392, respectivamente). d. **Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue: Contraprestação transferida (A) 30.262 Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B) 15.695 Total do ágio (A - B) 14.567 O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 14.567, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído, principalmente, às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Loghis e às sinergias esperadas na integração da Loghis aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. e. **Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 424 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os honorários advocatícios e custos de due diligence foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. f. **Mensuração a valor justo e contabilização da aquisição:** Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos da Loghis levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (marca e carteira de clientes), que foram determinados de forma provisória e estão pendentes de conclusão de uma avaliação independente. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de período de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista. 3.7. **Global Segurança Ltda. e Globalização Empresa de Serviços Gerais e Tecnologia Ltda. (denominadas "Grupo Global"):** Em 6 de agosto de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante das empresas do Grupo Global, obtendo assim seu controle, sendo a Global Segurança Ltda. e a Globalização Empresa de Serviços Gerais e Tecnologia Ltda. com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. As empresas atuam no segmento de: prestação de serviços de segurança e vigilância armada e desarmada a estabelecimentos financeiros, comerciais, residenciais, industriais

continua ...

... continuação

e repartições públicas federais, estaduais e municipais e a outros estabelecimentos; segurança eletrônica; segurança pessoal; escolta armada; serviços de brigada de incêndio de empresa privada; prestação de serviços de telefonista; prestação de serviço de agente de portaria; prestação de serviços de auxiliar administrativo; locação de equipamento de monitoramento e sistema de segurança; e serviço de manutenção e reparos em sistemas de segurança. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 88.090, sendo: (i) R\$ 3.500 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; e (ii) Parcela fixa de R\$ 84.590, paga na data de assinatura do termo de fechamento do contrato de compra e venda, em agosto de 2021. **b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:**

Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	24.257
Aplicações financeiras	2.980
Contas a receber	21.258
Tributos a recuperar	2.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	9.379
Imobilizado	5.829
Direito de uso	382
Intangível (b)	56.606
Demais ativos (c)	883
Arrendamentos a pagar	(382)
Fornecedores e outras contas a pagar	(18.964)
Passivo trabalhista	(34.099)
Passivo fiscal	(1.631)
Provisão para contingências (a)	(819)
Tributos sub judice	(26.089)
Total líquido dos ativos identificáveis	42.450

(a) R\$ 819 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. **(b)** Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). **(c)** Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e depósitos judiciais. **(d)** Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. **Recebíveis adquiridos:** O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 21.914, dos quais R\$ 656 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 21.258 o valor líquido recebível. **Provisão para contingências e tributos sub judice:** O Grupo Global está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 819 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Global também possui riscos tributários identificados passíveis de autuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 26.089 (veja nota explicativa nº 27 (b)). **c. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 117.184 e R\$ 14.105, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 240.013 e lucro líquido de R\$ 23.956, respectivamente). **d. Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (A)	88.090
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B)	42.450
Total do ágio (A - B)	45.640

O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 45.640, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído, principalmente, às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Global e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. **e. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 390 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **f. Mensuração a valor justo e contabilização da aquisição:** Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos da Global e Globalização, levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (marca e carteira de clientes), que foram determinados de forma provisória e estão pendentes de conclusão de uma avaliação independente. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista. **3.8. Vivante S.A., Vivante Norte S.A., Vivante Serviços de Facilities Ltda., Vivante Serviços de Instalação e Manutenção S.A., Serviços de Cogeração Carioca Ltda. (denominadas "Grupo Vivante"):** Em 31 de agosto de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Vivante S.A., que é a controladora das empresas do Grupo Vivante, obtendo assim seu controle, sendo a Vivante S.A., Vivante Serviços de Facilities Ltda. e Vivante Serviços de Instalação e Manutenção S.A. com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, Vivante Norte S.A. com sede na cidade de Manaus, Amazonas, e Serviços de Cogeração Carioca Ltda. com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. As empresas atuam no segmento de: prestação de serviços manutenção, conservação e limpeza de imóveis e congêneres, em geral ou especificamente para áreas de saúde (em hospitais, clínicas médicas e afins); fornecimento de mão-de-obra em geral; a prestação de serviços de caráter privado de prevenção e combate a incêndios (bombeiro profissional civil e brigada de incêndio); e a prestação de serviços de manutenção dos sistemas de detecção e combate a incêndios; a projeção, implantação, operação e manutenção de uma central de cogeração de energia, assim como prestação de serviços correlatos e a locação de equipamentos. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 128.374, sendo: (i) R\$ 6.815 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; e (ii) Parcela fixa de R\$ 121.559, paga na data de assinatura do termo de fechamento do contrato de compra e venda, em agosto de 2021. **b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:**

Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	17.373
Contas a receber	56.143
Tributos a recuperar	3.282
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	14.334
Imobilizado	12.842
Direito de uso	955

Intangível (b) 40.497
Demais ativos (c) 9.047
Empréstimos (19.005)
Arrendamentos a pagar (1.085)
Fornecedores e outras contas a pagar (10.751)
Passivo trabalhista (33.807)
Passivo fiscal (3.091)
Provisão para contingências (a) (32.369)
Tributos sub judice (12.977)
Participação dos minoritários (1.417)
Total líquido dos ativos identificáveis 39.971
(a) R\$ 22.270 refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da companhia adquirida) e R\$ 10.099 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. **(b)** Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). **(c)** Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e depósitos judiciais. **(d)** Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. **Recebíveis adquiridos:** O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 59.223, dos quais R\$ 3.080 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 56.143 o valor líquido recebível. **Provisão para contingências e tributos sub judice:** O Grupo Vivante está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 10.099 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Vivante também possui riscos tributários identificados passíveis de autuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 12.977 (veja nota explicativa nº 27 (b)). **c. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 113.587 e R\$ 10.292, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 330.203 e R\$ 16.489, respectivamente). **d. Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (A)	128.374
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B)	39.971
Total do ágio (A - B)	88.403

O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 88.403, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído, principalmente, às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Vivante e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. **e. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 514 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **f. Mensuração a valor justo e contabilização da aquisição:** Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos do Grupo Vivante, levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência) que foram determinados de forma provisória e estão pendentes de conclusão de uma avaliação independente. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista. **3.9. Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A., Allis Agrícola Ltda., Alpen Consultoria, Recrutamento e Seleção de Executivos Ltda., Allis Comunicação em Trade Ltda., Allis Soluções Inteligentes S.A. e Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda. (denominadas "Grupo Allis"):** Em 28 de setembro de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A., que é a controladora das empresas do Grupo Allis, obtendo assim seu controle a partir de 01 de outubro de 2021, sendo a Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A., Allis Agrícola Ltda., Alpen Consultoria, Recrutamento e Seleção de Executivos Ltda., Allis Comunicação em Trade Ltda., Allis Soluções Inteligentes S.A. e Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda. com sede na cidade de São Paulo, São Paulo. As empresas atuam no segmento de: (i) recrutamento, seleção e colocação de mão de obra com ou sem distribuição de materiais propagandísticos e publicitários; (ii) treinamentos para capacitação e desenvolvimento de profissionais de qualquer nível; (iii) consultoria e assessoria empresarial mercadológica e organizacional; (iv) consultoria e assessoria empresarial financeira, na área de eventos promocionais; (v) planejamento, organização e execução de feiras, congressos e eventos e campanhas de incentivo; (vi) promoção de vendas e distribuição de brindes promocionais; (vii) comunicação e/ou promoção por meio de telefonia celular e outros meios digitais; (viii) a distribuição de material promocional, brindes e mercadorias em geral, inclusive produtos alimentícios; (ix) a promoção, organização, produção, agenciamento, programação e execução, no país ou no exterior, de eventos em geral de qualquer espécie ou gênero, eventos sociais e promocionais, inclusive filantrópicos e beneficentes; correspondente bancário no país para: (a) promoção de negócios de qualquer natureza; (b) gestão comercial; (c) assessoria financeira, comercial e mercadológica; e (d) análise de crédito, de seleção de riscos e de acompanhamento de contas; coordenação junto a instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito para criação, administração e comercialização de cartões de crédito ou outros meios de congêneres destinados a premiações em campanhas ou quaisquer esforços relacionados a incentivos de vendas; coleta, análise, pesquisa e fornecimento de informações na área de promoção de eventos e merchandising; a prestação de serviços em geral para empresas do mesmo grupo econômico, incluindo a gestão empresarial, financeira, contábil e jurídica. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 1,00 (um real), sendo: (i) Parcela fixa de R\$ 1,00, paga na data de assinatura do termo de fechamento do contrato de compra e venda, em setembro de 2021. **b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:**

Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	5.138
Contas a receber	27.588
Tributos a recuperar	3.338

Imposto de renda e contribuição social diferidos (d) 69.421
Imobilizado 906
Direito de uso 1.155
Intangível (b) 40.892
Demais ativos (c) 4.133
Empréstimos (9.580)
Arrendamentos a pagar (1.236)
Fornecedores e outras contas a pagar (4.808)
Passivo trabalhista (25.211)
Passivo fiscal (12.899)
Provisão para contingências (a) (60.832)
Tributos sub judice (134.943)
Total líquido dos passivos assumidos (96.938)
(a) R\$ 18.708 refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da companhia adquirida) e R\$ 42.124 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. **(b)** Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). **(c)** Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e depósitos judiciais. **(d)** Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. **Recebíveis adquiridos:** O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 29.614, dos quais R\$ 2.026 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 27.588 o valor líquido recebível. **Provisão para contingências e tributos sub judice:** O Grupo Allis está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 42.124 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Allis também possui riscos tributários identificados passíveis de autuação pelos órgãos competentes. O principal risco elencado está relacionado a não informação em obrigação acessória e recolhimento dos impostos PIS/COFINS, dos anos 2016 a 2018. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 134.943 (veja nota explicativa nº 27 (b)). **c. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 80.890 e R\$ 8.538, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 294.332 e R\$ 15.420, respectivamente). **d. Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (A)	1
Valor justo dos passivos líquidos assumidos (B)	(96.938)
Total do ágio (A - B)	96.939

O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 96.939, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído, principalmente, às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Allis e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. **e. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 373 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **f. Mensuração a valor justo e contabilização da aquisição:** Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos do Grupo Allis, levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (marca e carteira de clientes), que foram determinados de forma provisória e estão pendentes de conclusão de uma avaliação independente. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista. **3.10. Rudder Segurança Ltda., Rudder Equipamentos e Sistemas de Segurança Ltda. e Rudder Serviços Gerais Ltda. (denominadas "Grupo Rudder"):** Em 21 de setembro de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Rudder Segurança Ltda., que é a controladora das empresas do Grupo Rudder, obtendo assim seu controle a partir de 01 de dezembro de 2021, sendo a Rudder Equipamentos e Sistemas de Segurança Ltda. e Rudder Serviços Gerais Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As empresas atuam no segmento de: i) serviços vigilância e segurança a instituições financeiras e outros estabelecimentos públicos e privados; ii) serviços de segurança pessoal privada; iii) serviços de escolta armada; iv) serviços de segurança patrimonial; v) serviços mão de obra em geral; vi) comércio de equipamentos de alarme e sistemas eletrônicos de segurança e de equipamentos de prevenção de incêndio e combate ao fogo; vii) instalação de alarmes e sistemas eletrônicos de segurança; viii) recarga e teste de extintores de incêndio; ix) comércio de armas e munições; x) monitoramento de sistemas eletrônicos de alarme; xi) comércio varejista de máquinas, equipamentos e materiais de informática; xii) representação de equipamentos de segurança e correlatos; xiii) consultoria de segurança patrimonial e prevenção de incêndio; xiv) serviços auxiliares de segurança privada; xv) serviços terceirizados em geral; e xvi) representação comercial em geral. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 108.188, sendo: (i) R\$ 4.500 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; (ii) Parcela fixa de R\$ 103.688, paga na data de assinatura do termo de fechamento do contrato de compra e venda, em novembro de 2021. **b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:**

Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	16.162
Contas a receber	13.531
Tributos a recuperar	9.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	14.952
Imobilizado	6.017
Direito de uso	1.548
Intangível (b)	50.479
Demais ativos (c)	35.204
Arrendamentos a pagar	(1.356)
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.087)
Passivo trabalhista	(41.604)
Passivo fiscal	(963)
Provisão para contingências (a)	(44.296)
Tributos sub judice	(7.151)
Total líquido dos ativos identificáveis 51.419	

(a) R\$ 8.001 refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da companhia adquirida) e R\$ 36.295 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. **(b)** Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). **(c)** Refere-se a valor em custódia (R\$ 30.000), partes relacionadas não consolidadas (R\$ 3), adiantamentos (R\$ 4.265) e depósitos judiciais (R\$ 936). **(d)** Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. **Recebíveis adquiridos:** O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 14.063, dos quais R\$ 532 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 13.531 o valor líquido recebível. **Provisão para contingências e tributos sub judice:** O Grupo Rudder está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 36.295 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Rudder também possui riscos tributários identificados passíveis de autuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 7.151 (veja nota explicativa nº 27 (b)). **c. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 21.038 e R\$ 1.669, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 245.279 e R\$ 32.641, respectivamente). **d. Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (A)	108.188
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B)	51.419
Total do ágio (A - B)	56.769

O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 56.769, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído, principalmente, às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Rudder e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. **e. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 442 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **f. Mensuração a valor justo e contabilização da aquisição:** Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos do Grupo Rudder, levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (marca e carteira de clientes), que foram determinados de forma provisória e estão pendentes de conclusão de uma avaliação independente. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de período de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista. **3.11. Ávila Participações Eireli, Unicacorp Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda., Unicacorp Soluções em Segurança Eireli e Única Gourmet Fornecedor de Refeições Ltda. (denominadas Grupo Única):** Em 18 de outubro de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Ávila Participações Eireli, que é a controladora das empresas do Grupo Única, obtendo assim seu controle a partir de 01 de novembro de 2021, sendo a Ávila Participações Eireli, Unicacorp Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda., Unicacorp Soluções em Segurança Eireli e Única Gourmet Fornecedor de Refeições Ltda., com sede na cidade de Barueri, São Paulo. As empresas atuam no segmento de: i) participação em sociedades, empresárias ou simples, como acionista ou quotista, inclusive como controladora; ii) limpeza em prédios e em domicílios; iii) limpeza e conservação de vias e logradouros, imóveis de origem residencial e comercial; iv) fornecimento de mão de obra eletiva especializada ou não; v) conservação de áreas verdes; vi) serviço de entrega rápida; vii) exploração de estacionamento para veículos; viii) administração de bens para terceiros; ix) manutenção preventiva e corretiva na área de construção civil, hidráulica, mecânica e elétrica; x) cantina e serviços de alimentação e desenvolvimento de atividade de restaurante; xi) terceirização de serviços de bombeiros; xii) manutenção predial e de equipamentos; xiii) instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; xiv) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; xv) comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; xvi) a prestação de serviços de segurança privada a estabelecimentos, financeiros ou não; xvii) a prestação de serviços de monitoramento eletrônico; xviii) a prestação de serviços de consultoria em segurança e demais processos necessários para a realização dos serviços autorizados; e xix) a prestação de serviços de segurança pessoal privada; xx) fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas; e xxi) cantinas. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 12.652, sendo: (i) R\$ 1,00 (um real) pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; e (ii) R\$ 12.652 como valor adicional (*Earm-out*) a ser pago de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA). Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo. **b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:**

Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	624
Contas a receber	18.448
Tributos a recuperar	2.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	9.922
Imobilizado	6.555
Direito de uso	2.363
Intangível (b)	15.734
Demais ativos (c)	292
Empréstimos	(16.621)
Arrendamentos a pagar	(2.680)
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.424)
Passivo trabalhista	(20.077)
Passivo fiscal	(7.707)
Provisão para contingências (a)	(15.358)
Tributos sub judice	(26.565)
Total líquido dos passivos assumidos (40.165)	

(a) R\$ 13.027 refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da companhia adquirida) e R\$ 2.331 referem-se às próprias provisões, reconhecidas no Balanço Patrimonial. **(b)** Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). **(c)** Refere-se a valor em custódia (R\$ 30.000), partes relacionadas não consolidadas (R\$ 3), adiantamentos (R\$ 4.265) e depósitos judiciais (R\$ 936). **(d)** Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. **Recebíveis adquiridos:** O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 14.063, dos quais R\$ 532 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 13.531 o valor líquido recebível. **Provisão para contingências e tributos sub judice:** O Grupo Rudder está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 36.295 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Rudder também possui riscos tributários identificados passíveis de autuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 7.151 (veja nota explicativa nº 27 (b)). **c. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 21.038 e R\$ 1.669, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 245.279 e R\$ 32.641, respectivamente). **d. Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (A)	108.188
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (B)	51.419
Total do ágio (A - B)	56.769

continua ...

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Balanco Patrimonial. **(b)** Alocação determinada à carteira de clientes. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam facilmente um negócio pelos produtos e serviços. Os impostos diferidos são reconhecidos na empresa adquirente, que registra a mais-valia. A alíquota é de 34% (imposto de renda e contribuição social). **(c)** Refere-se a despesas antecipadas, adiantamentos e depósitos judiciais. **(d)** Refere-se a impostos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. *Receíveis adquiridos:* O "Contas a receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 19.759, dos quais R\$ 1.311 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição, sendo R\$ 18.448 o valor líquido recebível. *Provisão para contingências e tributos sub judice:* O Grupo Única está se defendendo em processos judiciais que alegam não atendimento às leis trabalhistas. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável para encerrar a disputa. A avaliação da Administração do valor justo destas provisões, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 13.027 (veja nota explicativa nº 27 (a)). O Grupo Única também possui riscos tributários identificados passíveis de autuação pelos órgãos competentes. O posicionamento da Administração, com base na avaliação de seu consultor jurídico, é de que há processos em que a saída de recursos é provável. A avaliação da Administração do valor justo destes riscos, levando em conta os possíveis resultados dos processos judiciais, é de R\$ 26.565 (veja nota explicativa nº 27 (b)). **c. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e prejuízo do período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 27.863 e (R\$ 4.607), respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 161.675 e de prejuízo líquido de (18.195), respectivamente). **d. Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (A)	12.652
Valor justo dos passivos líquidos assumidos (B)	(40.165)
Total do ágio (A – B)	52.817

O ágio resultante da aquisição perfaz um valor total de R\$ 52.817, que compreende o valor da diferença paga pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído, principalmente, às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Única e às sinergias esperadas na integração das empresas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 20 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. **e. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 390 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **f. Mensuração a valor justo e contabilização da aquisição:** Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos do Grupo Única, levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência), que foram determinados de forma provisória e estão pendentes de conclusão de uma avaliação independente. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de período de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data de aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista.

4. Base de preparação – 4.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e às normas *International Financial Reporting Standards – IFRS*: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota explicativa nº 8. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são relevantes para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 5. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 08 de março de 2022. Após a sua emissão, apenas os acionistas têm poderes para alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é exigida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades anônimas de capital aberto. A DVA foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Conseqüentemente, para efeitos das IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **4.3. Consolidação:** O Grupo consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a investida e é capaz de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa nº 2 e as políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa nº 8. **4.4. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.5. Apresentação de informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. **5. Uso de estimativas e julgamentos** – Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Controladora e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5.1. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis

que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa nº 23** – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **5.2. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 13** – Contas a receber: Mensuração da perda de crédito esperada para o contas a receber; **• Nota explicativa nº 20** – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis e valor em uso das unidades geradoras de caixa baseadas em fluxo de caixa descontado; **• Nota explicativa nº 25** – Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa nº 27** – Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências e tributos sub judice: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Nota explicativa nº 28** – Aquisição de controlada: Valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e **• Nota explicativa nº 30** – Instrumentos financeiros: Efetividade do *hedge*: determinada por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. Valor justo de *swap*: o valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. **6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021** – O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **• Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16, CPC 11/IFRS 4, CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** • Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **7. Base de mensuração** – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo; (ii) Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e (iii) Obrigações contingentes assumidas numa combinação de negócios são mensurados pelo valor justo. **Mensuração do valor justo:** O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho. Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a avaliação dos valores justos, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as transações de ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação em uma base contínua. Se não houver preço cotado em mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao definir o preço de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Grupo avalia os ativos com base nos preços de compra e os passivos com base nos preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não for evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou com base em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis sejam julgados como insignificante em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo para distinguir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base apropriada ao longo da vida do instrumento, ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. **8. Principais políticas contábeis** – O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela mudança de certas políticas contábeis, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. **8.1. Base de consolidação – a. Combinação de negócios:** Combinações parciais de negócios (em que a participação adquirida representa menos de 100%) são contabilizadas usando o método de aquisição antecipada. Seguindo essa metodologia, na mesma data da aquisição, as partes alcançam mutuamente um instrumento de opção de compra e venda do capital residual ou quotas das empresas adquiridas. Esse instrumento determina os prazos de exercício. Assim, o Grupo registra todas as suas aquisições integralmente independentemente de sua participação nas aquisições. Exceto quando não há contrato de opção, conforme mencionado no item C dessa nota explicativa. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição e a parcela não adquirida mensurada ao valor justo até a data de elaboração do Laudo de Alocação de Preço (*Purchase Price Allocation – PPA*). Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas outras despesas operacionais. Quando o Grupo adquirir um negócio, ele avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, apresentada no balanço patrimonial em "Aquisição de controladas" e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas na demonstração de resultados, em "Outras receitas (despesas) operacionais". O ágio é mensurado pelo método de aquisição antecipada. Por este método a transação é contabilizada considerando a opção de venda como já 100% exercida, uma vez que, o controle já é adquirido no momento inicial da transação. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (nota explicativa nº 8.9) que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente, se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas

unidades. Passivos de aquisições são atualizados trimestralmente e as premissas mais relevantes utilizadas no cálculo da contraprestação contingente são baseadas em: **• Valor justo na data de mensuração;** **• Múltiplos de EBITDA;** **• Acréscimos de preços** com base em índices financeiros incluindo indicadores como capital de giro, dívida líquida e/ou retenções de contraprestações contingentes (passivos assumidos, mas não economicamente realizados); **• Ajuste no valor justo de tais considerações e métricas de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado (quando aplicável).** **a. Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b. Perda de controle:** Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **c. Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição, exceto quando de aquisições pelo método de aquisição antecipada, que não leva em consideração as participações dos não controladores. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir. **e. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável. **8.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos pelo Grupo com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e é mantido com o objetivo de custear as obrigações operacionais do Grupo. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos negativos em conta movimento bancária. **8.3. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **8.4. Instrumentos financeiros – (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequentes – Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 30). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção

de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos: **• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;** **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;** e **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: **• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;** **• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;** **• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;** e **• Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 12 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> . Para ajustar a dívida ao seu valor justo, o Grupo desenvolveu uma metodologia utilizando as taxas de mercado disponíveis na data de divulgação do balanço patrimonial. Cada fluxo de pagamento é calculado até o seu valor futuro e descontado a valor presente pelas taxas de mercado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por teste de <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Mensurados subsequentemente ao valor justo, exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 30 sobre os passivos financeiros e derivativos designados como instrumentos de proteção. **(iii) Desreconhecimento – Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Reforma da taxa de juros:** Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros
continua ...

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

de referência se as seguintes condições forem atendidas: a) mudança é necessária como consequência direta da reforma; e b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior – ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. *Hedges* de fluxo de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de resultado líquido sobre *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. **8.5. Capital social – Ações ordinárias:** Quando aplicável, os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas. **8.6. Impostos – a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pela alíquota regular de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro líquido do exercício e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável

que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não for mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com as transações que os originaram, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **8.7. Imobilizado – a. Reconhecimento e mensuração:** É apresentado ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo atribuído de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs foi determinado com base no seu valor justo naquela data. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 18 e que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens. O valor residual, a qual útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **8.8. Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos a testes anuais de *impairment* para avaliação e validação da recuperabilidade destes. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Softwares e licenças	Ágio	Marcas (a)	Marcas
Vida útil	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida
Período de amortização	5 anos	—	—	2 a 5 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear
Origem	Adquiridos	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

	Cláusula de não concorrência com ex-quotistas	Mais valia de ativos fixos	Ativo indenizatório	Passivo contingente	Carteira de clientes
	Definida	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida
	5 anos	4 a 5 anos	—	—	3 a 18 anos
	Amortização linear	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear
	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

(a) Marcas com vida útil indefinida possuem nomes conhecidos e consolidados no Mercado em suas localidades, sendo na época de sua aquisição considerada como relevante. **(i) Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é decorrente das operações de aquisição, registrado no grupo de investimentos na controladora e como ativo intangível no consolidado. Está segregado de acordo com a alocação obtida a partir da avaliação do *Purchase Price Allocation* e representa a diferença entre o valor pago na transação e o saldo líquido do valor justo de ativos e passivos adquiridos. **(ii) Mais valia de ativos e demais ativos intangíveis:** Substancialmente, os valores estão distribuídos entre os itens carteira de clientes, mais valia de ativos fixos, valor da marca e acordos de não concorrência. O valor atribuído à carteira de clientes sofre amortização de acordo com o método *Multi-Period Excess Earning* (MPEEM), para as marcas com vida útil definida e amortização é com base no método *Royalty Relief Method* e não concorrência com base na vida útil definida pelo método *With or Without Method*, os demais estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. **(iii) Gastos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **8.9. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e b) Ativos de contrato: O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: a) Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e b) Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: a) É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou b) De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes faturados, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o *aging list* dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2021 os percentuais foram apurados conforme abaixo: • A vencer: 0,9%; • Vencido de 1 a 30 dias: 5,6%; • Vencido de 30 a 60 dias: 22,9%; • Vencido de 61 a 90 dias: 31,6%; • Vencido de 91 a 180 dias: 58,6%; • Vencido de 181 a 360 dias: 40,3%; e • Acima de 360 dias: 62,9%. De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes a faturar, aplica-se metade do índice a vencer do *aging list* da provisão para perda esperada de clientes faturados. Para as empresas adquiridas em processo de migração sistêmica, é calculado 0,6% sobre a receita operacional bruta. Esses percentuais foram estimados com base na avaliação de risco e dados históricos do Grupo e risco. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Devido às características das contas a receber, o Grupo adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo usando dois métodos de análise, em bases coletivas e individuais. **Bases coletivas:** O Grupo adota o modelo de perdas esperadas, baseado no histórico de inadimplência por faixa de vencimento após 12 meses do reconhecimento, aplicando tais taxas nas faixas de vencimento do *aging list* apurado na data base de apresentação. **Bases individuais:** A cada fechamento de balanço, o Grupo avalia se houve ou não aumento significativo do risco de crédito para cada cliente ou características de recebíveis específicos através de análise qualitativa dos fatores que possam levar a uma expectativa alta de inadimplência. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: a) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; b) Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; c) Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; d) A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e f) Para estes clientes ou classes de ativos, o Grupo determina a perda esperada a ser reconhecida. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo

financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quando aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **8.10. Arrendamentos – Determinando quando um contrato contém um arrendamento:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Grupo e suas controladas: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. *Como arrendatário:* O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **(i) Ativos de direito de uso:** Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Subsequentemente, ele é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. **(ii) Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: a) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; b) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; c) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e d) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção,

e arrendamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. *Como arrendador:* O Grupo não definiu políticas contábeis quando atua como arrendador por entender que esses valores não são significativos. **8.11. Provisões – Geral:** As provisões são reconhecidas quando: O Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos sub judice:** No processo de aquisição de empresas há riscos levantados em relatório de especialistas quanto aos riscos fiscais não provisionados pela Administração anterior. Tais riscos referem-se principalmente a débitos federais de exigibilidade suspensa, substituição de ICMS e não cumprimento de alguns aspectos da Consolidação das Leis Trabalhistas como passivo assumido na destinação da rubrica sub judice e tratado como tal. **8.12. Benefício a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O reconhecimento de bônus a pagar aos empregados é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, segundo metas de desempenho individuais segundo critérios específicos. O Grupo não mantém benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou nenhum plano de aposentadoria ou benefícios para seus empregados e dirigentes pós sua saída do Grupo. **8.13. Plano de Compra de Ações:** O Grupo possui o Plano de Compra de ações (denominado "PCA"), aprovado em Assembleia Geral de Acionistas em 19 de fevereiro de 2021, cujos objetivos são proporcionar aos Colaboradores do Grupo a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, permitindo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas, com consequente compartilhamento dos riscos do mercado de capitais. Tais colaboradores eleitos ("parceiros"), ao optarem voluntariamente por adquirir, com recursos próprios, ações ordinárias da Companhia sob determinadas condições estipuladas no PCA, passam a denominar-se "Acionista PCA", devem aderir ao Acordo de Acionistas PCA, e passam a integrar o quadro de acionistas da Companhia. As ações adquiridas pelo colaborador no âmbito do PCA são contabilizadas no patrimônio líquido da Companhia. A liquidez do plano é assegurada pelas regras estabelecidas no Acordo de Acionistas, que inclui, dentre outras, cláusulas de *lock-up*. O ingresso do colaborador no PCA não implica a exigência de permanência no Grupo, vinculando-o, enquanto detentor de ações da Companhia, ao Acordo de Acionistas PCA. Relativamente aos colaboradores que integram o PCA, os riscos e benefícios da Companhia são similares aos que decorrem da relação com qualquer dos demais sócios. **8.14. Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Informações sobre o cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas, estão detalhadas na nota explicativa nº 31(d). **8.15. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros; • Despesas de juros; • Ganhos/perdas líquidas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber) • Atualizações monetárias de depósitos judiciais. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação após o reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **8.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) *Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)* As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. b) *Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual forneceu guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. c) *Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. d) *Outras normas:* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: - Revisão anual das normas IFRS 18-2020; - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - Contratos de Seguros (CPC 50/IFRS 17)

... continuação

decisão em unidades regionais, nas áreas geográficas dos clientes. A receita e o custo são utilizados para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. O Conselho de Administração acompanha os resultados de cada unidade de negócios pelo menos bimestralmente. As receitas e os custos do segmento são baseados na localização geográfica dos clientes, que é a mesma métrica utilizada para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Todas as receitas de contratos com clientes do Grupo estão concentradas em um único mercado geográfico (Brasil) e todos os produtos e serviços são transferidos em momento específico no tempo. A tabela a seguir contém informações financeiras resumidas relacionadas à distribuição geográfica das operações comerciais do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Receita líquida		Custos (prejuízo) bruto		Lucro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sudeste	4.278.664	2.931.496	(3.496.196)	(2.353.113)	782.468	578.383
Norte e Nordeste	1.002.904	872.655	(828.264)	(711.570)	174.640	161.085
Sul	639.142	525.454	(520.043)	(423.803)	119.099	101.651
Centro-Oeste	316.724	209.027	(266.016)	(170.396)	50.708	38.631
Não alocado (i)	377.821	403.554	(389.538)	(342.120)	(11.717)	61.434
Total	6.615.255	4.942.186	(5.500.057)	(4.001.002)	1.115.198	941.184

(i) Esses montantes referem-se a saldos consolidados que ainda não fazem parte do sistema operacional do Grupo, como é o caso de empresas que foram adquiridas e ainda não foram totalmente integradas. Uma vez que essas aquisições ainda estão no período de mensuração, os valores estão sendo apresentados de maneira provisória nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3. Os registros contábeis de resultado são classificados por Centros de Resultado, que carregam informações como: segmento, região, estrutura de gestão, entre outras. Diferentemente dos registros contábeis patrimoniais, que são classificados apenas por contas contábeis, de modo que se torna impraticável a apresentação das rubricas patrimoniais por segmento regionalizado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	30	42	91.499	98.685
Certificados de depósito bancário (a)	-	-	560.935	632.984
Total	30	42	652.434	731.669

(a) As aplicações em Certificado de depósito bancário referentes a caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 101,93% a.a. (104,8% a.a. em 31 de dezembro de 2020) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo utilizados para arcar com o pagamento de obrigações operacionais do Grupo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" considera a média do faturamento mensal dos últimos 6 meses, desde que cumulativamente também atenda os critérios da CPC 03/IAS 7. O excedente de caixa será utilizado para fins estratégicos do Grupo, e portanto, é classificado em "Aplicações financeiras" nos ativos circulante e não circulante. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 30.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Certificados de depósito bancário (i)	987.778	102.549
Circulante	987.526	102.300
Não circulante	252	249

(i) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 107,24% a.a. (100,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. Essas aplicações financeiras, mesmo que de liquidação imediata, foram separadas de caixa e equivalentes de caixa por não estarem destinadas a manutenção do fluxo de caixa operacional do Grupo. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 30.

12. Instrumentos financeiros derivativos – A seguir são descritos os tipos de contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos (*hedje* de fluxo de caixa): (i) Contrato de crédito Resolução Bacen nº 3844 com Banco Bradesco: *Swap*: ponta ativa do Grupo que considera "variação cambial USD + taxa prefixada ao ano" versus ponta passiva do Grupo que considera "100% do CDI + taxa prefixada ao ano", com o objetivo de proteger o Grupo de oscilações de câmbio oriundas de uma dívida contratada em dólar. (ii) Contratos de crédito Resolução Bacen nº 4131 com Banco Citibank: *Swap*: ponta ativa do Grupo que considera "variação cambial USD + taxa USD Libor 3 meses" versus ponta passiva do Grupo que considera "100% do CDI + taxa prefixada ao ano", com o objetivo de proteger o Grupo de oscilações de câmbio e juros em moeda estrangeira oriundas de uma dívida contratada em dólar.

	Moeda	Consolidado	
		Valor nominal	Valor justo
Proteção de dívida			
Ativos			
(i) Resolução Bacen nº 3844	R\$	6.250	19.815
(ii) Resolução Bacen nº 4131	R\$	193.841	171.807
Subtotal		242.002	232.586

	Moeda	Consolidado	
		Valor nominal	Valor justo
Passivos			
(i) Resolução Bacen nº 3844	R\$	6.250	19.815
(ii) Resolução Bacen nº 4131	R\$	193.841	171.807
Subtotal		213.084	189.210
Total		28.918	43.376

As operações com *swap* efetuadas pelo Grupo visam à proteção dos empréstimos pactuados em moeda estrangeira quanto ao risco de flutuações cambiais e em taxas de juros internacionais, convertendo a totalidade da operação a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros entre 2% a 3% ao ano, seguindo assim critérios de gestão de riscos demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações líquidas com <i>swap</i> – Ativo	28.918	43.376
Total	28.918	43.376
Circulante	5.178	20.571
Não circulante	23.740	22.805

Os montantes registrados no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de liquidações até 2026:

	31/12/2021
2023	1.556
2024	5.591
2025	12.574
2026	4.019
Total	23.740

Ressalta-se que o *swap* a valor justo (MtM) não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito, bem como informações relacionadas ao *hedje* de fluxo de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 30.

a. Informações sobre investimentos

Em 31 de dezembro de 2021	Participação	Lucro/ Equivalência (prejuízo) exercida		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Em 31 de dezembro de 2021	Participação	Lucro/ Equivalência (prejuízo) exercida		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
		2021	2020								2021	2020					
Controladas diretas																	
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	399.464	399.464	1.839.069	3.481.801	684.233	2.499.954	2.136.683	Castelo de Luca Participações Ltda. (ii)	-	17.160	17.160	-	-	-	-	-
Controladas indiretas									LC Administração de Restaurantes Ltda.	100%	41.982	41.982	79.166	73.676	54.505	11.964	86.373
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPSRJ)	100%	(3.010)	(3.010)	14.534	139.284	23.526	22.800	107.492	Onsej Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	100%	236	236	20.662	16.142	1.632	21.183	
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPSDF)	100%	62.663	62.663	17.806	586.084	24.368	15.801	563.721	Onserv Serviços Terceirizados Ltda.	100%	730	730	1.626	4.583	921	1.283	4.005
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPSBA)	100%	11.564	11.564	35.132	41.202	48.854	9.626	17.854	Poliservice – Sistemas de Segurança S.A.	100%	674	674	1.805	18.590	365	-	20.030
In-Haus Serviços de Logística Ltda.	100%	14.783	14.783	89.830	82.198	89.852	14.869	67.307	Poliservice – Sistemas de Higienização e Serviços S.A. (ii)	-	315	315	-	-	-	-	-
Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda.	100%	4.113	4.113	6.480	15.837	5.887	425	16.005	Online – Monitoramento Eletrônico S.A.	100%	1.057	1.057	1.058	3.142	998	294	2.908
GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	100%	7.674	7.674	16.855	24.523	16.461	2.621	22.296	RZF Projetos, Construções e Serviços Rodoviários Eireli	100%	4.288	4.288	15.218	34.215	13.909	6.169	29.355
SOM Operação e Manutenção Ltda.	100%	(104)	(104)	1.017	4.494	3.907	1.697	(93)	Proteg Segurança Patrimonial Eireli	100%	2.002	2.002	10.910	4.416	5.919	2.282	7.125
Engeseg Empresa de Vigilância Computadorizada Ltda.	100%	4.788	4.788	23.372	32.420	40.873	7.367	7.552	A&S Serviços Terceirizados Ltda. (ii)	-	231	231	-	-	-	-	-
In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda.	100%	62.503	62.503	402.329	21.372	56.969	75.062	291.670	A&S Serviços Terceirizados Ltda. (ii)	-	22	22	-	-	-	-	-
Proguarda Vigilância e Segurança Ltda.	100%	(2.394)	(2.394)	25.283	30.757	19.569	7.550	28.921	Jam Soluções Prediais Ltda.	60%	6.660	6.660	17.466	11.979	9.050	1.832	18.563
Proguarda Administração e Serviços Ltda.	100%	(3.948)	(3.948)	1.978	3.635	960	1.867	2.786	Quattro Serv Serviços Gerais Ltda.	60%	1.386	1.386	17.842	12.127	4.998	14.275	696
GPS Air – Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.	100%	2.107	2.107	13.438	4.148	9.884	143	7.559	Servis Segurança Ltda.	100%	2.984	2.984	55.572	16.270	26.578	12.787	32.477
Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100%	59.838	59.838	181.231	799.648	204.230	328.520	448.129	SECOPI – Segurança Comercial Piauí Ltda.	100%	1.109	1.109	29.005	2.209	5.154	572	25.488
Visel Vigilância e Segurança Ltda.	100%	(5.206)	(5.206)	23.874	20.122	18.018	5.622	20.356	Ultralimpo Empreendimento e Serviços Ltda.	100%	2.058	2.058	9.508	6.031	5.991	1.289	8.259
Fortaleza Limpeza Conservação e Serviços Ltda. (ii)	-	45	45	-	-	-	-	-	Conservadora Amazonas Ltda. (ii)	-	332	332	-	-	-	-	-
Fortaleza Serviços de Vigilância Ltda.	100%	363	363	4.251	8.987	5.970	1.099	6.169	Polonorte Segurança da Amazônia Ltda.	100%	2.473	2.473	4.368	5.848	3.509	5.779	928
Fortaleza Sistemas de Segurança Eletrônica Ltda.	100%	1.847	1.847	394	1.174	347	65	1.156									

continua ...

GPS Participações e Empreendimentos S.A.															
... continuação															
Participação	Lucro/ Equivalência (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Participação	Lucro/ Equivalência (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021															
Polonorte Serviços Empresariais Ltda. (ii)	-	138	138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gol Segurança e Vigilância Ltda.	80%	3.145	3.145	16.502	14.827	8.729	7.755	14.845	-	-	-	-	-	-	-
BC2 Construtora S.A.	75%	26.943	26.943	17.190	66.062	3.667	29.924	49.661	100%	(7.474)	(7.474)	72.458	217.981	31.563	215.794
BC2 Infraestrutura S.A.	75%	(3.330)	(3.330)	22.793	98.092	26.491	112.292	(17.898)	100%	(559)	(559)	9.211	10.039	6.167	128.515
Luandre Serviços Temporários Ltda.	80%	2.007	2.007	3.859	1.932	1.489	5.640	(1.338)	100%	(194)	(194)	4.258	13.560	1.434	67.516
Luandre Temporários Ltda.	80%	22.394	22.394	178.247	26.015	54.638	118.085	31.539	-	(15)	(15)	-	-	-	-
Luandre Ltda.	80%	2.859	2.859	10.838	14.181	4.317	15.562	5.140	-	(24)	(24)	-	-	-	-
Conbras Serviços Técnicos de Suporte Ltda.	100%	21.514	21.514	96.142	84.385	63.167	25.159	92.201	55%	4.490	4.490	5.030	3.605	2.915	12.943
Top Service Facilities Ltda. (anteriormente denominada ISS Servsystem do Brasil Ltda.)	100%	50.008	50.008	109.865	66.664	56.312	27.120	93.097	55%	4.590	4.590	14.344	15.224	15.065	28.192
Conbras Manutenção Ltda. (anteriormente denominada ISS Manutenção e Serviços Integrados Ltda.)	100%	8.980	8.980	6.514	6.019	3.308	9.046	179	55%	4.172	4.172	3.566	5.621	2.389	13.625
In Haus Log Ltda. (anteriormente denominada ISS Serviços de Logística Integrada Ltda.)	100%	3.436	3.436	4.483	12.606	1.166	5.300	10.623	-	-	-	-	-	-	-
Sunset Serviços Patrimoniais Ltda.	55%	5.896	5.896	11.427	8.513	7.086	22.374	(9.520)	-	-	-	-	-	-	-
Sunset Vigilância e Segurança Ltda.	55%	12.571	12.571	18.954	18.330	14.136	24.266	(1.118)	-	-	-	-	-	-	-
Sunplus Sistemas de Serviços Ltda.	55%	(1.366)	(1.366)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Loghis Logística e Serviços Ltda.	100%	2.300	2.300	39.636	12.963	18.861	21.687	12.051	-	-	-	-	-	-	-
Global Segurança Ltda.	100%	8.473	8.473	69.431	142.345	40.488	95.265	76.023	-	-	-	-	-	-	-
Globalização Empresa de Serviços Gerais e Tecnologia Ltda.	100%	5.632	5.632	8.104	13.180	8.397	998	11.889	-	-	-	-	-	-	-
Vivante S.A.	100%	5.149	5.149	36.125	61.998	28.713	37.943	31.467	-	-	-	-	-	-	-
Vivante Norte S.A.	100%	300	300	6.834	1.015	2.457	1.025	4.367	-	-	-	-	-	-	-
Vivante Serviços de Facilities Ltda.	100%	1.949	1.949	22.410	8.767	12.607	4.164	14.406	-	-	-	-	-	-	-
Vivante Serviços de Instalação e Manutenção S.A.	100%	2.243	2.243	22.700	4.624	14.812	3.204	9.308	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Cogeração Carioca Ltda.	89%	651	651	4.131	9.728	529	-	13.330	-	-	-	-	-	-	-
Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A.	100%	2.676	2.676	(1)	29.900	(53)	121.098	(91.146)	-	-	-	-	-	-	-
Allis Agrícola Ltda., Alpen Consultoria, Recrutamento e Seleção de Executivos Ltda.	100%	-	-	-	12	-	37	(25)	-	-	-	-	-	-	-
Alpen Consultoria, Recrutamento e Seleção de Executivos Ltda.	100%	163	163	6.348	72.095	167	48.489	29.787	-	-	-	-	-	-	-
Allis Comunicação em Trade Ltda.	100%	(361)	(361)	386	73.526	626	75.469	(2.183)	-	-	-	-	-	-	-
Allis Soluções Inteligentes S.A.	100%	2.920	2.920	2.012	21.861	3.838	138.447	(118.412)	-	-	-	-	-	-	-
Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda.	100%	3.141	3.141	46.106	99.267	31.651	228.738	(115.016)	-	-	-	-	-	-	-
Rudder Segurança Ltda.	100%	1.143	1.143	23.878	19.011	23.815	39.479	(20.405)	-	-	-	-	-	-	-
Rudder Equipamentos e Sistemas de Segurança Ltda.	100%	77	77	1.096	2.037	1.002	885	1.246	-	-	-	-	-	-	-
Rudder Serviços Gerais Ltda.	100%	449	449	8.872	3.275	8.546	4.751	(1.150)	-	-	-	-	-	-	-
Ávila Participações Eireli	100%	(4.607)	(4.607)	-	27.210	-	58.175	(30.965)	-	-	-	-	-	-	-
Unicacorp Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda.	100%	(3.369)	(3.369)	16.264	19.678	17.655	34.925	(16.638)	-	-	-	-	-	-	-
Unicacorp Soluções em Segurança Eireli	100%	(928)	(928)	6.356	4.207	5.983	19.111	(14.531)	-	-	-	-	-	-	-
Única Gourmet Fornecimento de Refeições Ltda.	100%	(311)	(311)	1.766	627	2.058	131	204	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020															
Controladas diretas															
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	281.977	281.977	1.117.553	2.412.490	1.046.592	1.826.159	657.292							
Controladas indiretas															
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. - (GPS RJ)	100%	(1.832)	(1.832)	13.812	22.886	20.034	1.486	15.178							
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. - (GPS SP)	100%	61.387	61.387	24.416	460.696	20.565	11.087	453.460							
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. - (GPS BA)	100%	11.746	11.746	35.670	45.428	36.128	3.464	41.506							
In-Haus Serviços de Logística Ltda.	100%	19.299	19.299	66.821	51.945	53.322	4.908	60.536							
Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda.	100%	3.322	3.322	7.026	19.805	4.366	159	22.306							
GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	100%	6.296	6.296	17.195	15.413	11.100	985	20.523							
SOM Operação e Manutenção Ltda.	100%	757	757	1.684	8.577	3.779	449	6.033							
Engeseg Empresa De Vigilância Computadorizada Ltda.	100%	8.890	8.890	26.519	45.056	32.146	4.866	34.563							
In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda.	100%	(20.196)	(20.196)	148.788	39.662	108.317	109.706	(29.573)							
Proevi Proteção Especial de Vigilância Ltda. (i)	100%	(8.627)	(8.627)	-	-	-	-	-							
Proguarda Vigilância e Segurança Ltda.	100%	2.704	2.704	15.951	9.061	10.281	2.297	12.434							
Proguarda Administração e Serviços Ltda.	100%	(6.597)	(6.597)	2.289	8.337	1.205	687	8.734							
Proguarda Sistemas Eletrônicos Ltda. (i)	100%	383	383	-	-	-	-	-							
Sempre Empresa de Segurança Ltda. (i)	100%	(647)	(647)	-	-	-	-	-							
Sempre Serviços de Limpeza, Jardinagem e Comércio Ltda. (i)	100%	637	637	-	-	-	-	-							
Sempre Sistemas de Segurança Ltda. (i)	100%	438	438	-	-	-	-	-							
Sempre Terceirização em Serviços Gerais Ltda. (i)	100%	1.273	1.273	-	-	-	-	-							
GPS Air - Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.	100%	3.746	3.746	10.301	672	4.661	860	5.452							
Grabber Sistemas de Segurança Ltda.	100%	87.978	87.978	164.032	499.759	141.176	199.627	322.988							
Visel Vigilância e Segurança Ltda.	100%	(1.442)	(1.442)	24.115	19.105	11.544	6.114	25.562							
Fortaleza Limpeza Conservação e Serviços Ltda.	-	1.036	1.036	-	-	-	3	3.575							
Fortaleza Serviços de Vigilância Ltda.	80%	(87)	(87)	484	908	420	192	780							
Fortaleza Sistemas de Segurança Eletrônica Ltda.	80%	3.127	3.127	4.165	9.341	4.354	551	8.601							
Castelo de Luca Participações Ltda.	-	23.833	23.833	2	55.303	-	-	55.303							
LC Administração de Restaurantes Ltda.	60%	23.833	23.833	69.005	30.006	32.997	10.711	55.303							
Onseg Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	100%	4.635	4.635	15.758	20.163	12.548	2.426	20.947							
Onserv Serviços Terceirizados Ltda.	100%	900	900	2.028	5.406	1.518	2.640	3.276							
Onservice Gestão de Serviços Terceirizados Ltda.	100%	(509)	(509)	-	17.189	35	37	17.117							
Poliservice - Sistemas de Segurança S.A.	60%	2.616	2.616	13.728	8.272	8.999	3.485	9.516							
Poliservice - Sistemas de Higienização e Serviços S.A.	-	(62)	(62)	7.542	2.462	5.008	3.417	1.579							
Online - Monitoramento Eletrônico S.A.	60%	996	996	1.085	1.710	773	172	1.850							
RZF Projetos, Construções e Serviços Rodoviários Eireli	60%	10.262	10.262	14.702	27.803	10.139	4.693	27.673							
Magnus Segurança Patrimonial Ltda. (i)	100%	5.193	5.193	-	-	-	-	-							
Magnus Serviços Ltda. (i)	100%	699	699	-	-	-	-	-							
Algar Segurança Eletrônica e Serviços Ltda. (i)	100%	9.443	9.443	-	-	-	-	-							
Proteg Segurança Patrimonial Eireli	80%	3.350	3.350	4.864	6.184	3.155	2.396	5.497							
A&S Serviços Terceirizados Ltda.	-	1.608	1.608	957	4.120	1.256	1.060	2.761							
A&S Serviços Terceirizados Ltda.	-	(364)	(364)	415	720	142	1.148	(155)							
Jam Soluções Prediais Ltda.	60%	1.441	1.441	13.590	2.698	6.139	10.840	(691)							
Quattro Serv Serviços Gerais Ltda.	60%	1.788	1.788	19.299	6.308	8.561	13.900	3.146							
Servis Segurança Ltda.	80%	6.543	6.543	55.453	24.762	24.316	33.615	22.284							
SECOPI - Segurança Comercial Piauí Ltda.	80%	2.468	2.468	17.326	3.202	4.717	9.094	6.717							
Ultralimpo Empreendimento e Serviços Ltda.	80%	2.967	2.967	8.771	2.381	4.083	1.018	6.051							
Conservadora Amazonas Ltda.	-	315	315	811	306	593	162	362							
Polonorte Segurança da Amazônia Ltda.	70%	2.914	2.914	4.744	3.694	3.157	6.790	(1.509)							
Polonorte Serviços Empresariais Ltda.	-	1.377	1.377	2.767	1.222	1.926	2	2.061							
Gol Segurança e Vigilância Ltda.	80%	7.150	7.150	17.819	13.967	9.026	7.507	15.253							
BC2 Construtora S.A.	75%	(2.188)	(2.188)	56.691	55.168	32.097	57.044	22.718							
BC2 Infraestrutura S.A.	75%	7.491	7.491	2.349	20.153	1.061	36.008	(14.567)							
Luandre Serviços Temporários Ltda.	80%	1.219	1.219	1.844	2.763	1.293	6.659	(3.345)							
Luandre Temporários Ltda.	80%	18.614	18.614	96.362	19.879	75.494	31.602	9.145							
Luandre Ltda.	80%	3.950	3.950	13.770	5.069	5.776	10.781	2.282							
Conbras Serviços Técnicos de Suporte Ltda.	100%	4.183	4.183	92.268	8.059	33.129	35.920	31.278							
19. Direito de uso em arrendamentos															
valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamentos.															
a. Movimentação de ativos de direito de uso															
Consolidado															
Vida útil em anos (i)															
2 - 8															
31/12/2021															
31/12/2020															
70.188															
71.348															
Amortização acumulada do direito de uso															
(30.322)															
(26.027)															
Total															
39.866															
45.321															
(i) As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais o Grupo tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamentos observando as condições contr															

... continuação		GPS Participações e Empreendimentos S.A.														
Segurança eletrônica	de 2021, não foram identificadas possíveis perdas ou indicadores de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. d.1. Atualização do teste de impairment: Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, foi realizado um teste de stress com o objetivo de analisar quais premissas fariam com que os valores contábeis dos ágios fossem iguais ao valor recuperável. O cálculo foi realizado considerando a stress de 2 premissas: a taxa de desconto (acréscimo na taxa de desconto frente a utilizada em teste oficial de impairment) e a margem EBITDA (redução do crescimento do EBITDA frente ao projetado em teste oficial de impairment), que foram as duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em impairment. No caso da taxa de desconto, foi adotado um acréscimo de 4,5% em todas as UGCs passando para a taxa de desconto sensibilizada de 15,30%, com exceção da UGC Alimentação, no qual a taxa foi para 15,83%. No caso da margem EBITDA, foi reduzido o seu crescimento em relação ao crescimento do EBITDA no teste de impairment oficial, até que o valor em uso atingisse o limite do valor do ágio contábil. Tal teste foi realizado exatamente com as mesmas premissas do teste de impairment oficial realizado sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021, com projeção de 10 anos, sendo os 5 primeiros com ajustes e os 5 seguintes com manutenção de margens e crescimento igual à inflação do modelo. A seguir, a tabela apresenta o teste de stress com as premissas acima citadas que fariam a UGC ficar no limite de apresentar um indicativo de perda do valor recuperável do ágio:	cado de Depósito Interbancário (CDI), acrescida de um percentual de 1,94% a.a. A remuneração será paga, juntamente com o valor nominal unitário da respectiva série, em única parcela da data de vencimento, ou, ainda, na data de eventual declaração de vencimento antecipado das notas comerciais em decorrência de um evento de inadimplemento. As notas comerciais contam com aval prestado em caráter universal pela GPS Participações e Empreendimentos S.A. e estão dispensadas de registro na CVM conforme instrução CVM nº 476/2009. No quadro abaixo estão destacadas as características definidas para cada série aprovada para emissão:														
Em percentual	2021 2020	Emissão	Série	Início	Vencimento	Valor nominal	Saldo inicial	DI + Spread	Em 31/12/2021							
Taxa WACC (a)	10,8 10,9	Primeira	6	19/06/2019	27/05/2022	5.514	5.514	892	6.406							
Alavancagem da UGC Segurança eletrônica	13,4 18,1	Primeira	7	19/06/2019	27/10/2022	4.770	4.770	762	5.532							
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)	4,1 3,0	Primeira	8	19/06/2019	29/05/2023	4.561	4.561	728	5.289							
Crescimento médio da receita líquida	6,9 4,1	Primeira	9	19/06/2019	27/10/2023	4.010	4.010	640	4.650							
Margem EBITDA	22,4 19,8	Primeira	10	19/06/2019	27/05/2024	3.694	3.694	590	4.284							
Capital de giro em % da receita líquida	10,9 8,5	Total				22.549	22.549	3.612	26.161							
(a) A taxa de Custo Médio Ponderado de Capital WACC – Weighted Average Cost of Capital é calculada com base na modelagem CAPM (<i>Capital Asset Pricing Model</i>) usando um beta de mercado e o custo de financiamento do Grupo. Para aplicação da metodologia de fluxo de caixa descontado para verificação da perda ao valor recuperável dos ativos fixos foi elaborada uma projeção financeira no período de julho de 2021 a junho de 2031, conforme as premissas apresentadas acima. A Administração julgou apropriada a utilização do período de dez anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36.		Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de amortizações até 2027:														
Vida útil indefinida	2021 2020	Vencimento														
Ágio contábil mais carrying amount	41.238 7.321	2023	174.325													
Valor do ágio com base no valor recuperável	110.232 105.342	2024	162.025													
Valor da perda por redução ao valor recuperável	- -	2025	130.045													
Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da UGC de Segurança Eletrônica, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas possíveis perdas ou indicadores de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Recursos Humanos: O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.		2026	106.268													
		2027	40.630													
		Total	613.293													
		Garantias														
		Os saldos de empréstimos da modalidade capital de giro estão sujeitos aos encargos financeiros mencionados no quadro e estão substancialmente garantidos por cessões fiduciárias de recebíveis com trava de domicílio simples e sem retenção de saldo. As notas comerciais contam com aval prestado em caráter universal pela Companhia.														
		b. Movimentação dos saldos														
		Consolidado														
				2021	2020											
				944.181	723.917											
		Em 1º de janeiro														
		Novos contratos de arrendamento financeiro														
		Novos contratos de empréstimos														
		Contratos advindos de empresas adquiridas														
		Juros e encargos provisionados														
		Pagamentos efetuados														
		Principal														
		Juros pagos														
		Em 31 de dezembro														
		c. Cláusulas contratuais restritivas em empréstimos (covenants) O Grupo detém empréstimos bancários garantidos que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcelas nos próximos seis anos. Com exceção aos contratos firmados com Banco Safra em maio de 2017 e Banco Bradesco em dezembro de 2017, todos os contratos contêm <i>covenants</i> que estabelecem que ao final de cada exercício o montante de endividamento líquido do Grupo deve ser menor ou igual a um múltiplo que varia de 2,5 a 3,5 vezes o seu EBITDA para o mesmo exercício, observando-se que para os casos de <i>covenants</i> com limite de endividamento líquido estabelecido em 2,5 vezes, em caso de alavancagem operacional comprovadamente gerada por aquisições em determinado exercício, o índice financeiro correspondente ao mesmo exercício, exclusivamente, deverá ser menor ou igual a 3,5 vezes o seu EBITDA. O Grupo acompanha tempestivamente os <i>covenants</i> embutidos em seus compromissos e não há descumprimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As definições de EBITDA e endividamento líquido para a maioria dos contratos podem ser assim apresentadas: • EBITDA: significa o resultado consolidado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional (venda de ativos, provisões/reversões de contingências sem efeito caixa: <i>impairment</i> e despesas pontuais de reestruturação e de aquisição de empresas), da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. • Endividamento líquido: significa a dívida bancária total e as obrigações com controladas subtraídas do caixa e aplicações financeiras e créditos fiscais líquidos e certos de curto prazo.														
				812.698	944.181											
				199.405	327.552											
				613.293	616.629											
		(i) O Grupo possui operações de empréstimo em moeda estrangeira denominado em US\$ (Dólar), mas com <i>swap</i> em montante condizente com o fluxo de caixa futuro estimado, eliminando a variação de moeda estrangeira e convertendo a totalidade da operação a 100% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros de 1,96% a 2,47% ao ano, obedecendo aos critérios de gestão de riscos. Veja nota explicativa nº 30 (c). (ii) Em maio de 2019, a controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. emitiu títulos de dívida privados, constituídos sob a forma de notas comerciais, no montante de R\$ 50.000. As notas comerciais circularão por endosso, sem garantia, de mera transferência de titularidade, conforme disposto no § 1 do artigo 4 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 566. O valor nominal unitário de cada série será remunerado a 100% da remuneração do Certifi-														
		d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento														
		Derivativos (ativos) mantidos para proteção de empréstimos de longo prazo														
		Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para proteção – ativo														
		Capital Social														
		Reservas de lucros														
		Outros resultados abrangentes														
		Ajustes de avaliação patrimonial														
		Participação dos não controladores														
				400.000	944.181	503.246	47.142	467.091	43.376	540.453	269.655	-	(71.400)	-	81.114	3.056.991
				29 (b)	-	-	-	-	-	1.133.397	-	-	-	-	1.133.397	
				29 (b)	-	-	-	-	-	(58.468)	-	-	-	-	(58.468)	
				16.5	(407.169)	-	-	-	-	-	(132.145)	-	-	-	(539.314)	
				23 (c)	-	-	(20.726)	-	-	-	-	-	-	-	(20.726)	
				21 (b)	-	154.027	-	-	-	23.209	-	-	-	-	23.209	
				22 (b)	-	-	750.000	-	-	-	-	-	-	-	750.000	
				22 (b)	-	-	(8.409)	-	-	-	-	-	-	-	(8.409)	
				21 (b)	-	(409.875)	-	-	-	-	-	-	-	-	(409.875)	
				28 (a)	-	-	-	(137.414)	-	-	-	-	-	-	(137.414)	
				Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(407.169)	(255.848)	741.591	(20.726)	(137.414)	23.209	1.074.929	(132.145)	-	-	886.427	
				Outras variações relacionadas com passivos												
				Advindo de adquirida	7.169	63.086	-	10.859	-	-	-	-	-	-	81.114	
				Obrigações com aquisições de controladas	29 (g)	-	-	(159.027)	-	-	-	-	-	-	-	
				Outras adições e baixas	23/26	-	-	744	6.251	-	-	-	-	-	6.995	
				Despesas de juros	21 (b)/22 (b)/23 (c)	106.941	31.393	3.926	-	-	-	-	-	-	142.260	
				Resultado de derivativos – (swap)	30	-	-	-	-	(457)	-	-	-	-	(457)	
				Resultado líquido sobre hedge	-	-	-	-	-	(8.294)	-	-	-	-	-	
				Juros pagos	21 (b)/22 (b)	(45.662)	(24.023)	-	-	-	-	-	-	-	(69.685)	
				Total das outras variações relacionadas a passivos e PL	7.169	124.365	7.370	15.529	(152.776)	(8.751)	-	-	8.294	159.027	160.227	
				Total das outras variações relacionadas com patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
				Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	812.698	1.252.207	41.945	176.901	(28.918)	1.615.382	537.878	8.294	33.558	1.494	4.451.438
				Derivativos (ativos)/passivos mantidos para proteção de empréstimos de longo prazo												
				Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para proteção – ativo												
				Capital Social	416.716	-	-	-	-	73.000	Reservas de lucros	493.633	Reservas de capital	(73.000)	-	36.376
				Reservas de lucros	-	-	-	-	-	36.376	(36.376)	-	-	-	-	-
				Reservas de capital	-	-	-	-	-	14.361	-	-	-	-	-	14.361
				Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(25.482)	-	-	-	(74.547)	
				Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.008)	
				Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.215	
				Total	416.716	-	-	-	-	28.215	123.737	-	(98.482)	-	353.200	
				Saldo em 1º de janeiro de 2020	49.065	723.917	503.428	32.968	18.424	-	416.716	-	-	-	(230.888)	110.709
				Outras variações relacionadas com passivos												
				Dividendos a pagar	29 (d)	400.000	-	-	-	-	-	-	(400.000)	-	-	
				Advindos de incorporação	-	58.341	-	21.974	-	-	-	-	-	-	80.315	
				Obrigações com aquisições de controladas	28 (a)	-	-	-	-	-	-	-	(42.633)	-	(42.633)	
				Outras adições e baixas	23 (c)	-	37	-	-	-	-	-	-	-	37	
				Novos arrendamentos	21 (b)/22 (b)/23 (c)	-	-	-	8.768	-	-	-	-	-	8.768	
				Despesas de juros	(c)	-	87.404	21.627	1.134	-	-	-	-	-	110.165	
				Resultado de derivativos – (Swap)	-	-	-	-	-	(3.263)	-	-	-	-	(3.263)	
				Juros pagos	21 (b)/22 (b)	-	(47.830)	(21.809)	(1.694)	-	-	-	-	-	(71.333)	
				Total das outras variações relacionadas a passivos	400.000	97.952	(182)	30.182	(3.263)	-	-	(400.000)	(42.633)	-	82.056	
				Total das outras variações relacionadas com patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	279.192	
				Saldo em 31 de dezembro de 2020	400.000	944.181	503.246	47.142	43.376	540.453	-	269.655	(71.400)	(1)	2.676.651	
				22. Debêntures												
				Passivo circulante												
				31/12/2021	31/12/2020											
				108.995	3.246											
				(1.261)	-											
				107.734	3.246											
				Passivo não circulante												
				Emissão de títulos de dívida com garantia	1.151.621	500.000										
				Custos incorridos com a emissão	(7.148)	-										
				1.144.473	500.000											
			</													

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Instrução CVM nº 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o art. 19 da Lei nº 6.385/76. A oferta está registrada na Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais nos termos do Capítulo VIII do Código Anbima. As debêntures foram escrituradas com valor nominal unitário de R\$ 1, quantidade emitida e negociada de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) debêntures e montante da operação no valor de R\$ 750.000. O valor nominal unitário de cada série será remunerado trimestralmente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,15% a.a. **Termos e cronograma de amortização da dívida:** A remuneração será paga, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado, e do resgate antecipado facultativo e de oferta de resgate antecipado total das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado, em 20 (vinte) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do oitavo trimestre de carência. Os recursos líquidos obtidos pelo Grupo com a Emissão serão utilizados para reforço de caixa. As debêntures da primeira emissão contam com a garantia fiduciária nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406/2002. A GPS Participações e Empreendimentos S.A. presta fiança em favor dos debenturistas. As debêntures da segunda emissão contam apenas com a fiança da GPS Participações e Empreendimentos S.A. em favor dos debenturistas. No quadro abaixo estão destacadas as características definidas para a primeira e segunda emissão realizada:

Emissão	Série	Início	Vencimento	DI + Spread a.a.	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total emitido	Participação DI + Spread	Posição em 31/12/2021	Controladora		Consolidado	
										31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Primeira	Única	20/11/2019	25/10/2026	10,36%	500.000	1	500.000	8,995	508.995	-	-	-	-
Total					500.000	1	500.000	8,995	508.995	-	-	-	-
Segunda	Única	27/12/2021	25/10/2028	10,91%	750.000	1	750.000	1,621	751.621	-	-	193.347	88.060
Total					750.000	1	750.000	1,621	751.621	-	-	193.347	88.060
Primeira	Única	20/11/2019	25/10/2026	3,50%	500.000	1	500.000	3,246	503.246	-	-	(195.056)	(128.867)
Total					500.000	1	500.000	3,246	503.246	-	-	(195.056)	(128.867)

Vencimento

	31/12/2021	A partir de 2025
2023	100.970	1.183
2024	249.787	1.655
2025	249.998	39,92%
2026	250.339	
2027	150.199	
2028	150.328	
Total	1.151.621	

Cláusulas contratuais restritivas (covenants) A escritura das debêntures contém covenants que estabelecem que ao final de cada exercício, o montante de dívida líquida financeira dividido pelo EBITDA do exercício respectivo deve ser menor ou igual a 2,5 vezes, observando-se que, em caso de alavancagem operacional comprovadamente gerada por aquisições em determinado exercício, o índice financeiro correspondente ao mesmo exercício, exclusivamente, deverá ser menor ou igual a 3,5 vezes. O Grupo acompanha tempestivamente os covenants embutidos em seus compromissos e não há descumprimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A dívida líquida financeira e o EBITDA podem ser assim definidas: **• EBITDA:** resultado consolidado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional (venda de ativos; provisões/reversões de contingências sem efeito caixa; impairment e despesas pontuais de reestruturação e de aquisição de empresas) da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. **• Dívida líquida financeira:** somatória da dívida bruta no último dia de cada mês encerrado, deduzidos os valores em caixa, aplicações financeiras e créditos fiscais líquidos e certos de curto prazo (localizados nas rubricas "tributos a recuperar" e "imposto de renda e contribuição social a recuperar" apenas do Ativo Circulante), desde que compensáveis no prazo máximo de 12 (dozes) meses da data de apuração da dívida líquida.

b. Movimentação dos saldos

	2021	2020
Em 1º de janeiro	503.246	503.428
Emissão	750.000	-
Custos incorridos com a emissão	(8.409)	-
Juros e encargos provisionados	31.393	21.627
Pagamentos efetuados	(24.023)	(21.809)
Juros	1.252.207	503.246
Em 31 de dezembro	1.252.207	503.246

23. Arrendamentos a pagar – O Grupo possui operações de arrendamento para uso de imóveis como sedes administrativas em várias regiões geográficas do território brasileiro, onde ele presta serviços de segurança patrimonial, manutenção e limpeza de áreas de serviços de seus clientes.

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	23.100	18.945
Arrendamentos a pagar	(5.969)	(2.065)
Juros a apropriar	17.131	16.880
Passivo não circulante	27.007	32.921
Arrendamentos a pagar	(2.193)	(2.659)
Juros a apropriar	24.814	30.262
Total	41.945	47.142

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início de cada contrato, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto. **a. Premissas para obtenção da taxa incremental:** O Grupo determina sua taxa incremental sobre os arrendamentos obtendo taxas de juros projetadas e divulgadas pela B3, as quais consideram a relação de taxa SELIC e DI e de fontes externas de financiamentos e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

31/12/2021

	Taxa incremental anual %	Valor nominal	Valor contábil
Arrendamentos a pagar por direito de uso	6 – 7,6	50.107	50.107
Total (i)		50.107	50.107

(i) Os valores são acrescidos de juros incorridos no exercício.

31/12/2020

	Taxa incremental anual %	Valor nominal	Valor contábil
Arrendamentos a pagar por direito de uso	5 – 6	28.088	28.088
Arrendamentos a pagar por direito de uso	6 – 7,6	23.778	23.778
Total		51.866	51.866

b. Cronograma de amortização do passivo de arrendamento
A distribuição por vencimento está demonstrada conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Consolidado	23.100	17.131
Menos de um ano	23.100	(5.969)
Entre um e cinco anos	27.007	(2.193)
Total	50.107	(8.162)
Consolidado	27.007	32.921
Menos de um ano	2.008	(84)
Entre um e cinco anos	29.830	(1.964)
Mais de cinco anos	20.028	(2.676)
Total	51.866	(4.724)

c. Movimentação do passivo de arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro de 2020	32.968	32.968
Adições	8.768	8.768
Advindos de adquirida	21.974	21.974
Encargos a apropriar	(1.694)	(1.694)
Juros apropriados	1.134	1.134
Pagamentos	(16.008)	(16.008)
Em 31 de dezembro de 2020	47.142	47.142
Adições	27.319	27.319
Advindos de adquirida	10.859	10.859
Juros apropriados	3.926	3.926
Pagamentos	(20.726)	(20.726)
Baixas	(26.575)	(26.575)
Em 31 de dezembro de 2021	41.945	41.945

d. Divulgações adicionais exigidas pela CVM: O Grupo estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os termos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos através de inquéritos a potenciais investidores em títulos de dívida do Grupo. A tabela a seguir mostra as taxas aplicadas levando em consideração os termos dos contratos. De acordo com o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ de fevereiro de 2019, o Grupo apresenta os saldos comparativos das obrigações de arrendamento, direito de uso, despesas financeiras e despesas de depreciação, levando em consideração o efeito da inflação futura projetada sobre os fluxos do contrato de arrendamento, descontado pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento	41.945	19.691	8.936	3.257
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	41.945	19.691	8.936	3.257
Fluxo com projeção de inflação	48.828	24.397	11.548	4.417
Variação	16,41%	23,90%	29,24%	35,61%
Direito de uso	39.866	13.568	4.781	1.542
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	39.866	13.568	4.781	1.542
Fluxo com projeção de inflação	45.516	16.883	6.223	2.094
Variação	14,17%	24,43%	30,15%	35,78%
Despesas financeiras	4.917	1.719	803	306
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	4.917	1.719	803	306
Fluxo com projeção de inflação	5.678	2.133	1.039	416
Variação	15,49%	24,09%	29,42%	35,65%
Despesas de depreciação	24.552	24.552	7.016	3.012
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	24.552	24.552	7.016	3.012
Fluxo com projeção de inflação	27.933	27.933	8.419	3.769
Variação	13,77%	13,77%	20,00%	25,12%
Passivo de arrendamento	47.142	30.129	17.117	9.874
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	47.142	30.129	17.117	9.874
Fluxo com projeção de inflação	52.203	34.802	20.543	12.282
Variação	11,90%	15,51%	20,01%	24,39%
Direito de uso	44.804	16.568	8.051	3.985
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	44.804	16.568	8.051	3.985
Fluxo com projeção de inflação	48.868	19.364	9.769	4.999
Variação	9,07%	16,87%	21,34%	25,46%
Despesas financeiras	4.325	1.789	1.094	670
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	4.325	1.789	1.094	670
Fluxo com projeção de inflação	4.641	2.079	1.318	835
Variação	7,31%	16,19%	20,52%	24,71%
Despesas de depreciação	26.604	11.334	7.456	3.961
Contábil – CPC 06 (R2)/IFRS 16	26.604	11.334	7.456	3.961
Fluxo com projeção de inflação	27.813	12.531	8.410	4.572
Variação	4,55%	10,56%	12,79%	15,41%
24. Salários e encargos sociais	191.548	140.068	106.161	270.621
Salários e ordenados	-	7	191.548	140.068
Encargos sociais	-	-	141.268	106.161
Provisão para férias e encargos sociais	-	-	370.834	270.621
Provisão para 13º salário e encargos sociais	-	-	-	851
Provisão para bônus (i)	-	-	98.450	80.203
Total	-	7	802.100	597.904

(i) A movimentação da provisão para bônus pode ser assim apresentada:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	62.363	47.934
Baixa de provisão por pagamento	(47.934)	-
Reversão de provisão	(15.281)	-
Constituição de provisão	81.055	2026 em diante
Em 31 de dezembro	80.203	80.203

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos (consolidado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Adquiridas M&A	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros	29.940	13.560	-	22.238	-	65.738	65.738	-
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de combinação de negócios	(43.815)	(22.504)	-	-	-	(66.319)	-	(66.319)
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	1.702	-	-	-	-	1.702	1.702	-
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	42.101	9.136	-	-	-	51.237	51.237	-
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida	36.825	16.593	-	-	-	53.418	53.418	-
Ajuste a valor justo – dívida de aquisição	47.336	(4.692)	(54.069)	-	-	(11.425)	-	(11.424)
Diferenças temporárias	20.736	(2.958)	-	3.123	-	20.901	20.901	-
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	1.457	-	-	-	-	1.457	1.457	-
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	7.769	(1.155)	-	-	-	6.614	6.614	-
Provisão para perdas de crédito fiscais	18.675	27.849	-	15.408	-	61.932	61.932	-
Provisão para acordo ou execução trabalhista	20.153	42.061	-	1.466	-	63.680	63.680	-
Provisão para acordo ou execução tributária	8.614	(3.155)	-	10.923	-	16.382	16.382	-
Provisão para acordo ou execução cível	(21.073)	2.359	-	-	-	(18.714)	-	(18.714)
Ativo indenizatório Graber (vide nota explicativa nº 27 (d))	-	(5.795)	-	-	-	(5.795)	-	(5.795)
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	27.269	5.238	-	966	-	33.473	33.473	-
Provisão para remuneração variável	444	(10.276)	-	-	-	(9.832)	-	(9.832)
Instrumentos derivativos – swap a realizar	80.142	(18.000)	-	72.574	-	134.716	134.716	-
Tributos sub judice	29.897	(19.987)	-	(6.071)	(838)	3.001	3.001	-
Outras diferenças temporárias	308.171	28.274	(54.069)	120.627	(838)	402.165	514.250	(112.085)
Imposto líquido ativo (passivo)	308.171	28.274	(54.069)	120.627	(838)	402.165	514.250	(112.085)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Adquiridas em combinações de negócio	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros:	14.370	(840)	-	16.410	29.940	29.940	-
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de Combinação de Negócios:	(31.306)	(9.673)	(2.836)	-	(43.815)	-	(43.815)
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	1.702	-	-	-	1.702	1.702	-
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	42.101	-	-	-	42.101	42.101	-
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida	30.066	1.254	5.505	-	36.825	36.825	-
Ajuste a valor justo – dívida de aquisição	29.526	9.074	8.736	-	47.336	47.336	-
Diferenças temporárias	15.883	345	-	4.508	20.736	20.736	-
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	699	758	-	-	1.457	1.457	-
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	6.984	(370)	-	1.155	7.769	7.769	-
Provisão para perdas de crédito fiscais	15.213	1.289	-	2.173	18.675	18.675	-
Provisão para acordo ou execução trabalhista	14.157	6.419	-	(423)	20.153	20.153	-
Provisão para acordo ou execução tributária	6.913	1.531	-	170	8.614	8.614	-
Provisão para acordo ou execução cível	(16.230)	(4.843)	-	-	(21.073)	(21.073)	-
Ativo indenizatório Graber	21.203	6.066	-	-	27.269	27.269	-
Provisão para remuneração variável	440	4	-	-	444	444	-
Instrumentos derivativos – swap a realizar	27.841	551	-	51.750	80.142	80.142	-
Tributos sub judice	4.552	6.861	-	18.483	29.897	29.897	-
Outras diferenças temporárias	184.113	18.427	11.405	94.226			

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

cida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2020. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 23 de março de 2021 foi efetuado o pagamento pelo exercício da opção dos 30% das quotas de capital das empresas do Grupo Polonorte, no valor de R\$ 5.017. A variação entre o valor da contraprestação em aberto em 31 de dezembro de 2020 e o efetivo pagamento realizado pelo exercício da opção de compra, se deu, principalmente, por condições comerciais acordadas entre as partes, conforme previsto em contrato de compra e venda. Após o exercício da opção de compra, a controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. passou a deter 100% de participação nas empresas do Grupo Polonorte; (xiii) O Grupo possui opção de compra dos 20% remanescentes da Gol, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2021. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 31 de dezembro de 2021, R\$3.916 registrado equivale ao registro da contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada; (xiv) O Grupo possui opção de compra dos 25% remanescentes da BC2, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2021. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Com base nessas premissas, apurou-se um EBITDA (consolidado BC2 Construtora/BC2 Infra) negativo, resultando em saldo zero para o pagamento de opção em 31 de dezembro de 2021. Ficando apenas o valor de R\$ 7.203, referente ao benefício auferido semestralmente com a Desoneração da Folha e que compõe a contraprestação transferida em

aberto; (xv) O Grupo possui opção de compra dos 20% remanescentes da Luandre, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2021. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 05 de março de 2021, foi efetuado o pagamento do Valor Adicional conforme contrato, no valor de R\$ 10.992. Também no mesmo semestre em 01 de junho de 2021 foi efetuado o pagamento da 1ª de 10 parcelas retidas no valor de R\$704. Em 01 de outubro de 2021, foi efetuado o pagamento da 2ª de 10 parcelas retidas no valor de R\$704. Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 35.239 registrado equivale ao registro da contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada; (xvi) O Grupo possui opção de compra dos 45% remanescentes da Sunset, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2023. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 31.334 registrado equivale ao registro da contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada; (xvii) Refere-se ao "valor adicional" da contraprestação transferida na aquisição, com base no EBITDA e que será apurado no período de 01/10/2021 a 30/09/2022, limitado a 8,5% da Receita Líquida desse período. Desse valor será subtraído as eventuais perdas materializadas e/ou indenizações correspondentes às ocorrências descritas no Contrato de Compra e Venda (CCV); (xviii) Refere-se ao "valor adicional" da contraprestação transferida na aquisição, com base no EBITDA e que será apurado no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, limitado a 6,5% da Receita Líquida desse período. Desse valor será subtraído as eventuais perdas materializadas e/ou indenizações correspondentes às ocorrências descritas no Contrato de Compra e Venda (CCV); (xix)

emitida pela Controladora, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, o capital social da Controladora anteriormente dividido em 5.773.032 ações passará a ser dividido em 577.303.200 ações. Em 22 de abril de 2021, foi aprovada em Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração o aumento de capital de R\$ 1.082.251, mediante a emissão de 90.187.590 novas ações, no âmbito da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Controladora na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, do estatuto da Controladora. Em função disso, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Controladora, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.673.850, dividido em 667.490.790 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com essa oferta totalizaram R\$ 58.468, os quais estão classificados como redutores do patrimônio líquido na rubrica "Gastos com emissões de ações" de acordo com o preconizado no pronunciamento técnico CPC 08 (R1)/IAS 39. c. Plano de compra de ações: O Plano de Compra de Ações (PCA) consiste em um plano de subscrição de novas ações da Controladora por parte de executivos elegíveis de acordo com critérios cumulativos pré-definidos, cujos objetivos permeiam o fortalecimento de interesses entre os executivos entantes e demais acionistas, incentivando-os e fidelizando-os para compartilhar o valor do Grupo. Não há concessão de benefícios especiais ou remuneração adicional a esses executivos em relação aos demais acionistas. Ver detalhes na nota explicativa nº 8.13. d. Destinação dos lucros e dividendos propostos: Nos termos do Estatuto Social, do lucro líquido auferido no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do capital social, e 25% serão destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, obedecendo à prioridade de pagamento dos dividendos fixos. A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Controladora, já aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

nas controladas no valor de R\$ 7.145. Durante o exercício de 2020, não foram atribuídos e pagos dividendos antecipados aos titulares das ações ordinárias. Os pagamentos de dividendos do ano totalizaram R\$ 74.547 e ocorreram conforme abaixo: • Distribuição adicional de dividendos sobre o resultado de 2020 no valor de R\$ 25.000, aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, pago em 10 de novembro de 2020, além de R\$ 45.652, anteriormente provisionado em 31 de dezembro de 2019, totalizando o valor de R\$ 70.652. • Dividendos registrados pelas empresas adquiridas aos vendedores no valor de R\$ 3.413. • Dividendos desproporcionais distribuídos nas controladas no valor de R\$ 482; e. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros corresponde aos lucros remanescentes após destinação para reserva legal e proposta de distribuição de dividendos, visando, principalmente, a atender seus projetos de investimentos. O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: (i) Reserva legal: 5%, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital; e Dividendos: 25% do saldo, após apropriação para reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. f. Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:

a. Movimentação do passivo de aquisição de controladas

	31/12/2020	Registro de aquisição	Adiantamento	Atualização opção	Atualização earn-out	Atualização Ajustes	Conta gráfica (i)	Atualização monetária	Pagamento de opção de compra e parcela adicional de aquisição	Pagamento preço de aquisição	31/12/2021
Servtec	2.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.976
Proevi	1.247	-	-	-	-	-	-	27	-	-	1.274
Sempre	1.050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.050
Graber	50.879	-	-	-	-	-	-	963	-	-	51.842
LC Restaurantes	84.705	-	-	(36.545)	-	(1.979)	-	-	(46.181)	-	-
Fortaleza	7.995	-	-	(173)	-	(3)	-	-	(7.819)	-	-
Poliservice	13.326	-	-	(1.253)	-	(738)	(1.137)	2.730	(12.928)	-	-
RZF	34.063	-	-	(750)	-	(263)	-	-	(33.050)	-	-
JAM	17.746	-	-	4.336	(1.040)	-	-	-	(4.349)	-	19.393
Quattro	7.163	-	-	(7.163)	-	-	-	-	-	-	-
Proteg	4.203	-	-	(1.513)	-	(474)	-	-	(2.216)	-	-
Servis	33.715	-	-	(20.561)	-	-	-	-	(13.154)	-	-
Polonorte	7.617	-	-	(2.221)	-	(379)	-	-	(5.017)	-	-
Gol	8.229	-	-	(4.313)	-	-	-	-	-	-	3.916
BC2	44.609	-	-	(34.460)	(1.893)	(1.053)	-	-	-	-	7.203
Luandre	76.381	-	-	(27.566)	(242)	-	(634)	-	(12.700)	-	35.239
Sunset	68.432	-	-	(26.845)	(10.253)	-	-	-	-	-	31.334
Global (ii)	-	84.590	3.500	-	-	-	-	-	-	(88.090)	-
Vivante (ii)	-	121.559	6.815	-	-	-	-	-	-	(128.374)	-
Loghis (ii)	-	29.219	1.043	-	-	-	-	-	-	(23.048)	7.214
Allis (ii)	-	1	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Rudder (ii)	-	103.688	4.500	-	-	-	-	-	-	(108.188)	-
Única (ii)	-	12.652	-	-	-	-	-	-	-	-	12.652
Outras contas a pagar	2.755	-	-	-	-	-	-	53	-	-	2.808
Total	467.091	351.709	15.858	(159.027)	(13.428)	910	(4.235)	3.139	(137.414)	(347.701)	176.901

(i) Em contrato é estabelecido que deverá existir controle e acompanhamento de pagamento de indenizações; tal controle é supervisionado por Compradora e Vendedor desde a data de fechamento até o término da obrigação, esse controle extra contábil é denominado conta gráfica e é considerado como abatimento no momento da liquidação financeira da operação. (ii) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Nas demonstrações dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição. Para maiores detalhes, veja notas explicativas 3.6 a 3.11. (iii) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Nas demonstrações dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição. Para maiores detalhes, veja notas explicativas 3.1 a 3.5.

Pagamento exercício de opção

	31/12/2019	Registro de aquisição	Atualização opção	Atualização earn-out	Atualização monetária	Pagamentos do ano anterior	Pagamentos do ano anterior	31/12/2020
Servtec	2.976	-	-	-	-	-	-	2.976
Proevi	1.213	-	-	-	34	-	-	1.247
Sempre	8.581	-	(7.531)	-	-	-	-	1.050
Graber	49.509	-	-	-	1.370	-	-	50.879
LC Restaurantes	32.273	-	52.432	-	-	-	-	84.705
Fortaleza	6.549	-	1.446	-	-	-	-	7.995
Poliservice	13.981	-	(655)	-	-	-	-	13.326
RZF	46.323	-	(3.523)	910	-	(9.647)	-	34.063
Magnus	22.275	-	(6.230)	-	-	(16.045)	-	-
JAM	12.733	-	4.773	240	-	-	-	17.746
Quattro	10.543	-	(3.506)	126	-	-	-	7.163
Proteg	1.627	-	2.576	-	-	-	-	4.203
Servis	51.315	-	(17.600)	-	-	-	-	33.715
Polonorte	6.299	-	1.318	-	-	-	-	7.617
Gol	7.653	-	576	-	-	-	-	8.229
BC2 (iii)	-	96.569	7.455	1.506	-	(60.920)	(1.262)	44.609
Luandre (iii)	-	170.819	4.960	-	-	(99.398)	-	76.381
Conbras (iii)	-	70.367	-	-	-	(70.367)	-	-
Sunset (iii)	-	75.207	6.143	-	-	(12.918)	-	68.432
Outras contas a pagar	2.683	-	-	-	72	-	-	2.755
Total	276.533	412.962	42.633	2.782	1.476	(25.692)	(243.603)	(1.262)

29. Patrimônio líquido - Composição do capital social por número de ações:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	Capital de ações	Quantidade de ações	Capital
Início do exercício	5.715.416	540.453	5.633.997	416.716
Aumento do capital	57.616	51.146	81.419	14.361
Integralização de capital	-	-	-	109.376
Subtotal	5.773.032	591.599	5.715.416	540.453
Effeito do desdobramento de ações (29b)	571.530.168	-	-	-
Subtotal	577.303.200	591.599	5.715.416	540.453
Emissão de ações	90.187.590	1.082.251	-	-
Encerramento do exercício	667.490.790	1.673.850	5.715.416	540.453
a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.673.850 (R\$ 540.453 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 667.490.790 ações ordinárias (5.715.416 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020) todas nominativas sem valor nominal e distribuídas da forma que segue:				
	Total de ações	Participações		
Bloco de controle	277.387.259	41,56%		
Administradores	5.039.241	0,75%		
Diversos	385.064.290	57,69%		
Total	667.490.790	100%		

sem valor nominal, com aumento de capital de R\$ 14.353, além de aumento de capital de R\$ 73.000, sem a emissão de novas ações, com utilização de Reserva de Lucros. Dessa forma, o capital social era de R\$ 504.069. Em 16 de dezembro de 2020, foi aprovada em Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração o aumento de capital social da Companhia em decorrência da conversão dos Bônus de Subscrição objetos dos certificados de nºs 01/05-2015 e 02/05-2015 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos do artigo 166, inciso III, da Lei nº 6.404/76. Assim o capital social foi aumentado em R\$ 8, mediante a emissão de 59.941 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,1266, nos termos definidos nos referidos Bônus de subscrição. O capital social da Companhia passa a ser R\$ 504.077, dividido em 5.715.416 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 16 de dezembro de 2020, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, com recursos provenientes da conta de reserva de capital, em R\$ 36.376, já considerando o pagamento da 2ª e a antecipação do pagamento da 3ª parcela do preço total das ações adquiridas pelo sócio GIF. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 passa a ser de R\$ 540.453, dividido em 5.715.416 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Eventos 2021 -** Em 02 de fevereiro de 2021, foi aprovada em Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração a emissão de 57.616 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com aumento de capital de R\$ 51.146. Em 26 de março de 2021, foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Controladora na razão de 1 para 100 ações, na forma do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações ("Desdobramento"). O Desdobramento, sem modificação do valor de capital social da Controladora, com a resultante substituição de cada uma ação ordinária nominativa e sem valor nominal antes

	2021	2020
Resultado do exercício base para destinação	399.675	282.646
Constituição de reserva - Legal	(19.984)	(14.132)
Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)	379.691	268.514
Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido	94.923	67.128
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	94.923	67.128
Os dividendos declarados e pagos por classe de ação foram (em reais R\$):		
	2021	2020
R\$ 0,1872685014 por ação ordinária	125.000	-
	125.000	-

Durante o exercício de 2021, foram atribuídos e pagos dividendos antecipados aos titulares das ações ordinárias. Os pagamentos de dividendos do ano totalizaram R\$ 539.314 e ocorreram conforme abaixo: • Distribuição de dividendos aprovado em AGE de 16 de dezembro de 2020, no valor total de R\$ 400.000, com pagamento de R\$ 47.500 em 10 de março, R\$ 47.500 em 09 de abril e R\$ 305.000 em 28 de abril de 2021. • Distribuição adicional de dividendos sobre o resultado de 2021 no valor de R\$ 32.749, aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 10 de novembro de 2021, além dos R\$ 92.251 representante dos dividendos mínimos obrigatórios, totalizando o valor de R\$ 125.000, pago em 10 de dezembro de 2021. • Dividendos registrados pelas empresas adquiridas aos vendedores no valor de R\$ 7.169. • Dividendos desproporcionais distribuídos

Ativos consolidados

	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo	50.845	(108.182)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.287)	36.782
Total	33.558	(71.400)

30. Instrumentos financeiros - a. Classificação contábil e valores justos:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		Total	Nível 1	Nível 2	Total
		Ativos financeiros	Ativos financeiros a custo				
31 de dezembro de 2021							
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos (iii)	12	28.918	-	28.918	-	28.918	28.918
Total		28.918	-	28.918	-	28.918	28.918
Ativos financeiros não mensurados a valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa (i)	10	-	652.434	652.434	-	-	652.434
Aplicações financeiras (i)	11	-	987.778	987.778	-	-	987.778
Contas a receber	13	-	1.438.687	1.438.687	-	-	1.438.687
Empréstimos a receber (ii)	16.3	-	25.448	25.448	-	-	25.448
Outras contas a receber	-	-	4.394	4.394	-	-	4.394
Total		-	3.108.741	3.108.741	3.108.741	-	3.108.741

(i) Em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é exatamente o saldo disponível para utilização. (ii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente. (iii) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.

Passivos consolidados

	31/12/2021	31/12/2020
Valor contábil		
Passivos financeiros ao valor justo		
Aquisição de controladas	28	(176.901)
Total		

... continuação
GPS Participações e Empreendimentos S.A.
negociação ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (b) Nível 2 – O valor justo de ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado usando técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele será incluído no Nível 2. (c) Nível 3-SE uma ou mais informações relevantes não forem baseadas em dados adotados do mercado, como investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3.
D. Mensuração do valor justo:
(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa nº 8.4. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Table with 4 columns: Tipo, Técnicas de Avaliação, Inputs significativos não observáveis, and Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo. It details the valuation models for Swap and Passivo de aquisições de controladas - Opções de compra.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito (veja (c)(ii)); • Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e • Risco de mercado (veja (c)(iv)). (i) Estrutura de gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de risco e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Contas a receber: A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 9. O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente. O Grupo não exige garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do cliente mais relevante do Grupo (uma mineradora) é de R\$ 64.400. Em 31 de dezembro de 2020 era R\$ 23.729 (uma rede de supermercados). Avaliação da perda esperada de crédito de clientes a. Ativos financeiros contratuais: O Grupo utiliza a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para mensuração do valor recuperável do contas a receber de clientes pelas suas características de não conterem componentes significativos de financiamento, desta forma, o cálculo é baseado numa matriz de riscos para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes. • As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplimento até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo da relação com o cliente e tipo de produto adquirido. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021:

Table showing Taxa média ponderada de perda estimada and Saldo contábil bruto for Em 31 de dezembro de 2021 and Em 31 de dezembro de 2020. It includes a Provisão para perda estimada column.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. b. Ativos financeiros não contratuais: O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (veja notas explicativas nº 10 e 11). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. O "Caixa e equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e AAA, baseado nas agências de rating de crédito Fitch e Moody's. O Grupo adota como premissas para determinação da perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não contratuais as seguintes: • Um ativo financeiro não tem risco de crédito quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento" ou que tenha o mesmo grau de risco que a República Federativa do Brasil. O Grupo considera que esta seja baa3 ou superior pela agência de rating de crédito moody's ou bbb- ou superior pela agência de rating de crédito fitch's; • Para os ativos financeiros com risco dentro da definição de classificação de risco de crédito globalmente aceita de "grau especulativo", o Grupo adota uma matriz escalonada de 0,1% a 51,2% a ser aplicada sobre o saldo dos ativos financeiros; e • Para os ativos financeiros com rating classificado como "risco de default" pelas agências, o Grupo considera 100% como provisão para perda por redução ao valor recuperável. O impairment estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa não possui risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. c. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de relacionamento do Grupo. Atualmente, os derivativos são com o Citi e Bradesco. Designação da contabilidade de hedge: O Grupo optou por designar a partir de 1º de abril de 2021 a contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48/IFRS 9. O Grupo documenta a relação de proteção, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para o hedge, identificando o instrumento, o item protegido, a natureza do risco que está sendo protegido e avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge. Isso exige que o Grupo assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco que visam proteger o fluxo de caixa e o patrimônio do Grupo contra oscilações de taxas de câmbio e de juros. O Grupo utiliza contratos de swap para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa. A ponta ativa do Grupo considera "variação cambial USD + taxa USD Libor 3 meses (ou taxa prefixada)" e a ponta passiva do Grupo sendo "100% do CDI + taxa prefixada ao ano", com o objetivo de proteger o Grupo de oscilações de câmbio e juros em moeda estrangeira oriundos de uma dívida contratada em dólar. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos de hedge é acumulada em uma reserva de hedge de fluxo de caixa como componente separado dentro do patrimônio líquido (ORA). De acordo com o CPC 48/IFRS 9, tais valores são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados afetam o resultado como um ajuste de reclassificação. O Grupo realiza uma avaliação qualitativa de efetividade do hedge, que é determinada por meio de avaliações periódicas prospectivas para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. O Grupo contrata swaps com termos críticos que são idênticos ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Como existe correspondência de todos os termos essenciais durante o período, a relação econômica foi 100% eficaz e, portanto, não apresentou parcela inefetiva a ser reconhecida no resultado. A gestão da exposição é realizada pela tesouraria do Grupo. Garantias: A política da Controladora é fornecer garantias financeiras somente obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Controladora havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas as suas controladas (veja a nota explicativa nº 16.6). (iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com

pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 30 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e Salários e encargos". Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras consolidadas. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Table showing Consolidado Menos de 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 3 e 5 anos, Mais de 5 anos, Fluxo de caixa financeiro, and Valor contábil for Em 31 de dezembro de 2021 and Em 31 de dezembro de 2020.

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros não derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, o Grupo tem empréstimos bancários com garantias que contêm cláusula contratual restritiva (covenant). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. (iv) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Risco cambial: O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo. O risco cambial decorre da exposição do Grupo a variações do dólar dos Estados Unidos em função de empréstimos captados em tal moeda (nota 21.a.i). A política de gestão de risco é realizar hedge de 100% de sua exposição cambial por meio de instrumento financeiro derivativo adequado, a ser realizado pela tesouraria do Grupo. Desta forma, os empréstimos celebrados em moeda estrangeira estão integralmente protegidos por swap cambial e que equipara estes instrumentos financeiros a outros expostos à variação do CDI. A Administração julga que qualquer reflexo de variação cambial sobre a exposição do Grupo à variação cambial não geraria efeitos materiais para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por isso, não divulgou a análise de sensibilidade decorrente desse assunto. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo detinha os seguintes instrumentos para cobrir exposições a alterações nas taxas de câmbio:

Table showing Vencimento 1 a 6 meses, 6 a 12 meses, and Mais de um ano for Risco cambial Contratos de empréstimos and Risco cambial Contratos de empréstimos.

(v) Risco de taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota explicativa nº 21. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas nas notas explicativas nº 10 e nº 11. O Grupo não pactua contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de taxa de juros que envolvam CDI, todavia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Exposição à taxa CDI Ativo Certificado de depósito bancário Passivo Empréstimos para capital de giro Operações com swap Notas comerciais Debêntures

Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pelo Grupo, bem como de suas aplicações financeiras. Existem também os contratos de mútuos que são atrelados ao IPCA no montante de R\$ 25.448, os quais não evidenciamos a análise de sensibilidade por entender que o efeito não é relevante. Operação Capital de giro sujeito à variação do CDI Operações com swap sujeitas à variação do CDI Notas comerciais sujeitas à variação do CDI Debêntures sujeitas à variação do CDI Subtotal Aplicações sujeitas à variação do CDI Subtotal

Table showing Consolidado 31/12/2021 and 31/12/2020 for Receitas líquidas por tipo de serviço and Consolidado 31/12/2021 and 31/12/2020 for Receitas líquidas por operações.

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

(i) As receitas das operações inorgânicas correspondem, conforme abertura por ano abaixo, a todos os acordos com clientes celebrados em conjunto com as empresas adquiridas, sem prazo definido. Nesse sentido, os novos contratos assinados após a data de aquisição são considerados "orgânicos".

Receita líquida – Operações inorgânicas (Safra)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Antes de 2018	979.473	1.057.612
2018	182.871	215.433
2019	513.683	606.672
2020	1.450.944	564.051
2021	411.344	-
Receita líquida	3.538.315	2.443.768

d. Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, como segue:

Tipo de produto/serviço	A natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços em geral*	Os contratos são assinados geralmente com base no número acordado de horas por mês de determinados serviços prestados por determinadas equipes. Os contratos são geralmente de 12 meses e podem ou não ser renovados. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço foi prestado. As faturas para os serviços são emitidas posteriormente e pagas normalmente no máximo em 30 dias. Serviços adicionais são considerados em contrato.	Os serviços sob um único contrato serão alocados com base em seus preços de venda individuais em cada período. A receita é reconhecida durante o tempo em que o serviço é prestado. O estágio de conclusão determina o montante da receita a ser reconhecida e é avaliado com base na medição do trabalho realizado. Se o serviço sob um contrato específico é prestado em diferentes períodos de reporte então a consideração é alocada com base no estágio da medição. Para consideração variável, o serviço prestado até a data de reporte é monitorado, medido e faturado ao cliente.

(* Os serviços em geral referem-se a: (i) segurança patrimonial; (ii) higienização e serviços de limpeza (facilities); (iii) logística indoor; (iv) serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v) serviço de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); e (vi) serviços de cozinha e venda de refeições (quando eles não abrangem a venda de refeições).

32. Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais – O Grupo optou por apresentar a abertura dos custos dos serviços prestados e das despesas gerais e administrativas, em seu consolidado, por natureza: **a. Gastos por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(45)	(125)	(4.921.426)	(3.642.841)
Manutenções e serviços de terceiros	(632)	-	(175.636)	(148.347)
Locações de máquinas e equipamentos (iii)	-	-	(164.728)	(100.435)
Materiais e insumos	-	-	(189.208)	(105.062)
Benefícios a empregados (i)	-	-	(124.957)	(100.877)
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	(15.594)	(5.741)
Provisão para contingências não trabalhistas	-	-	(1.337)	(9.288)
Provisão riscos fiscais (ii)	(167)	-	(9.264)	433
Provisão para bônus	-	-	(100.788)	(81.055)
Impostos e taxas	-	-	(28.792)	(22.058)
Perdas com clientes	-	-	(19.615)	(27.951)
Reversão (provisão) para perda esperada dos serviços faturados	-	-	12.212	(2.478)
Provisão (reversão) para perda esperada dos serviços a faturar	-	-	(3.507)	350
Reversão (provisão) de tributos sub judice	-	(198)	41.379	12.074
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	-	-	17.043	-
Pagamentos ações não trabalhistas	-	-	(6.675)	(934)
Pagamentos ações trabalhistas	-	-	(58.685)	(42.486)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(92.354)	(68.339)
Depreciação de ativos	-	-	(58.950)	(45.998)
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo	-	-	(67.457)	(55.271)
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	-	-	3.743	(506)
Conta gráfica de dívida de aquisição	-	-	4.235	-
Atualização eam-out	-	-	13.428	2.782
Resultado com alienação de investimento	-	-	1.399	-
Despesas com aquisição de controladas	-	-	(29.792)	(15.443)
Compra vantajosa	-	-	-	1.328
Outros	(1)	(125)	(30.567)	(19.212)
Total	(845)	(448)	(6.005.893)	(4.477.355)
Custo dos serviços prestados	-	-	(5.500.057)	(4.001.002)
Despesas gerais e administrativas	(286)	(163)	(553.914)	(475.118)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	-	-	8.705	(2.128)
Outras receitas operacionais	19	-	97.850	16.242
Outras despesas operacionais	(578)	(285)	(58.477)	(15.349)
Total	(845)	(448)	(6.005.893)	(4.477.355)

(i) São considerados benefícios a empregados valores relacionados a: vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte e assistência médica e odontológica. (ii) Veja nota explicativa nº 27 (b). (iii) Veja nota explicativa nº 35.

33. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	50.034	20.588
Atualização monetária de ativos	1.181	577	11.194	2.674
Resultado com swap (i)	-	-	13.570	53.178
Varição cambial (i)	-	-	41.053	47.972
Reversão de juros sobre tributos sub judice (ii)	-	-	29.209	-
Outros	23	274	6.149	2.648
Total	1.204	851	151.209	127.060

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Controladora declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 08 de março de 2022, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Diretoria

Luis Carlos Martinez Romero – Presidente

Guilherme Nascimento Robortella – Diretor Financeiro

Anderson Nunes da Silva – Controller CRC 1SP 232.030/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

GPS Participações e Empreendimentos S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GPS Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Determinação do valor justo da contraprestação transferida e dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios:** Veja Notas Explicativas nº 3 e 8.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia, por meio de determinadas controladas, adquiriu participações societárias que resultaram no controle de diversas entidades atuantes nos variados segmentos operacionais do Grupo. Na contabilização inicial dessas combinações de negócios, o Grupo, com o apoio de consultorias especializadas contratadas, aplicou diversos julgamentos, estimativas e premissas significativas para determinação dos valores justos da contraprestação transferida e dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos naquelas transações, tais como: (i) Ativos adquiridos: preponderantemente carteira de clientes e marcas cujas premissas consistem na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes e valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo; e (ii) Passivos assumidos: preponderantemente passivos contingentes oriundos de processos judiciais cujas principais premissas consistem na probabilidade e magnitude

das saídas de recursos. Diante das incertezas relacionadas as premissas e estimativas destacadas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas, não se limitaram a: Avaliação da competência, habilidades e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação da determinação dos valores justos das contraprestações transferidas e dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nas combinações de negócios; – Inspeção das informações relevantes presentes nos documentos (principalmente contratos) relacionados a essas combinações de negócios a luz das normas contábeis em vigor; – Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e estimativas utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos, e do preço de aquisição vinculado a metas futuras a serem atingidas pelas entidades adquiridas; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos em combinações de negócios. O ajuste material que impactava o resultado por meio da despesa de amortização foi registrado e divulgado e outros ajustes materiais não foram registrados e divulgados pelo fato de serem considerados apenas reclassificação entre as linhas dos ativos identificáveis adquiridos e do giro. Com base nas evidências obtidas por meio do conjunto de procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável a determinação do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do preço de aquisição, originados nas combinações de negócios bem como as divulgações correspondentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja Notas Explicativas nº 8.9 e 20(d) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia e suas controladas mantêm em seu balanço patrimonial valores relevantes de ágio por expectativa de rentabilidade futura apurados em combinações de negócios que devem ser testados com relação à redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolve estimativas e premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e a respectiva taxa de crescimento anual; (ii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WACC); (iii) crescimento médio da receita líquida; e (iv) capital de giro em relação a parcela correspondente da receita líquida. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: • Avaliação da competência, habilidades e objetividade dos espe-

cialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação anual da recuperabilidade dos ativos; • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais estimativas e premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como: margem LAJIDA e a respectiva taxa de crescimento anual; taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital; crescimento médio da receita líquida; capital de giro, e consequente recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, determinados pela Companhia e suas controladas; e • Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor em uso das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individual e consolidada do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

continua ...

Publicidade Legal

... continuação

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos proce-

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

dimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades

ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2022



KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC ZSP 014.428/O-6

Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP 198.789/O-0

Bevap Participações S.A.

CNPJ/ME nº 35.315.310/0001-80 – NIRE 35.300.544.684

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2021

Data, Hora e Local: Em 16 de dezembro de 2021, às 12:00 horas, na sede da Bevap Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 23º andar, sala 2.309, Itaim Bibi, CEP 04534-002 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação dos acionistas nos termos do § 4º, art. 124, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Sérgio Macedo Facchini, como presidente, e Danilo Luiz Iasi Moura, como secretário. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre a prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória na forma de aval na cédula de produto rural financeira ("CPR-F") a ser emitida pela Bioenergética Vale do Paracatu S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 181, KM 85, Estrada da Fazenda São Geraldo, s/nº, Zona Rural, CEP 38770-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.793.343-0001/62 ("BEVAP") em favor da True Securitizadora S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Santo Amaro, nº 48, 1º andar, cj. 12, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), no valor de até R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), cujas características essenciais encontram-se descritas no Anexo I da presente ata ("Aval"); (ii) autorizar a BEVAP, sociedade controlada pela Companhia, a constituir garantia real na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos (a) de contratos de compra e venda de etanol, contratos de compra e venda de açúcar e contratos de fornecimento de energia ("Contratos BEVAP"); e (b) da titularidade de contas vinculadas nas quais serão depositados recursos (b.1) para constituição do fundo de reserva e do fundo de reserva adicional a serem constituídos no âmbito dos CRA (conforme abaixo definido); e (b.2) oriundos dos Contratos BEVAP, em garantia do pagamento (1) de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura da BEVAP e/ou da Companhia, derivada da CPR-F e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); (2) de toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, presente ou futura, da BEVAP sob os certificados de recebíveis do agronegócio integrantes da 14ª (décima quarta) emissão da Securitizadora ("CRA"), na forma do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 14ª Emissão da True Securitizadora S.A., Lastreados em Cédula de Produto Rural Financeira devida pela Bioenergética Vale do Paracatu S.A." ("Termo de Securitização"); e (3) eventuais custos e/ou despesas incorridos pela Securitizadora, pelo agente fiduciário dos CRA e/ou pelos demais prestadores de serviços da emissão dos CRA em benefício dos Titulares dos CRA ("Obrigações Garantidas"), nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a BEVAP, a Central Bioenergética Enervale S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 181, KM 85, s/nº, Sala 1, Estrada da Fazenda São Geraldo, CEP 38.770-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.511.512/0001-76 ("Enervale"), e a Securitizadora ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária BEVAP", respectivamente); (iii) autorizar a ENERVALE, sociedade controlada pela Companhia, a constituir garantia real na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos (a) de contratos de fornecimento de energia ("Contratos Enervale"); e (b) da titularidade de conta vinculada na qual serão depositados recursos oriundos dos Contratos ENERVALE, em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária Enervale"); (iv) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e tomar todas as providências necessárias relacionadas à outorga do Aval; (v) ratificar todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia para a outorga do Aval; e (vi) autorizar a assinatura de quaisquer aditamentos à CPR-F e/ou demais instrumentos necessários à consecução da Oferta (conforme abaixo definido). **Deliberações:** Dando início à Assembleia, foram indicados o presidente e o secretário para compor a Mesa. Após deliberarem, os Acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: (i) aprovar a prestação do Aval pela Companhia. Ficou esclarecido que a CPR-F garantida pelo Aval será utilizada pela Securitizadora como lastro para emissão de certificados de recebíveis do agronegócio integrantes da 14ª (décima quarta) emissão da Securitizadora ("CRA"), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição pelo procedimento previsto na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta"); (ii) autorizar a constituição da Cessão Fiduciária BEVAP pela BEVAP em garantia das Obrigações Garantidas; (iii) autorizar a constituição da Cessão Fiduciária ENERVALE em garantia as Obrigações Garantidas; (iv) autorizar os representantes legais da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à outorga do Aval; (v) ratificar todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia para a outorga do Aval; e (vi) autorizar a assinatura de quaisquer aditamentos à CPR-F e/ou demais instrumentos necessários à consecução da Oferta. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura da presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Sérgio Macedo Facchini – Presidente; Danilo Luiz Iasi Moura – Secretário. Acionistas: Cartellone do Brasil Ltda., representada por sua administrador Juan Manuel Rubio; Central Bioenergética Rio Preto Ltda., neste ato representada por seus Diretores Marcos Tadeu de Moraes e Edson Ribeiro dos Santos; Cluster Bioenergia EIRELI, neste ato representada por seus administradores Marcos Tadeu de Moraes e Edson Ribeiro dos Santos; Cobra Construções Ltda., neste ato representada por seu administrador Feliciano Antônio Lopes da Silva; Krasis Participações S.A. (nova denominação social de PPX Participações S.A.), neste ato representada por seus Diretores Sérgio Macedo Facchini e Danilo Luiz Iasi Moura; RA3G Participações S.A., neste ato representada por seus administradores Paulo Fernando Billes Goetze e Carlos Roberto Nunes Lobato; Veliko 01 Participações Ltda., neste ato representada por seu administrador Jorge Goldenstein; e Florença – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, neste ato representada por sua administradora Planner Corretora de Valores S.A., o qual é representada por seu Diretor Mauro Mazzaro e seu procurador Ikaro Nascimento Oliveira. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata de assembleia geral extraordinária da companhia realizada em 16 de dezembro de 2021, lavrada em livro próprio.* São Paulo/SP, 16 de dezembro de 2021. Assinaturas: Mesa de Trabalho: Sérgio Macedo Facchini – Presidente; Danilo Luiz Iasi Moura – Secretário. Acionistas: Cartellone do Brasil Ltda. p. Juan Manuel Rubio (Administrador); Central Bioenergética Rio Preto Ltda. p. Gabriel Sustaita e p. Marcos Tadeu de Moraes (Administradores); Cluster Bioenergia Eireli p. Gabriel Sustaita e p. Marcos Tadeu de Moraes (Administradores); Cobra Construções Ltda. p. Feliciano Antonio Lopes da Silva (Administrador); Krasis Participações S.A. p. Sérgio Macedo Facchini e p. Danilo Luiz Iasi Moura (Diretores); RA3G Participações S.A. p. Carlos Roberto Nunes Lobato e p. Paulo Fernando Billes Goetze (Diretores); Veliko 01 Participações Ltda. p. Jorge Goldenstein (Administrador); Florença – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia p. Mauro Mazzaro e pp. Ikaro Nascimento Oliveira (Diretor e Procurador, respectivamente) da Planner Corretora de Valores S.A. – Administradora do Fundo. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 50.451/22-4 em 28/01/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

CCBB 37 Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

Aos 02/06/21, às 10hs, na sede, com a totalidade do capital social. Mesa: Cristiano Carvalho de Oliveira – Presidente; Bruno Santana Barros – Secretário. **Deliberações:** Constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "CCBB 37 Participações S.A.", com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme Boletim de Subscrição. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 diretores, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, a administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, ficando assim eleitos Diretores os Cristiano Carvalho de Oliveira, CPF nº 342.435.678-67, Bruno Santana Barros, CPF nº 400.136.328-33, ambos eleitos para um mandato de 2 anos. Os Diretores acima eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem as atividades mercantis. Nada mais. São Paulo/SP, 02/06/21. Jucesp sob NIRE 35.300.576.039 em 31/08/21.

CCBB 39 Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

Aos 02/06/21, às 10hs, na sede, com a totalidade do capital social. Mesa: Cristiano Carvalho de Oliveira – Presidente; Bruno Santana Barros – Secretário. **Deliberações:** Constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "CCBB 39 Participações S.A.", com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme Boletim de Subscrição. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 diretores, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, a administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, ficando assim eleitos Diretores os Cristiano Carvalho de Oliveira, CPF nº 342.435.678-67, Bruno Santana Barros, CPF nº 400.136.328-33, ambos eleitos para um mandato de 2 anos. Os Diretores acima eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem as atividades mercantis. Nada mais. São Paulo/SP, 02/06/21. Jucesp sob NIRE nº 35300580567 em 17/11/21.

CCBB 40 Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

Aos 02/06/21, às 10hs, na sede, com a totalidade do capital social. Mesa: Cristiano Carvalho de Oliveira – Presidente; Bruno Santana Barros – Secretário. **Deliberações:** Constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "CCBB 40 Participações S.A.", com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme Boletim de Subscrição. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 diretores, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, a administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, ficando assim eleitos Diretores os Cristiano Carvalho de Oliveira, CPF nº 342.435.678-67, Bruno Santana Barros, CPF nº 400.136.328-33, ambos eleitos para um mandato de 2 anos. Os Diretores acima eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem as atividades mercantis. Nada mais. São Paulo/SP, 02/06/21. Jucesp sob NIRE nº 35300580451 em 16/11/21.

Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 21 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, conjunto 92, Água Branca, CEP 05001-903, a fim de deliberarem sobre: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, em razão do falecimento do Sr. Presidente; b) Reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; c) Alteração do endereço da sede social e da filial 58.317.751/0015-11 da Companhia; d) Inclusão da atividade de Operador de Transporte Multimodal (OTM) – CNAE: 5250-8/05 – no objeto social da Companhia; e) Eleição da Sra. Jacqueline Lorena Ribeiro ao cargo de Diretora Financeira da Companhia; f) Reeleição dos demais diretores da Companhia por mais um ano; g) Apresentação da composição da Diretoria da Companhia atual; h) Ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; i) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 10 de março de 2022. **Alceu Rodrigues Vasone** – Vice-Presidente do Conselho de Administração. (10, 11 e 12/03/2022)

Coroa (Suécia) - 0,5185
Dólar (EUA) - 5,0255
Franco (Suíça) - 5,387
Iene (Japão) - 0,04296
Libra (Inglaterra) - 6,5769
Peso (Argentina) - 0,04616

Peso (Chile) - 0,006276
Peso (México) - 0,2402
Peso (Uruguai) - 0,118
Yuan (China) - 0,7928
Rublo (Rússia) - 0,03977
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5115

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,0249 / R\$ 5,0255 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,0510 / R\$ 5,0530 *
Turismo - R\$ 5,0570 / R\$ 5,2300
(* cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,71%

OURO BM&F
R\$ 318,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -1,72%
Pontos: 111.713
Volume financeiro: R\$ 28,302 bilhões
Maiores altas: Vivo ON (1,16%), Tim ON (0,95%), Klabin UNT (0,87%)
Maiores baixas: MRV ON (-11,89%), Méliuz ON (-8,37%), Marfrig ON (-6,85%)
S&P 500 (Nova York): -1,30%
Dow Jones (Nova York): -0,69%
Nasdaq (Nova York): -2,18%
CAC 40 (Paris): 0,85%
Dax 30 (Frankfurt): 1,38%
Financial 100 (Londres): 0,80%
Nikkei 225 (Tóquio): -2,05%
Hang Seng (Hong Kong): -1,61%

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Ucrânia pediu para tirar a Rússia da internet: entenda como seria



Os países ocidentais adotaram diversas sanções para isolar e prejudicar a economia da Rússia com a invasão sobre a Ucrânia. Na última semana, o vice primeiro-ministro ucraniano, Mykhailo Fedorov, solicitou ao Iann (Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números, na sigla em inglês) a remoção dos servidores DNS (Sistema de Nomes de Domínios, na sigla em inglês) na Rússia e a exclusão de domínios russos da internet.

Endereços de sites terminados em “.ru” e “.su” ficariam indisponíveis, mas o Iann negou o pedido.

Na carta ao órgão, Fedorov afirma que os “crimes da Rússia foram possíveis

devido à propaganda russa em sites que espalham desinformação, discurso de ódio, promovendo a violência e escondendo a verdade sobre a guerra na Ucrânia”.

Em resposta, o presidente-executivo do Iann, Göran Marby, disse que “a Internet é um sistema descentralizado, nenhum ator tem a capacidade de controlá-la ou desligá-la”. A informação foi divulgada pelo site Engadget.

O Iann administra o sistema de domínios na internet, a World Wide Web (www), que envolve o sistema DNS, responsável por traduzir o nome de um domínio ao seu endereço, conectado ao IP (Protocolo de Internet, na sigla em inglês). O órgão ainda controla as “chaves da Inter-

net”, que verificam a autenticidade dos dados do sistema DNS.

Em resumo, desligar a internet não é apertar um botão. A rede www é apenas um dos serviços de protocolos de comunicação da rede. Se o Iann acatasse o pedido ucraniano, a Rússia seria bloqueada dos servidores DNS, o que não impediria o acesso à Internet, segundo o professor Carlos Alberto Iglesia Bernardo, coordenador em segurança cibernética do Instituto Mauá.

Isso isolaria os cidadãos russos e os deixaria ainda mais refém da comunicação estatal russa, como já acontece devido aos boicotes de grandes empresas à Rússia, como o TikTok, Meta, Apple e Google.

Istoé Dinheiro

Metaverso não é só play-to-earn e já movimentou milhões no Brasil

Que o metaverso é uma das principais tendências de 2022 quando falamos de tecnologia, não é novidade para ninguém. O ambiente virtual imersivo já é uma realidade que, aos poucos, está conquistando seu espaço no mundo das novidades tecnológicas.

Gigantes internacionais como Facebook, Nvidia e Nike já apostam nesse mercado por meio de investimentos em plataformas digitais que permitem a criação de avatares 3D, espaços colaborativos para construção de metaversos e novas tecnologias para games, por exemplo.

No território nacional, o Banco do Brasil também lançou uma experiência virtual dentro do servidor do game GTA, por exemplo.

Diante de uma tendência tão latente, é natural que muitas startups se perguntem como acompanhar o novo ce-

nário e manter a relevância de seu negócio em meio a tantas novidades. Especialistas de diferentes áreas comentam a seguir os principais pontos de atenção para as startups brasileiras neste novo momento.

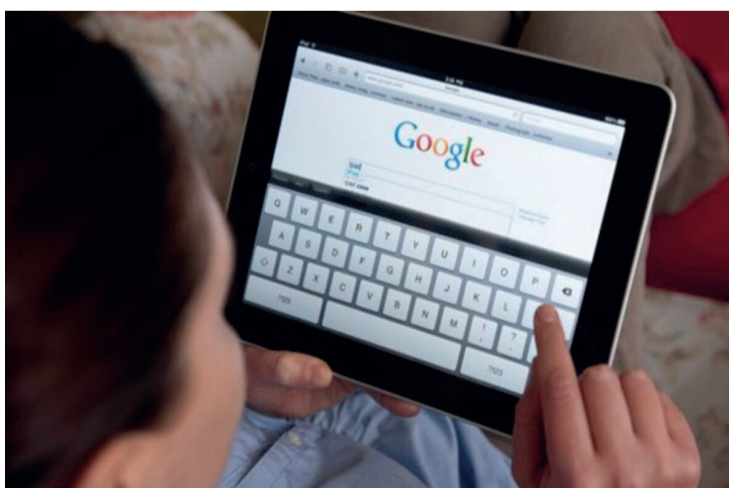
Para Lucas Schoch, fundador e CEO da Bitfy, o metaverso é um ecossistema de grande potencial ainda inexplorado, as ações ainda são incipientes com notoriedade do setor de games e da arte. Os grandes players do mercado começam a figurar em metaversos distintos, tendo como diretriz a venda de diversos itens, avatares, e terrenos, por exemplo.

Para o executivo, o que está provado até agora, porém, é a monetização deste mercado, onde se vê necessário a criação de uma carteira para armazenar os ativos, e assim a carteira de custódia própria da Bitfy entra no metaverso como realizadora.

Exame



Google reforça ação contra projeto das fake news e fala em riscos para segurança



Google divulgou uma carta nesta sexta-feira (11) criticando o projeto de lei das fake news, em análise na Câmara dos Deputados, na qual afirma que as consequências negativas das propostas não estão sendo adequadamente avaliadas.

Assinada pelo presidente do Google Brasil, Fabio Coelho, o documento afirma que o projeto de lei “pode impactar a internet que você conhece”.

A proposta, já votada no Senado, foi aprovada em dezembro por um grupo de trabalho de deputados, e um parecer do relator, Orlando Silva (PC do B-SP), ainda será entregue ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O projeto traz uma série de obrigações aos provedores

de redes sociais e aplicativos de mensagem, como a moderação de conteúdo.

É a primeira vez que o Google se manifesta publicamente de maneira individual sobre o teor do projeto dessa maneira. A iniciativa de divulgar a carta foi motivada pela alegada falta de debate sobre a proposta e pela possibilidade de já haver votação em plenário.

A carta da companhia aborda especificamente três pontos: a exigência de abertura de informações sobre os sistemas das plataformas, o pagamento pelo uso de conteúdo jornalístico e as regras sobre o uso de dados dos usuários para fins de publicidade online.

Em relação ao primeiro ponto, a empresa afirma que

a divulgação de “informações minuciosas”, como detalhes sobre a base de treinamentos de sistemas e métodos usados para melhorar os serviços, vai oferecer “um guia” a quem quiser burlar a proteção.

“Com isso, eles poderiam manipular essas informações para conseguir obter uma melhor posição no nosso ranking de pesquisas, prejudicando ao longo do processo aqueles que produzem conteúdo confiável”, diz a carta.

Quanto à remuneração do conteúdo jornalístico, o Google diz que o texto não é claro e pode obrigar as plataformas a pagar qualquer site que alegue que sua produção se enquadra nesse conceito, além de beneficiar preferencialmente grandes grupos de mídia.

Felipe Bachtold/Folhapress

Negócios

Via controla despesas mas receita desaba no quarto trimestre



A Via caiu quase 7% na manhã de quinta depois da empresa reportar resultados fracos para o quarto trimestre, impactados pela performance das lojas físicas.

No trimestre que deveria ser o mais forte do ano, a receita líquida da empresa caiu 14% para R\$ 8,13 bilhões – 5% abaixo do consenso Bloomberg. Considerando os níveis de inflação atuais, a queda real foi ainda maior.

O EBITDA ajustado teve alta de 6,7%, e o lucro líquido mergulhou 91% em relação ao ano anterior.

O CEO Roberto Fulcherberguer conseguiu produzir um resultado operacional melhor que o esperado – com uma redução de 25% no

SG&A – mas o contexto geral levou analistas a especular que a empresa pode estar engajada em algum tipo de tradeoff entre crescimento e rentabilidade.

A dona das Casas Bahia e do Ponto – que faz a maior parte de suas vendas em eletroeletrônicos – disse que a queda na receita é reflexo de um cenário macro mais difícil, de uma base de comparação muito forte do 4tri20 e também do fechamento de lojas.

A empresa abriu 101 lojas e fechou 62 no ano passado. A maioria das lojas foram inauguradas em dezembro, contribuindo pouco para o volume de vendas no trimestre.

A Via disse que janeiro continuou sendo desafiador

por conta da pandemia, mas que a partir da segunda metade de fevereiro começou a ver um maior fluxo de clientes nas ruas, “melhorando de forma significativa em relação a janeiro.”

O estoque final de processos trabalhistas subiu de 22.275 no fim de 2020 para 23.319 no fim de 2021, contrariando as expectativas de quem esperava que esse número baixasse.

Na divulgação dos resultados do 3T21, a Via já havia dobrado as provisões para perdas com ações trabalhistas para R\$ 2,5 bilhões, o que surpreendeu o mercado, que ainda tem a preocupação de que a empresa possa trazer novas surpresas.

Brazil Journal

Etna fecha lojas e não consegue vender negócio

Fundadores das lojas Etna, a família Kauffman – também responsável pela joalheria Vivara – não teria mais interesse na rede de lojas de móveis e utensílios domésticos e estaria fechando suas unidades, segundo o jornal O Estado de S.Paulo. De acordo com a publicação, os responsáveis pela marca não encontram, contudo, interessados em comprar o negócio.

A Tok&Stok teria ensaiado uma oferta inicial de ações recentemente, mas a desistência de ida à Bolsa teria prejudicado a negociação. A reportagem também afirma que o modelo de grandes lojas não atrai os investidores, que têm direcionado seus esforços em lojas menores e vendas online.

O desinteresse da família Kauffman pelo negócio estaria nítido no site da Etna. Há uma lista de nove lojas,

dentre elas endereços de estabelecimentos já fechados, como o de Fortaleza (CE) e o da Marginal Tietê, onde hoje funciona um atacarejo.

De acordo com o jornal, desde 2021, quatro unidades foram fechadas e, atualmente, a rede conta com cinco pontos de venda. São três no Estado de São Paulo, um na capital, outro em Campinas – no Shopping Parque D. Pedro – e o terceiro no município de Sorocaba. Os outros dois endereços estão no Rio de Janeiro e Brasília.

Em 2015, falava-se em 18 pontos espalhados pelo Brasil. Em 2021, já com a metade desse parque, a empresa encerrou as atividades no Nordeste. Desde o fim do ano passado, segundo o Estadão, há relatos nas lojas da capital paulista e de Campinas de prateleiras esvaziadas e falta de produtos. Folhapress



Na onda do TikTok, as marcas precisam entreter



O publicitário Eduardo Simon fez um movimento arriscado para quem está acostumado com a estabilidade do cargo. Em agosto de 2021, deixou a presidência da DPZ&T para abrir a sua própria agência de publicidade: a Galeria. Não saiu do zero, é verdade, e levou com ele contas como McDonald's, Natura e Itaú.

Mas, rapidamente, ganhou corpo no mercado nacional de propaganda. “Nos últimos cinco meses, chegaram as contas de Seara, Vivo, TikTok e Enjoei”, diz ele. “Já estamos entre as cinco maiores agências do Brasil. Neste ano, vamos bater em R\$ 1 bilhão em compra de mídia.”

A Galeria também lançou

recentemente um hub de criação em parceria com o TikTok para ajudar as marcas a se comunicarem naquele ambiente, a rede social que mais cresce no mundo e hoje conta com 1 bilhão de usuários ativos mensais. “As pessoas que não conhecem acham que o TikTok é só dancinha, mas não é isso.”

Em entrevista ao NeoFeed, ele explica como o hub funciona e reflete sobre os grandes desafios das marcas no mundo de hoje. “Temos uma geração que se acostumou a consumir conteúdo sem ser interrompida. Quem consome conteúdo nas plataformas de streaming, não assiste mais comercial. É uma geração que não aceita ser interrompida por comunica-

ção”, diz ele.

O que fazer diante disso? “Estamos sendo obrigados a reinventar a forma que conversamos com o consumidor em um formato que não fazíamos até então”, afirma Simon. “As marcas precisam entreter.”

Mais do que isso, precisam dialogar, entrar nas conversas do dia-a-dia. Na entrevista que segue, Simon fala sobre a necessidade de marcas se posicionarem diante de causas, ESG e muito mais.

Crescemos consumindo mídia e sabendo que, em algum momento daquele consumo, haveria um plim-plim ou um sinalizador de que teria um intervalo para o patrocinador daquele conteúdo comunicar. NeoFeed